



DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2011

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

➤ 1. Mensagem do Conselho de Administração	4
➤ 2. Governo da Sociedade	10
• Proposta de Aplicação de Resultados	29
➤ 3. Balanço e Demonstração dos Resultados	31
• Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011	36
➤ 4. <i>Performance da Docapesca</i>	91
• Análise Económico-Financeira	92
• Recursos Humanos	95
• Estatística	101
• Exploração	109
• Comercial e Marketing	122
• Informática	129
• Infraestruturas e Manutenção	130

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sobre a Docapesca, o Senhor Secretário de Estado do Mar, o Professor Doutor Manuel Pinto de Abreu, escreveu o seguinte:

“Eleita como um dos pilares do setor da pesca portuguesa na década de 1960, é uma empresa com um invejável currículo de 50 anos de trabalho no apoio à atividade e aos seus profissionais, num percurso feito de sucessos e avanços e também de dificuldades. (...) A Docapesca, que esteve à altura dos desafios ao longo de 50 anos, saberá estar à altura do futuro.”

O Conselho de Administração, recentemente nomeado para o mandato 2012-2014, assume funções num quadro de valorização das políticas públicas direcionadas para o mar, quer num contexto global, quer no plano europeu – com o reforço de uma estratégia de implementação de uma política marítima integrada -, quer no plano nacional com o reforço de competências e intervenção suscitados pela criação da Secretaria de Estado do Mar pelo XIX Governo Constitucional.

Neste contexto, conscientes dos desafios do futuro próximo, centrados na reorganização institucional das políticas nacionais do Mar, objetivo estratégico definido no Programa do XIX Governo constitucional, e que tem na Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e no Senhor Secretário de Estado do Mar os responsáveis mais diretos e empenhados, este Conselho de Administração inicia as suas funções integrando o esforço do setor da pesca e de todos os colaboradores na melhoria da prestação da missão estatutária atribuída à empresa, onde sobressai:

Criação de valor. Criação de valor para a empresa e para os seus parceiros institucionais, diretos ou indiretos, a saber, o Setor da Pesca. Esta é a missão que cabe à Docapesca – Portos e Lotas, SA prosseguir tal como o definem os seus Estatutos, artigo 3.º:

Art.3.º – A sociedade tem por objeto a exploração de portos de pesca e lotas, em regime de concessão ou outro, a prestação de serviços de primeira venda de pescado, a exploração de infraestruturas de apoio aos utentes, a produção de gelo e frio, bem como quaisquer outras atividades conexas.

Valorização do pescado. Neste quadro inserem-se os projetos inscritos para os próximos anos, numa plataforma prospetiva que pretende proporcionar melhoria das condições em todas as áreas que constituem o objeto da empresa, modernizando processos, reorganizando com inovação e abrindo perspetivas para novas possibilidades de negócio.

Permanecem assim, com enorme relevância, os fatores que influenciam a formação do preço/valorização do pescado. Numa estratégia de reforço dessa valorização, considerada

cumulativamente benéfica para o Setor e para a Empresa, as áreas determinantes para a formação do preço/valorização do pescado são:

- ➔ Segurança e Qualidade Alimentar;
- ➔ Economia;
- ➔ Nominalização do pescado/Marca;
- ➔ Modernização;
- ➔ Abertura ao Setor.

Aplicou-se em todas as lotas a metodologia de controlo concebida para analisar e controlar os riscos sanitários associados a produtos alimentares (*Hazard Analysis of Critical Control Points* – HACCP), continuando a ser um objetivo decisivo para a Docapesca o domínio da qualidade do pescado que sai das lotas, contribuindo também assim para a sua valorização.

Sem prejuízo da apresentação pormenorizada por áreas neste relatório e dos restantes documentos que apresentamos para aprovação em Assembleia Geral, salientam-se as que consideramos mais relevantes no cumprimento do que foi o Plano de Atividades e Orçamento para 2011:

O **Leilão Online** – projeto de que se espera possa influenciar a valorização do pescado após a sua implementação nas Lotas de Matosinhos, Figueira da Foz, Peniche, Sesimbra e Portimão. Está em desenvolvimento um canal específico de compras online para a aquicultura.

O **Comprovativo de Compra em Lota (CCL)**, projeto concebido pela Docapesca, cujo objetivo fundamental é a identificação do pescado transacionado nas Lotas.

Em articulação com este projeto, foram reforçadas as ações de captação de novos compradores e de novas oportunidades de mercado, relacionamento mais intensificado com as grandes superfícies, potenciais escoadores de quantidades significativas de pescado, a procura de novos canais de comercialização, a preparação de medidas de valorização positiva do pescado na alimentação, com presença institucional em feiras e mercados interessantes para a frota portuguesa.

Merece ainda igualmente relevo a participação da Docapesca como membro da Fileira do Pescado, entidade que reúne importantes e destacados representantes do setor.

Continuou a destacar-se, como fator relevante de valor acrescentado, a melhoria nos serviços prestados aos Armadores/Pescadores, Comerciantes de pescado e indústria conserveira.

Com o envolvimento dos seus atores mais relevantes, prosseguiu-se o princípio da manutenção de regras de controlo e redução de custos. Este processo foi acompanhado pela implementação de

novas estratégias de intervenção, de novos sistemas organizacionais, redução de efetivos e identificação dos investimentos necessários face ao projeto definido.

No quadro desta alteração deve referir-se a evolução do número de Delegações da Docapesca, entre os anos de 2008 e 2011 que passou de doze para seis com redução de 102 trabalhadores efetivos.

Manteve-se sempre presente a negociação com todas as Autarquias, onde existem Lotas e Postos de Vendagem, com as Administrações Portuárias e o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), com as Organizações de Produtores, com as Associações de Armadores, com o setor da comercialização e suas instituições representativas, os Sindicatos, etc.

O registo estatístico de todo o pescado transacionado é um elemento essencial para a definição das políticas, a nível nacional e europeu, e uma ferramenta incontornável para a gestão da Empresa. Também os setores da Produção e Comercialização beneficiam da informação produzida, em contínuo aperfeiçoamento com a introdução de melhor tecnologia.

Em consequência de um bom ano de pesca registado em 2011, a Docapesca encerrou o exercício com um lucro de 1.974.033,74 Euros, mantendo-se a inversão de uma longa série de anos com resultados negativos de exploração, tendo-se verificado um aumento de 1,6% (mais 2,1 mil toneladas) nas quantidades apresentadas para venda em lota, bem como um aumento do preço médio que se estabeleceu em €1,55 (+5,9% que o verificado no ano de 2010, um número influenciado pelo acréscimo significativo do valor do pescado do cerco transacionado durante o ano).

Apesar do aumento dos rendimentos da Primeira Venda de Pescado em lota, a empresa pautou a sua atividade, ao longo do ano, por uma rigorosa contenção dos gastos operacionais.

O saldo líquido de trabalhadores efetivos, entre os anos de 2010-2011 – menos 15 –, reflete o resultado do processo de reestruturação na área de redução de efetivos, da racionalização dos recursos humanos e da reorganização do sistema de produção. Queremos aqui relevar dois factos: o decréscimo dos gastos com o Pessoal de cerca de 9,5% em 2011 e, por outro lado, os bons resultados obtidos no investimento que se tem operado na formação dos Trabalhadores aos quais foram ministradas um total de 8.700 horas de formação.

Nos termos da RCM n.º 68/2010, que previa a desocupação de Pedrouços, a Docapesca diligenciou e negociou com todos os utilizadores das suas instalações a libertação das mesmas, tendo ocorrido sem percalço esta operação. Este processo implicou de novo a mudança da Sede da Empresa em Abril de 2011.

Finalmente, uma palavra a todos os trabalhadores da empresa nos quais se reconhece um potencial de valor incontornável a valorizar e a motivar, cada vez mais, para a missão da empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Apolinário Nunes Portada

Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra

Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira

PERSPETIVAS

No Relatório e Contas de 2011 estão em evidência as iniciativas que consubstanciam o percurso consistente de transformação do modelo de gestão da Docapesca. Assumido o projeto de reorganização institucional do setor, por impulso da Secretaria de Estado do Mar, para o qual fomos mandatados, os anos que se seguem serão, igualmente, de mudança e mais concretização.

Contamos com o contributo ativo de todas as entidades que connosco colaboram, em termos de intervenção articulada, na solução dos diferenciados temas que compõem a presença da Docapesca no Setor das Pescas.

A valorização do produto da pesca, a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da Empresa, a intervenção na conservação e manutenção das infraestruturas utilizadas e as medidas de segurança e qualidade alimentar são, entre outras, as iniciativas que no ano de 2012 encontram concretização no plano de atividades da Empresa.

2. GOVERNO DA SOCIEDADE

GOVERNO DA SOCIEDADE – PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

ENQUADRAMENTO

A Docapesca – Portos e Lotas, SA é a entidade que, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/90 de 27 de Março, tem a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Setor da Pesca e respetivos portos. A Docapesca, pelas suas características, está presente em todo o país.



A atividade da Docapesca cinge-se fundamentalmente a duas atividades de negócio:

	1.ª VENDA DE PESCADO SERVIÇO PÚBLICO	ATIVIDADES CONEXAS
Atividade	Promover a venda do pescado fresco e refrigerado por leilão ou contrato. Controlo higiossanitário de todo o pescado.	Serviços de apoio ao Setor através do aluguer de armazéns, entrepostos frigoríficos, mercado de segunda venda, venda de gelo, combustíveis e aprestos.
Principais Ativos	• 6 Delegações • 20 Lotas • 30 Postos de Vendagem	• 1 Mercado de Segunda Venda • 2 Entrepósitos Frigoríficos • 15 Lojas de Aprestos • 555 Armazéns • 25 Fábricas de Gelo

MISSÃO

A Docapesca tem por objeto social atuar nos negócios do Setor da Pesca a saber, a Primeira Venda do Pescado e atividades conexas, criando as condições adequadas para a produção e para a comercialização, explorando novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e sociedade.

Âncora no Setor da Pesca, contribuindo de forma determinante para a sua inovação, crescimento e garantia da excelência do pescado, alicerçada numa cadeia de valor que se pretende em expansão, a Docapesca ambiciona realizar e sustentar um conjunto de iniciativas, através de:

- **Inovação** – Implementação de novos métodos e processos, novos negócios e competências;
- Investimento em **responsabilidade social**, dedicando uma ativa atenção aos problemas das comunidades de Armadores/Pescadores, sobretudo nas localidades tradicionalmente dependentes da pesca extrativa, em articulação estreita com as Autarquias locais; em **responsabilidade ambiental** e **cívica** e em **qualidade e segurança alimentar** (com a introdução da normalização, certificação e rastreabilidade dos produtos do mar e a garantia de condições higiossanitárias);
- **Cooperação**, inspirando confiança, por conduta exemplar, no trabalho em equipa e nas relações contratuais e negociais.

PRINCIPAIS OBJETIVOS QUE SUPORTAM A ESTRATÉGIA DA DOCAPESCA

Considerando a missão, o objeto social e as diretrizes do Acionista com vista a uma reestruturação, cujo ponto essencial é a valorização do pescado, os grandes objetivos para 2011 são:

I – Segurança e Qualidade Alimentar

Introdução e reforço das condições de segurança e qualidade alimentar, em todos os edifícios, equipamentos e procedimentos da empresa.

II – Economia

Readaptação da rede de Lotas e Postos de Vendagem à oferta e à procura atual e expectável.

III – Nominalização do Pescado/ Marca

Desenvolvimento de uma marca para diferenciar o pescado junto do retalho e do consumidor final, valorizando o pescado português, capturado em águas portuguesas por embarcações portuguesas.

IV – Modernização

Reconversão dos Recursos Humanos, novo sistema de gestão, sistema de venda de pescado online e página de Internet, eficiência ambiental, informatização, reestruturação comercial, comunicação, medição da satisfação dos clientes.

V – Abertura ao Setor

Otimizar, assegurar e estabelecer novas formas de relacionamento com o Setor.

2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

- Estatutos da Empresa (Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março).
- Regime Legal da Primeira Venda de Pescado fresco e refrigerado (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro).
- Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro).
- Regulamentos Internos de Funcionamento das Lotas.
- Normas que regulam a autorização de primeira venda de pescado fresco fora da lota (Portaria n.º 197/2006, de 23 de Fevereiro).
- Requisitos e trâmites a que devem obedecer a instalação e o licenciamento das Lotas (Portaria n.º 506/89, de 5 de Julho).
- Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro).
- Legislação sobre o Domínio Público Hídrico (Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro).
- Legislação sobre a qualidade da água (Decreto-Lei n.º 236/1998, de 01 de Agosto).
- Taxas de Primeira Venda (Decreto-Lei n.º 255/77, com alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 339/77, de 18 de Agosto, n.º 174/79, de 7 de Junho e n.º 307/79, de 20 de Agosto, Portaria n.º 541/82, de 29 de Maio, Portaria n.º 251/2008, de 4 de Abril e Portaria n.º 495/2008, de 23 de Junho).
- Contratos de Concessão dos Portos de Pesca de Matosinhos, Sesimbra, Setúbal e Sines.
- Contratos de Exploração das Fábricas de Gelo de Póvoa de Varzim, Aveiro e Figueira da Foz.
- Acordo de Empresa (BTE I Série n.º 24, de 29 de Junho de 2006).
- Regulamento (CE) n.º 582/2004, de 29 de Abril – Higiene dos Géneros Alimentícios.
- Regulamentos de Exploração dos Entrepósitos Frigoríficos.
- Contratos de Subconcessão e de Representação da Primeira Venda de Pescado (Postos de Vendagem).
- Prestação de informação estatística sobre as descargas e vendas em lota.
- Regulamentos internos de deslocações em serviço, utilização de viaturas e comunicações.
- Regulamento interno dos procedimentos para a realização de despesas de funcionamento e de investimentos.
- Regulamento (CE) n.º 1224 (2009) do Conselho, de 20 de Novembro de 2009, que institui um regime comunitário de controlo a fim de assegurar o cumprimento das regras da Política Comum das Pescas.
- Regulamento de execução (UE) N.º 404/2011 da Comissão, de 8 de Abril de 2011, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1224/2009 do Conselho que

institui um regime comunitário de controlo a fim de assegurar o cumprimento das regras da Política Comum das Pescas.

3. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Empresa não tem entidades relacionadas.

4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Na realização de empreitadas, aquisição de bens e/ou serviços, a Docapesca cumpre, conforme determinado por Lei, o *Código dos Contratos Públicos*, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Os contratos celebrados com fornecedores e outras entidades são obrigatoriamente assinados por dois membros do Conselho de Administração.

Os documentos comprovativos das aquisições de bens e serviços são validados pelos responsáveis com poderes para a sua realização.

Em 2011 não ocorreram transações efetuadas fora das condições de mercado.

É nula a lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, dado que esta percentagem representa um valor inferior a um milhão de Euros.

5. INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA ELEIÇÃO	MANDATO
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	29/04/2008	2008/2010
Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	29/04/2008	2008/2010
Secretária	Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas	29/04/2008	2008/2010
Conselho de Administração			
Presidente	Maria Adelaide Torradinhas Rocha	29/04/2008	2008/2010
Vogal	João Manuel de Sousa Santos Reis	29/04/2008	2008/2010
Vogal	João Francisco Ferreira da Fonseca	29/04/2008	2008/2010
Fiscal Único			
Efetivo	Abreu & Cipriano, Auditores, SROC	29/04/2008	2008/2010
Suplente	João Amaro Santos Cipriano Carlos Alberto Antunes Abreu	29/04/2008	2008/2010
Comissão de Fixação de Remunerações			
Presidente	Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar	29/04/2008	2008/2010
Vogal	Sara Alexandre Duarte Ambrósio	29/04/2008	2008/2010
Vogal	Cristina Maria Pereira Freire	29/04/2008	2008/2010

Tendo o mandato dos órgãos sociais da Docapesca terminado em 31 de Dezembro de 2010, mantiveram-se em funções até à eleição dos novos órgãos sociais, que se realizou em 16 de Fevereiro de 2012.

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS A PARTIR DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA ELEIÇÃO	MANDATO
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	16/02/2012	2012/2014
Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	16/02/2012	2012/2014
Secretária	Cristina Maria Torres Matela Tavares	16/02/2012	2012/2014
Conselho de Administração			
Presidente	José Apolinário Nunes Portada	16/02/2012	2012/2014
Vogal	Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	16/02/2012	2012/2014
Vogal	Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	16/02/2012	2012/2014
Fiscal Único			
Efetivo	Abreu & Cipriano, Auditores, SROC	16/02/2012	2012/2014
Suplente	João Amaro Santos Cipriano Carlos Alberto Antunes Abreu	16/02/2012	2012/2014
Comissão de Fixação de Remunerações			
Presidente	Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar	16/02/2012	2012/2014
Vogal	Sara Alexandre Duarte Ambrósio	16/02/2012	2012/2014
Vogal	Cristina Maria Pereira Freire	16/02/2012	2012/2014

A Docapesca contratou os serviços da Deloitte & Associados, SROC, SA para proceder à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011.

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são executivos e responsáveis pelos seguintes pelouros:

Presidente – Maria Adelaide Torradinhas Rocha

- ➔ Departamento de Estatística
- ➔ Direção de Infraestruturas e Manutenção

Vogal – João Manuel de Sousa Santos Reis

- ➔ Direção Comercial e Marketing
- ➔ Direção de Exploração
- ➔ Direção de Informática

Vogal – João Francisco Ferreira da Fonseca

- ➔ Direção Financeira
- ➔ Direção de Apoio Jurídico e de Recursos Humanos
- ➔ Delegações

Os membros do Conselho de Administração reúnem-se regularmente pelo menos uma vez por mês. No ano de 2011, o Conselho de Administração reuniu dezoito vezes.

ORGANOGRAMA DA DOCAPESCA



6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- ➔ **Presidente** Senha de presença no valor de 505,85 Euros;
- ➔ **Vice-Presidente** Senha de presença no valor de 304,43 Euros;
- ➔ **Secretário** Senha de presença no valor de 259,33 Euros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No período que decorreu de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, as remunerações do Conselho de Administração, conforme determinado na Declaração sobre a Política de Remuneração emitida pela Comissão de Fixação de Remunerações em 5 de maio de 2010, foram:

Administradores Executivos

- ➔ **Presidente** Remuneração de 4.834,81 Euros, 14 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações.
- ➔ **Vogais** Remuneração de 4.065,57 Euros, 14 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações.

Estes valores foram reduzidos pela aplicação da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho, que implica uma redução de 5% nas remunerações dos gestores públicos, e da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, que implica a redução da remuneração fixa mensal ilíquida de acordo com o art.º 19.º daquela lei.

O acerto referente ao processamento dos vencimentos do mês de Junho 2010 foi efetuado em fevereiro de 2011.

FISCAL ÚNICO

Remuneração por serviços prestados de Revisão Legal de Contas: 1.135,00 Euros por mês.

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS)

6.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
REMUNERAÇÕES 2010	505,85	304,43	259,33
REMUNERAÇÕES 2011	505,85	304,43	259,33

6.2. FISCAL ÚNICO

	2010	2011 *
Remuneração Anual Auferida (€)	13.620	13.620

* Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM _ Não ☒

O Fiscal Único não foi sujeito à aplicação do art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2011 porque o valor contratado mensalmente para a prestação do serviço não atinge o valor de 1.500 Euros mensais, pelo que não se encontra abrangido.

6.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remunerações em 2011

	Presidente	Vogal 1	Vogal 2	Total
	Maria Adelaide Rocha	João Reis	João Fonseca	
1. Remuneração				
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	67.687,34	56.917,98	56.917,98	181.523,30
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	3.384,36	2.845,92	2.845,92	9.076,20
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	6.430,34	5.151,58	5.151,58	16.733,50
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	57.872,64	48.920,48	48.920,48	155.713,60
1.5. Senha de presença (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7. Remuneração variável (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Outras regalias e compensações				
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	1.080,00	1.080,00	1.080,00	3.240,00
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	792,99	1.887,82	1.265,25	3.946,07
2.3. Subsídio de deslocação (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4. Subsídio de refeição (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5. Deslocações e Estadas (€)	110,00	1.581,20	1.295,27	2.986,47
2.6. Despesas de Representação (€)	1.896,20	5.496,51	3.427,22	10.819,93
2.7. Ajudas de custo (€)	112,95	690,05	1.833,39	2.636,39
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Proteção Social (€)	6.405,77	9.224,20	9.224,20	24.854,17
3.2. Seguros de saúde (€)	214,00	214,00	214,00	642,00
3.3. Seguros de vida (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	323,69	323,69	323,69	971,07
3.5. Seguro de Acidentes de Trabalho (€)	474,97	401,51	401,51	1.277,99
4. Parque Automóvel				
4.1. Marca	BMW	Volksw agen	Volksw agen	
4.2. Modelo	320-D	Passat 2.0 TDI	Passat 1.9 TDI	
4.3. Matrícula	52-AC-75	40-BF-85	51-33-OZ	
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	n.a.	n.a.	n.a.	
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)				
4.6. Ano Inicio	n.a.	n.a.	n.a.	
4.7. Ano Termo	n.a.	n.a.	n.a.	
4.8. N.º prestações (se aplicável)	n.a.	n.a.	n.a.	
4.9. Valor Residual (€)	n.a.	n.a.	n.a.	
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	0	0	0	
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	1.632,25	5.163,70	3.439,48	10.235,43
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)	2.552,73	2.552,73	2.552,73	7.658,20
4.13. Seguro Automóvel (€)	1.833,21	1.349,41	630,55	3.813,17
4.14. Portagens e Estacionamento(€)	617,80	2.530,10	1.412,87	4.560,77
4.13. Conservação e Reparação (€)	2.113,46	4.869,34	4.926,86	11.909,66
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem (€)	0	0	0	
5.3. Regime de Proteção social				
5.3.1. Segurança social (s/n)	Não	sim	sim	
5.3.2. Outro (indicar)	CGA			
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	Não	Não	Não	
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O Conselho de Administração da Docapesca definiu no início do seu mandato, em Abril de 2008, um conjunto de orientações para o triénio 2008/2010 nos domínios económico, social e ambiental: uma estratégia económica alicerçada no reforço do valor do pescado vendido em lota.

Dois elementos contribuíram para a definição desta linha de política económica. Por um lado, o valor médio do pescado transacionado em lota, que se situava num nível muito baixo e que era influenciado por diversos fatores, a saber: as condições infraestruturais e de acesso à compra em lota; a organização da Rede de Lotas; e a ausência de nominalização do pescado transacionado em lota. Por outro, a percentagem da taxa cobrada na Primeira Venda, que ultrapassa metade da receita, sendo por esse efeito o fator determinante para o equilíbrio económico e financeiro da Empresa.

Neste contexto, foi então decidido atuar em todos os fatores que podem influenciar a formação do preço da seguinte forma: iniciando a reforma das condições das infraestruturas (evoluindo-as para equipamentos climatizados e certificados – Número de Controlo Veterinário (NCV), HACCP, ISO 9001); promovendo a alteração da Rede de Lotas, com o objetivo de concentrar oferta e procura; incentivando, quer a abertura de novos canais de comercialização, em especial a venda online, quer a abertura organizada à restauração e hotelaria, com o início de um projeto de nominalização do pescado comercializado em lota.

No domínio social, a política prosseguida pela Docapesca divide-se em dois planos. Num plano interno, a promoção da melhoria das condições laborais para os seus Trabalhadores e, num plano externo, o apoio ao Setor, em diálogo permanente e parceria, tendo como principal preocupação a prossecução dos seus interesses sociais e económicos.

Esta política é concretizável, no plano interno, com a promoção da igualdade de oportunidades entre Trabalhadores, através de: sistemas de avaliação de desempenho; contínuo reforço das competências; formação profissional; contínua melhoria das condições de Higiene e Segurança do Trabalho; diálogo permanente com as estruturas representativas dos Trabalhadores; negociação no âmbito do Acordo de Empresa, com resultados para a melhoria das condições dos Trabalhadores.

No plano externo é verificável através da abertura e diálogo permanentes com todas as estruturas representativas do Setor para a definição articulada das políticas a prosseguir, designadamente, no apoio às Organizações de Produtores, com descontos comerciais nos produtos e serviços prestados pela Docapesca, e na transferência dos descontos no combustível comercializado pela Empresa à frota. De salientar ainda a relevante integração da Docapesca na rede de lotas europeias através da Associação Europeia de Portos e Lotas () e o projeto de nominalização do pescado que envolve as organizações do Setor e as Autarquias locais.

Em matéria ambiental a estratégia da Empresa tem como objetivo a promoção da proteção ambiental, através da adoção das práticas ambientalmente mais correctas. Numa perspetiva operacional esta política está organizada em três áreas – Frota/Recursos, Exploração/Industrial e Serviços Administrativos – e alicerçada na implementação de um Sistema de Gestão Ambiental com início em 2010. Durante o ano de 2011 foi efetuada uma auditoria ambiental de conformidade legal com o objetivo de verificar o nível de conformidade das instalações de exploração industrial no porto de pesca de Matosinhos. O relatório desta auditoria serviu para traçar as linhas gerais do guia para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental.

A política de promoção ambiental para a Frota/Recursos passa por uma observância rigorosa da e o cumprimento das medidas administrativas referente aos limites de capturas de pescado , medidas essas fundamentais para a sustentabilidade dos recursos piscícolas. A implementação de um Manual de Boas Práticas, em elaboração com o apoio do Instituto das Pescas, da Investigação e do Mar (IPIMAR), permitirá a alteração de metodologias de trabalho em terra e no mar, adequando-as no sentido da valorização do pescado e do respeito pelo ambiente.

A rede de lotas da Docapesca, na sua vertente Exploração/Industrial, tem sido objeto de uma série de medidas de relevância ambiental, de que se destacam: o armazenamento e reciclagem de resíduos de pescado, através da utilização de contentores frigoríficos em todos os portos concessionados, bem como a contratualização com empresas que procedem à sua recolha e reciclagem por farinação; a reciclagem de óleos usados provenientes dos motores das embarcações e a contratação de empresas de recolha que os introduzem no circuito de reciclagem; o início da substituição dos produtos utilizados para a limpeza das lotas, por produtos ambientalmente mais eficientes; a reciclagem de resíduos de polietileno; e a adoção de práticas de consumo energético nos entrepostos frigoríficos que permitam poupanças, através da seleção de períodos, horários e reforço da eficácia energética.

Os Serviços Administrativos têm sido objeto de uma política de reciclagem que se pretende expandir, através da reciclagem de consumíveis informáticos, máquinas de escritório, papel e cartão. A Área de Compras efetua a seleção de fornecedores de acordo com critérios ambientais. A frota automóvel tem vindo a ser reestruturada, com a substituição progressiva de viaturas a gasolina, por outras ambientalmente menos poluentes com motores a diesel de última geração.

Sob um ponto de vista prospectivo, a Docapesca manter-se-á na linha de estratégia enunciada nos domínios económico, social e ambiental, contribuindo para tal o avançado grau de execução das políticas descritas que se encontram implementadas ou em fase de implementação. Estas medidas são essenciais ao equilíbrio económico e financeiro da Empresa, reforçando a qualidade e sustentando ambientalmente a atividade da Docapesca apoiando, deste modo, o Setor nos planos económico e social.

É também importante salientar os principais riscos identificáveis para a atividade e para o futuro da Empresa, que se centram na gestão de recursos piscícolas e respetiva sustentabilidade. A política a implementar quanto ao Setor e, em particular, quanto à gestão dos recursos, será determinante para o futuro da atividade. Um desequilíbrio entre a capacidade produtiva e os recursos existentes colocará em perigo a atividade da pesca e só uma cuidadosa gestão dos recursos e da frota permitirá manter esta importante proporção. Uma vez que o volume da atividade e a viabilidade da Empresa se encontram indissociavelmente associados, qualquer variação afeta de forma direta os resultados da Empresa.

A Docapesca elaborou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade para ano de 2010, que expôs em detalhe as políticas da empresa e as medidas a concretizar.

8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

A Docapesca aplica e segue as Boas Práticas de governação, de acordo com a RCM n.º 49/2007 de 28 de Março, nomeadamente através do cumprimento dos seguintes princípios:

- Sítio próprio na Internet (www.docapesca.pt) com as informações relevantes da Empresa;
- Estrutura orgânica bem definida;
- Órgão de Fiscalização independente;
- Auditores Externos anuais (de forma a colmatar a inexistência de Administradores não Executivos);
- Existência de um Código de Conduta;
- Deveres de informação e meios de divulgação adequados.

9. EXISTÊNCIA DE CÓDIGO DE ÉTICA

A Docapesca aprovou e implementou em 2008 o *Código de Conduta*, cujo texto está disponível em www.docapesca.pt.

10. SISTEMA DE CONTROLO

O órgão de administração adotou um Sistema de Avaliação e Gestão de Risco. Este sistema tem como principal objetivo a identificação, avaliação e gestão dos riscos face à incerteza, bem como o apoio à criação e preservação do valor da organização. Este sistema é suportado pela metodologia do *Comitee of Sponsoring Organization* (COSO).

A Docapesca tem um Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção de acordo com a Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção. Durante o ano de 2011, foi elaborado o primeiro relatório para aferir o grau de cumprimento do respetivo plano.

11. MECANISMOS ADOTADOS PARA PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os membros dos Órgãos Sociais da Docapesca não detêm quaisquer participações patrimoniais na Empresa, nem mantêm qualquer relação relevante com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflito de interesses. Nenhum membro dos Órgãos Sociais aprova despesas por si realizadas.

12. EXPLICITAÇÃO FUNDAMENTADA DA DIVULGAÇÃO DE TODA A INFORMAÇÃO ATUALIZADA

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2011

Na Assembleia Geral que aprovou as Contas de 2010, realizada em 2 de Junho de 2011, o acionista Estado votou favoravelmente a não deliberação no sentido da aprovação do Plano de Atividades, do Plano de Investimentos e do Orçamento de Exploração para 2011, remetendo para futura Assembleia Geral a eleição do Conselho de Administração e, na sua sequência, a apresentação dos novos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2011.

Não se tendo realizado a Assembleia Geral prevista, o Conselho de Administração fixou um conjunto de objetivos de gestão para 2011, em linha com os objetivos que haviam sido fixados para os anos de 2009 e 2010.

Objectivos Quantitativos	Objectivo	Execução	Objectivo	Execução	Objectivo	Execução
	2009		2010		2011	
Custos Operacionais / EBITDA	8,54	7,56	4,79	4,34	4,03	3,01
Custos com o Pessoal / EBITDA	3,75	3,18	1,80	2,67	2,60	1,88
Taxa de Variação dos Custos com o Pessoal	-6,49%	-16,94%	-15,86%	-8,44%	-6,70%	-9,52%
EBITDA / Juros Líquidos	10,27	68,03	11,26	56,08	16,49	633,87
Volume de Negócios (mil €)	29.890	26.962	31.050	25.613	24.207	24.721
Margem EBITDA (%)	12,21%	14,19%	21,26%	16,43%	17,47%	21,86%
Resultados Líquidos (mil. €)	100	116	2.343	493	493	1.974
PMP (dias)	58	68	47	45	40	40
Objectivos Qualitativos						
Segurança e Qualidade Alimentar	4,25	3,00	5,00	4,31	5,00	2,15
Economia	3,00	3,80	5,00	3,55	5,00	1,90
Nominalização do Pescado / Marca	5,00	3,60	5,00	4,64	5,00	4,25
Modernização	4,00	4,02	5,00	4,43	5,00	3,55
Abertura ao Sector	4,00	4,20	5,00	4,63	5,00	3,50

No quadro acima verifica-se que a Docapesca conseguiu atingir todos os oito objetivos quantitativos a que se havia proposto e que decorrem do Orçamento de Exploração para 2011, que embora não aprovado em Assembleia Geral, foi cumprido pela empresa.

A execução dos objetivos qualitativos, associados ao Plano Estratégico 2011-2013 elaborado pelo Conselho de Administração, de acordo com as orientações iniciais da Tutela, ficou aquém do desejável, sobretudo em áreas com uma forte componente de investimento, o qual não foi possível executar devido à necessidade de cumprir o limite definido para o crescimento do endividamento e da dificuldade no acesso ao crédito bancário.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AVALIAÇÃO DO RISCO

A Docapesca não detém ativos financeiros. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor. A Docapesca negociou financiamento bancário na forma de descoberto bancário e na forma de contas correntes caucionadas. A empresa aceitou uma cessão de créditos a favor da Caixa Geral de Depósitos, decorrente do Acordo de Liquidação de Dívidas celebrado em 23 de Fevereiro de 2010 entre a

Administração do Porto de Lisboa, SA e a Docapesca – Portos e Lotas, SA referente à utilização do Edifício Vasco da Gama no período 2003 a 2009.

A Docapesca diversificou a origem dos financiamentos bancários para beneficiar de maior capacidade negocial das condições particulares a cada momento, quer em termos dos indexantes, quer dos *spreads*.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Precedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação de entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado		X		
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

POLÍTICAS DE REFORÇO DOS CAPITALIS PERMANENTES E OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA

A Docapesca recorre a financiamento bancário para reforço da Tesouraria, dando cobertura a:

- ➔ Crédito que concede aos seus clientes por bens fornecidos e serviços prestados;
- ➔ Financiamento dos investimentos específicos que realiza no Setor das Pescas com apoio comunitário, na parte correspondente ao previsível cofinanciamento, e pelo período que decorre entre a realização do investimento e o recebimento dos subsídios não reembolsáveis;
- ➔ Apoio ao programa de adequação dos recursos humanos às necessidades atuais e futuras, financiando os acordos de rescisão negociados com os Trabalhadores da Docapesca.

A Docapesca apenas utiliza financiamento bancário de curto prazo, maioritariamente em descobertos sobre depósitos à ordem, por se mostrar o mais adequado para a cobertura das necessidades cíclicas e quinzenais da sua Tesouraria, que se anulam nos meses de verão.

Para além do recurso ao crédito já referido anteriormente, a Docapesca paga a sua parte dos investimentos cofinanciados, assim como os investimentos correntes, com recurso ao autofinanciamento gerado pela sua atividade.

A Docapesca promove a consolidação do seu passivo através da transformação de dívidas exigíveis em créditos a médio prazo, com pagamentos semestrais, e beneficiando da ausência de juros ou, havendo intervenção de Instituições Financeiras, de taxas de juro indexadas à Euribor acrescidas de *spreads* entre 1,75% e 8,00%.

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Para o período de 2005 a 2011, a utilização do crédito bancário de curto prazo tem sido regular e adaptada às necessidades diárias da Tesouraria. A Docapesca tem uma elevada dispersão geográfica no continente português, exercendo uma atividade tradicional (serviços de apoio à pesca) onde ainda é frequente o recurso a recebimentos e pagamentos em numerário, pelo que tem os seus recursos financeiros espalhados por mais de vinte tesourarias locais, desde Viana do Castelo até Vila Real de Santo António, onde são cobrados e pagos os cerca de 200 milhões de Euros correspondentes à “produção” das embarcações de pesca. Para otimizar esses recursos a Docapesca utiliza o *cashpooling* bancário.

	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões sobre as linhas de crédito	Financiamento médio
2005	3,72%	85.410	14.801	2.298.395
2006	4,14%	130.600	6.808	3.156.540
2007	4,99%	269.831	7.059	5.402.702
2008	5,38%	254.023	7.025	4.717.840
2009	3,53%	145.626	11.411	4.129.719
2010	3,00%	118.246	11.429	3.921.391
2011	3,65%	97.409	18.514	2.634.530

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	48	40	39	44	39	38	38	40

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
	0	0	0	0	0

Não existem atrasos superiores a 90 dias

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

No decurso do ano de 2011, devido a uma reclassificação contabilística, a Docapesca apurou valores para o PMP que são divergentes dos publicitados no site da Direção Geral do Tesouro e Finanças. Em tempo, foi pedida a reabertura do SIRIEF no sentido da correção dos dados relativos ao PMP ainda não concretizada.

CUMPRIMENTO DOS DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

A Docapesca cumpre todos os deveres especiais de informação nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, designadamente:

- Planos de atividades anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- Cópia das actas das Assembleias Gerais.

CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Na Assembleia Geral que aprovou as Contas de 2010, realizada em 2 de Junho de 2011, o acionista Estado votou favoravelmente a não deliberação no sentido da aprovação do Plano de Atividades, do Plano de Investimentos e do Orçamento de Exploração para 2011, remetendo para futura Assembleia Geral a eleição do Conselho de Administração e, na sua sequência, a apresentação dos novos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2011.

Em todo o caso recomendou que se deveriam respeitar as orientações relativas ao Plano de Redução de Custos Operacionais em, pelo menos, 15% de redução face aos valores de 2009, bem como cumprir com o limite máximo de acréscimo de endividamento de 6%, previsto, para 2011, no Programa de Estabilidade e Crescimento. As orientações foram integralmente cumpridas pela Docapesca.

Não se tendo realizado a Assembleia Geral prevista, o Conselho de Administração manteve-se em funções e diligenciou, cumulativamente, cumprir as recomendações efetuadas pelo Acionista e emitidas na Assembleia Geral de 5 de Maio de 2010, onde se destacam:

- As Orientações Estratégicas Específicas dirigidas ao Conselho de Administração que foram, no âmbito geral, totalmente cumpridos;
- Os Objetivos de Gestão estabelecidos para dar cumprimento às Orientações Estratégicas Específicas atrás quantificados;

- A execução do Plano de Investimentos, que se restringiu aos investimentos necessários para a manutenção da atividade e de carácter estratégico, no respeito pelas fontes de financiamento disponíveis no exercício de 2011.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE GESTÃO

A Docapesca cumpriu com as orientações do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através do ofício-circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010, bem como o determinado no art.º n.º 24 da Lei n.º 55-A/2010, que determinaram a não atribuição de prémios de gestão, no ano 2011, aos membros do Órgão de Administração.

CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO ART.º 19.º DA LEI N.º 55-A/2010

A Docapesca cumpriu com o disposto no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que determinou uma redução remuneratória à remuneração fixa mensal ilíquida, tendo a redução sido calculada de acordo com o determinado na Lei. Assim, as remunerações dos membros do Conselho de Administração foram reduzidas, tendo por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação das reduções previstas nos artigos 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010.

CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO ART.º 12 DA LEI N.º 12-A/2010

A Docapesca manteve a redução de 5% nas remunerações dos membros do Conselho de Administração, dando cumprimento ao disposto no n.º 12 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, conforme previsto no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010.

REMUNERAÇÕES DOS RESTANTES TRABALHADORES

A Docapesca cumpriu com o disposto no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que determinou uma redução remuneratória à remuneração fixa mensal ilíquida, tendo a redução sido efetuada, de acordo com o determinado na Lei, a todos os trabalhadores cuja remuneração fixa mensal ilíquida fosse superior a 1.500,00 Euros.

CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Docapesca aplica na íntegra, em matéria de contratação, o *Código dos Contratos Públicos* aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.

IMPLEMENTAÇÃO MEDIDAS DO PEC SOBRE POLÍTICA DE APROVISIONAMENTO

A Docapesca dentro deste objetivo e de acordo com a política de racionalização de aprovisionamentos de bens e serviços e dentro da reestruturação já prevista no seu plano estratégico dispõe de uma área de Compras que centraliza e controla toda a atividade de aprovisionamento de bens e serviços. É intenção do Conselho de Administração avaliar a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ENDIVIDAMENTO

A empresa não excedeu o limite de endividamento definido para 2011 no PEC aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010 de 12 de Abril, e explicitados no Despacho n.º 510/10-SETF de 1 de Junho.

VALORES REAIS	2011	
	LIMITE	EXECUÇÃO
ENDIVIDAMENTO REMUNERADO	6.436.756,53	2.252.091,83

CUMPRIMENTO DO PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

A Docapesca cumpriu integralmente o Plano de Redução de Custos definido para 2011, conforme determinado pelo Despacho n.º 155/2011-MEF de 28 de Abril, nomeadamente através de:

- Cumprimento atempado do reporte mensal do mapa de demonstração de fluxos de caixa;
- Redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal em 22% face aos referidos gastos em 2009 (sendo que o determinado era uma redução de 15%);
- Cumprimento atempado do reporte mensal da informação relativa ao Programa Pagar a Tempo e Horas;
- Cumprimento do limite determinado para o crescimento do endividamento.

CUMPRIMENTO DO N.º 17 DA LEI N.º 12-A/2010 – PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 17 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, ao nível do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado. Em 2011, não foram efetuadas quaisquer aplicações financeiras junto do IGCP, IP, nem transferidas quaisquer disponibilidades uma vez que as necessidades de fundo de maneo da empresa são negativas. Tal facto deve-se ao financiamento que a empresa concede ao setor pesqueiro, através de alargados prazos de recebimento concedidos às Organizações de Produtores e Industriais Conserveiros.

QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Anexo 6 - EPNF

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Objetivo 1					Em A.G. não foram fixados objectivos de gestão para 2011
Objetivo 2					
Objetivo 3					
Gestão do Risco Financeiro	x			Menos 4 dias que em 2010 Não existem atrasos nos pagamentos a fornecedores	
Evolução do PMP a fornecedores	x				
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				
Deveres Especiais de Informação	x				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1	x			redução verificada de 21,9%	15% de redução dos Custos Operacionais face aos valores de 2009
Recomendação 2	x			redução verificada de 45,1%	Cumprir com o limite máximo de acréscimo do endividamento (6%) previsto para 2011 no PEC
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x			16.733,45 Euros	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			9.076,20 Euros	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010			x		
Restantes trabalhadores - redução remuneratórios nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x			100.797,03 Euros	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	x				
Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		x			
Limites de Crescimento do Endividamento	x			Menos 45,1% face ao endividamento em 2010	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	x			Menos 16,6%	
Fornecimentos e Serviços Externos	x			Menos 29,7%	
Princípio da Unidade de Tesouraria	x				

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Docapesca encerrou o exercício de 2011 com um resultado positivo de 1.974.033,74 Euros. Este resultado é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O Conselho de Administração propõe que, de acordo com os *Estatutos da Docapesca*, o resultado seja distribuído da seguinte forma: 197.403,37 Euros para a conta de Reservas Legais e 1.776.630,37 Euros para a conta de Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

Manifestamos os nossos agradecimentos aos Ministérios da Agricultura, do Mar e do Ordenamento do Território, das Finanças e respetivos Organismos, bem como aos nossos Trabalhadores, pela dedicação e profissionalismo demonstrados, aos nossos Clientes, pela cooperação prestada, e aos

Sindicatos, pela colaboração evidenciada. Uma palavra final de apreço ao Revisor Oficial de Contas pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 15 de Março de 2012.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Apolinário Nunes Portada

Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra

Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira

3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Balanços

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Unidade: Euros

	NOTAS	31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	18.494.609,63	20.433.177,25
Propriedades de investimento	11	137.229,19	146.370,06
Activos intangíveis	8	272.030,46	340.208,44
Activos por impostos diferidos	17	498.121,40	506.856,40
		<u>19.401.990,68</u>	<u>21.426.612,15</u>
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	12	323.931,30	348.123,15
Clientes	18	877.146,15	1.190.585,94
Adiantamentos a fornecedores		3.785,18	8.054,18
Estado e outros entes públicos	21	211.379,31	161.863,56
Outras contas a receber	18	7.814.024,69	6.417.841,74
Diferimentos	20	155.840,69	193.812,37
Caixa e depósitos bancários	4	702.269,65	961.773,13
		<u>10.088.376,97</u>	<u>9.282.054,07</u>
Total do activo		<u>29.490.367,65</u>	<u>30.708.666,22</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	27	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	27	100.620,52	100.620,52
Resultados transitados		(20.740.681,55)	(21.247.715,81)
Excedentes de revalorização	27	48.834,43	62.400,17
Outras variações no capital próprio	15	6.071.020,78	6.907.232,99
		<u>(5.991.805,82)</u>	<u>(5.649.062,13)</u>
Resultado líquido do período		<u>1.974.033,74</u>	<u>493.468,52</u>
Total do capital próprio		<u>(4.017.772,08)</u>	<u>(5.155.593,61)</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	14	10.536.236,09	9.921.524,34
Outros financiamentos obtidos	18	669.940,89	1.004.911,35
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	5.717.889,28	5.952.173,14
Passivos por impostos diferidos	17	2.216.096,46	2.524.759,14
Outras contas a pagar	18	459.895,22	882.000,39
		<u>19.600.057,94</u>	<u>20.285.368,36</u>
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	1.086.988,82	1.133.290,69
Estado e outros entes públicos	21	1.908.015,38	1.658.482,24
Financiamentos obtidos	18	1.582.150,94	3.094.995,48
Outras contas a pagar	18	9.322.176,39	9.683.372,80
Diferimentos	20	8.750,26	8.750,26
		<u>13.908.081,79</u>	<u>15.578.891,47</u>
Total do passivo		<u>33.508.139,73</u>	<u>35.864.259,83</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>29.490.367,65</u>	<u>30.708.666,22</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2011	31-12-2010
Vendas e serviços prestados	13	24.155.730,57	24.423.054,73
Variação nos inventários da produção	12	700,33	(835,04)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.442.863,90)	(2.594.078,81)
Fornecimentos e serviços externos	22	(5.783.784,28)	(7.021.460,71)
Gastos com o pessoal	23	(10.151.755,15)	(11.220.331,60)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	(5.214,48)	(4.213,06)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(201.300,57)	(157.498,53)
Provisões (aumentos/reduções)	14	(614.711,75)	(674.976,82)
Outros rendimentos e ganhos	25	1.967.007,97	2.681.545,50
Outros gastos e perdas	26	(1.518.677,17)	(1.223.585,71)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.405.131,57	4.207.619,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(3.303.734,29)	(3.386.836,85)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.101.397,28	820.783,10
Juros e rendimentos similares obtidos	10	93.233,60	45.779,30
Juros e gastos similares suportados	10	(170.917,68)	(276.302,39)
Resultado antes de impostos		2.023.713,20	590.260,01
Impostos sobre o rendimento do período	17	(49.679,46)	(96.791,49)
Resultado líquido do período	28	1.974.033,74	493.468,52

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstrações de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Unidade: Euros

	NOTAS	31-12-2011	31-12-2010
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		26.185.803,24	27.992.853,02
Pagamentos a fornecedores		(10.786.420,84)	(10.919.263,35)
Pagamentos ao pessoal		(10.933.766,01)	(11.607.609,86)
Caixa gerada pelas operações		4.465.616,39	5.465.979,81
Pagamentos/ recebimentos do imposto sobre o rendimento		(77.241,22)	(91.787,74)
Outros recebimentos/ pagamentos		(1.239.427,10)	(1.256.905,58)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>3.148.948,07</u>	<u>4.117.286,49</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1.589.617,18)	(2.327.547,74)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	1.493,50
Subsídios ao investimento	15	234.515,67	236.674,70
Juros e rendimentos similares		337,51	308,66
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(1.354.764,00)</u>	<u>(2.089.070,88)</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.750.000,00	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.334.970,46)	(1.684.970,46)
Juros e gastos similares		(192.851,56)	(204.225,95)
Outras operações de financiamento		(13.020,99)	(12.377,97)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>209.156,99</u>	<u>(1.901.574,38)</u>
Variações de caixa e seus equivalentes		<u>2.003.341,06</u>	<u>126.641,23</u>
Efeito das taxas de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>(1.798.251,89)</u>	<u>(1.924.893,12)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>205.089,17</u>	<u>(1.798.251,89)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010		8.528.400,00	100.620,52	-	(21.616.329,60)	76.849,16	7.966.245,44	354.164,80	(4.590.049,68)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo normativo contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alteração de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	14.448,99	(14.448,99)	-	-	-
Ajustamentos de impostos diferidos		-	-	-	-	-	381.848,03	-	381.848,03
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	354.164,80	-	(1.440.860,48)	(354.164,80)	(1.440.860,48)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>368.613,79</u>	<u>(14.448,99)</u>	<u>(1.059.012,45)</u>	<u>(354.164,80)</u>	<u>(1.059.012,45)</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	493.468,52	493.468,52
RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	368.613,79	(14.448,99)	(1.059.012,45)	139.303,72	(565.543,93)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010		<u>8.528.400,00</u>	<u>100.620,52</u>	<u>-</u>	<u>(21.247.715,81)</u>	<u>62.400,17</u>	<u>6.907.232,99</u>	<u>493.468,52</u>	<u>(5.155.593,61)</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011		8.528.400,00	100.620,52	-	(21.247.715,81)	62.400,17	6.907.232,99	493.468,52	(5.155.593,61)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo normativo contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alteração de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	13.565,74	(13.565,74)	-	-	-
Ajustamentos de impostos diferidos	17	-	-	-	-	-	301.491,00	-	301.491,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15	-	-	-	493.468,52	-	(1.137.703,21)	(493.468,52)	(1.137.703,21)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>507.034,26</u>	<u>(13.565,74)</u>	<u>(836.212,21)</u>	<u>(493.468,52)</u>	<u>(836.212,21)</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	1.974.033,74	1.974.033,74
RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	507.034,26	(13.565,74)	(836.212,21)	1.480.565,22	1.137.821,53
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011		<u>8.528.400,00</u>	<u>100.620,52</u>	<u>-</u>	<u>(20.740.681,55)</u>	<u>48.834,43</u>	<u>6.071.020,78</u>	<u>1.974.033,74</u>	<u>(4.017.772,08)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (em seguida referido como “Docapesca” ou “Empresa”)
Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-038 Lisboa
Capital Social: 8.528.400,00 Euros
Registada na C. R. Comercial de Lisboa – Matrícula N.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)
Pessoa Colectiva n.º 500.086.826
CAE 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

Os Estatutos da Sociedade foram publicados em anexo ao referido Decreto-Lei. A versão atualizada dos Estatutos da Sociedade está disponível no site da empresa (<http://www.docapesca.pt>).

A Docapesca é participada a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A Docapesca transferiu a sua sede social em Abril de 2011 para as antigas instalações dos Serviços Sociais localizadas na Avenida Brasília junto ao Porto de Pedrouços e procedeu à desocupação das suas antigas instalações no Porto de Pedrouços conforme determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003, de 20 de Outubro, e reforçado pela decisão de encerramento definitivo da atividade da Docapesca no Porto de Pesca de Pedrouços contida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2010, de 31 de Agosto, que declarou o interesse público da reconversão e requalificação urbanística da área de domínio público situada entre Pedrouços e Dafundo, sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, onde se encontravam implantadas as instalações da Docapesca. Nesse sentido, declarou o interesse público na extinção de todos os direitos de uso privativo que impendiam sobre bens de domínio público localizados na referida zona.

Aos dezasseis dias do mês de Fevereiro de 2012 reuniu a Assembleia Geral da Docapesca, que deliberou sobre a eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2012-2014, a saber:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins
Vice-Presidente: Dra. Maria Cristina Marques Rosa Magina
Secretária: Dra. Cristina Maria Torres Matela Tavares

Conselho de Administração:

Presidente: Dr. José Apolinário Nunes Portada
Vogal: Dra. Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra
Vogal: Dr. Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira

Fiscal Único:

Efetivo: Abreu e Cipriano Auditores, SROC n.º 119, representada pelo Dr. João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)

Suplente: Dr. Carlos Alberto Antunes Abreu (ROC n.º 761)

Comissão de Remunerações:

Presidente: Dra. Filomena Maria Amaro Vieira Martinho Bacelar

Vogal: Dra. Sara Alexandra Duarte Ambrósio

Vogal: Dra. Cristina Maria Pereira Freire

Todos os valores são apresentados em Euros, salvo referência em contrário.

NOTAS SOBRE A ATIVIDADE DA DOCAPESCA

O regime legal da Primeira Venda de Pescado, fresco e refrigerado, foi atualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro.

Os rendimentos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro) e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo, Portarias n.º 251/2008, de 4 de Abril e n.º 495/2008 de 23 de Junho (Área de negócios – Lotas);
- Atividades Comerciais – restantes áreas de negócios.

Os rendimentos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de tarifas percentuais sobre o valor do pescado transacionado, cabendo o seu pagamento, quer aos Armadores/Pescadores, quer aos compradores.

A atividade corrente da Docapesca depende diretamente da quantidade e da qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca pelo que está condicionada, quer pela atividade dos Armadores, quer, por via indireta, às condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efetua todo o tratamento administrativo dessas vendas, fornecendo aos Armadores e aos compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca efetua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas +IVA), podendo conceder crédito a três dias úteis com base na Portaria n.º 9/1989.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos Armadores/Pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social, relativos às contribuições dos Armadores, são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos Armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transacionado em lota são relevados no Balanço em outras contas a receber (Compradores) e de outras contas a pagar (Armadores/Pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de rendimentos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transacionado em lota.

No ano de 2011 foram transacionadas, nas várias lotas da Docapesca, 129.651,1 toneladas de pescado fresco, no valor de 201.366.292 Euros, propriedade dos Armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2010, 127.563,5 toneladas, no valor 187.091.824 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das atividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis na conta própria de capitais próprios, deduzido do respetivo passivo por imposto diferido.

Em 12 de Maio de 2008, a Docapesca aplicou o novo Tarifário dos Serviços de Primeira Venda de Pescado em Lota, determinado pelo Governo, e que aumentou a tarifa paga pelos comerciantes de pescado (de 3% para 5%) e reduziu a tarifa paga pelos Armadores da pesca do arrasto (5% para 4%), dando origem a um acréscimo líquido de receitas.

Aplicação das Taxas de Movimentação de Pescado

A aplicação das taxas de movimentação de pescado, previstas nos tarifários do IPTM (Norte, Centro e Sul) e da Administração do Porto de Aveiro foi, desde sempre, contestada pela Docapesca, porque delas são sujeitos passivos os utentes dos Portos (comerciantes de pescado) e não a própria Docapesca.

Até ao final do exercício de 2003, a Docapesca procedeu à constituição de uma provisão, pelo montante das taxas aplicadas ao valor do pescado transacionado nas lotas implantadas em terrenos sob jurisdição das entidades já mencionadas, admitindo a probabilidade de ser improcedente a reclamação apresentada.

Em Novembro de 2002, o Instituto Portuário do Sul (atualmente integrado no IPTM) apresentou a primeira certidão de dívida junto do Serviço de Finanças de Lisboa 7, que foi reclamada pela Docapesca.

No decurso do ano de 2003, decorreram diligências entre a Docapesca e o Governo, apresentadas no Relatório de Gestão de 2003, que justificaram a anulação das provisões entretanto constituídas, ainda neste exercício, e abriram uma nova perspetiva sobre o futuro relacionamento entre a Docapesca e o então criado IPTM (que integrou os Institutos Portuários do Norte, do Centro e do Sul).

A partir de Janeiro de 2004, a Docapesca procedeu mensalmente ao reconhecimento de uma provisão pelo valor correspondente à aplicação da taxa de movimentação de pescado, agora de percentual reduzido, sobre o valor do pescado transacionado em lota e de que são sujeitos passivos os comerciantes de pescado.

No início do exercício de 2007, a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento da dívida reclamada em 2002. Na sequência dessa execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva e iniciaram um processo de negociação, suportado pela vontade expressa do Acionista da Docapesca que, no conjunto dos objetivos de gestão para o exercício de 2007, incluiu expressamente as diligências “no sentido de ser ultrapassado o contencioso existente com o IPTM relativamente à taxa de movimentação de pescado”.

Contudo, o ano de 2007 terminou sem que fosse possível um acordo definitivo.

No início do exercício de 2008, a situação relatada pela Docapesca correspondia ao reconhecimento de um previsível desembolso por valores calculados para os anos de 2004 a 2007, aplicável aos Portos (lotas) sob jurisdição do IPTM.

Relativamente à Administração do Porto de Aveiro, a posição da Docapesca expressava-se pela completa oposição à taxa de movimentação de pescado, sucessivamente inscrita no tarifário da referida Administração, sem que lhe fosse aplicada a redução verificada na taxa equivalente do IPTM. A Docapesca nada relevou nas suas contas durante os exercícios de 2004 a 2007.

Durante os meses de Maio e Junho de 2008, a Docapesca foi sucessivamente citada pelo 6.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento dos processos de execução fiscal reclamados pela Administração do Porto de Aveiro (Maio – um processo) e pelo IPTM (Junho – cinco processos). Todos estes processos tiveram por base certidões de dívida que, na sua quase totalidade, se referem ao cômputo que aquelas entidades apuraram a título de taxas de movimentação de pescado, para diferentes prazos compreendidos entre 2000 e 2007.

Embora os processos de execução fiscal tenham sido prontamente reclamados pela Docapesca, mostrou-se necessária a apresentação dos seus bens à penhora, incluindo o próprio estabelecimento.

Perante a atuação das entidades portuárias, ficou sem efeito o progresso alcançado nas negociações já havidas, tendo a Docapesca procedido, por devida cautela, à reposição dos montantes correspondentes às taxas de movimentação de pescado, desde a sua origem (ano de 2000), quer as

referentes ao IPTM, quer as referentes à Administração do Porto de Aveiro, afetando em 2008 negativamente os capitais próprios em 6,3 milhões de Euros.

Em 2009 foram criadas duas novas Administrações Portuárias – a Administração do Porto de Viana do Castelo (APVC), detida a 100% pela Administração dos Portos de Douro e Leixões (APDL), e a Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF), detida a 100% pela Administração do Porto de Aveiro (APA), que integraram a universalidade dos direitos e deveres do IPTM sobre os respetivos Portos.

Durante o mês de Março de 2009, a Docapesca foi citada pelo 6.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de um novo processo de execução fiscal reclamado pela Administração do Porto de Aveiro tendo por base mais uma certidão de dívida por taxas de movimentação de pescado para os períodos de Dezembro de 2007 e Abril de 2008.

Em Setembro de 2009, a Docapesca obteve o consentimento do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para proceder ao pagamento da parte respeitante ao capital da dívida reclamada em 2002 (pelo IPTM, ex Instituto Portuário do Sul) quebrando o impasse que se havia prolongado desde 2007. O pagamento foi efetuado respeitando o acordo inicial pelo que foram desembolsadas as três primeiras prestações semestrais (Abril de 2008, Outubro de 2008 e Abril de 2009). Em Outubro de 2009, a Docapesca pagou a quarta prestação semestral, ficando em dívida as nove prestações semestrais remanescentes.

Em consequência do início do pagamento da dívida reclamada em 2002, ficaram regularizados todos os restantes processos reclamados até essa data e foram levantadas as penhoras sobre os créditos de clientes (oito penhoras), instauradas no final de 2007.

O reconhecimento pela Docapesca da dívida reclamada em 2002, obrigou, por cautela, ao apuramento das diferenças entre os valores já registados em anos anteriores e os valores reclamados por estimativas elaboradas pelo IPTM. Deste apuramento, que se alargou às restantes reclamações do IPTM, resultou o reconhecimento em 2009 de mais 1,7 milhões de Euros, que, por se tratar de regularizações de grande significado relacionadas com exercícios anteriores, afetaram negativamente os Resultados Transitados neste exercício.

Em Dezembro de 2009, a Docapesca foi citada pelo 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de mais dois processos de execução fiscal, reclamados pela APA e pelo IPTM tendo por base certidões de dívida por taxas de movimentação de pescado do ano de 2008.

Em Abril de 2010, a Docapesca foi citada pelo 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de mais um processo de execução fiscal, reclamado pela APA, tendo por base certidão de dívida por taxas de movimentação de pescado do ano de 2009.

Durante o ano de 2010, a Docapesca efetuou o pagamento de mais duas prestações semestrais referentes à dívida reclamada pelo IPTM em 2002, ficando em dívida as sete prestações semestrais remanescentes.

Em Junho de 2011, a Docapesca solicitou ao 7.º Serviço de Finanças de Lisboa a extração de 15 novos Autos de Penhora de Estabelecimento Comercial destinados a substituir a penhora única instaurada em 2008. Estes novos 15 Autos de Penhora incidiram sobre os bens e os rendimentos da Docapesca nos portos de pesca de Póvoa de Varzim, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Lagos, Portimão, Quarteira, Olhão e Vila Real de Santo António. Estes novos autos de penhora destinaram-se à associação unívoca com cada processo de execução fiscal instaurado até à data.

Em Agosto de 2011, a Docapesca foi de novo citada pelo 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de mais um processo de execução fiscal, reclamado pela APA, tendo por base certidão de dívida por taxas de movimentação de pescado do ano de 2010 e de Janeiro a Março de 2011.

A 15 de Dezembro de 2011 a Docapesca foi citada sobre nova execução fiscal, reclamada pela APA, referente à faturação de Abril a Julho de 2011.

Durante o ano de 2011, a Docapesca efetuou o pagamento de mais duas prestações semestrais referentes à dívida reclamada pelo IPTM em 2002, ficando em dívida as cinco prestações semestrais remanescentes.

Não foram registados em conta corrente os juros reclamados nos processos de execução fiscal, devido à posição expressa nas negociações de que os mesmos não seriam cobrados se fosse possível chegar a um entendimento satisfatório para ambas as partes.

A Docapesca desenvolveu, entretanto, os procedimentos legais de oposição às execuções fiscais a que foi sujeita.

Renda do Edifício Vasco da Gama

A Docapesca reconheceu, em 2008, como encargo do exercício, as taxas dominiais respeitantes à ocupação do Edifício Vasco da Gama, em Lisboa, propriedade da Administração do Porto de Lisboa, SA (APL), que ocupava desde Dezembro de 2003, iniciando em 2009 negociações no sentido da sua resolução definitiva.

Durante o primeiro semestre de 2009, a Docapesca foi notificada da necessidade da sua saída tempestiva do referido edifício, tendo decidido reocupar as instalações no Porto de Pedrouços que havia abandonado no final de 2003, alterando a sua sede social.

No final do ano de 2009, estabeleceram-se em definitivo as condições de mútuo acordo para a regularização das taxas dominiais devidas pela ocupação do edifício Vasco da Gama, com o seu pagamento em dez prestações semestrais a efetuar junto de Instituição Financeira por cedência dos créditos da APL. Este acordo foi assinado em 23 de Fevereiro de 2010, reportado à dívida existente em 17 de Dezembro de 2009, registada nas Demonstrações da Docapesca em 31 de Dezembro de 2009.

Durante o ano de 2011, a Empresa efetuou os terceiro e quarto pagamentos semestrais do acordo, diretamente à Caixa Geral de Depósitos, ficando as restantes seis prestações reconhecidas como dívida a esta instituição financeira.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2.REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF").

3.2- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos Armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transacionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos Armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado nas demonstrações financeiras da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos Armadores.

3.3- Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este

método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 3.8, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício a que respeitam, respetivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4- Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.5- Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é pretendido compensar. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.6- Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha recta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecimentos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

3.7- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.8- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é *desreconhecido*, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 30
Equipamento básico	1 a 19
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	3 a 13
Outros activos	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.9- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem um imóvel detido para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são classificadas entre as que são ocupadas pelo dono (arrendadas) e as que são detidas para venda.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.10- Intangíveis

Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

3.11- Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.12- Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

3.13- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14- Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair

empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa *desreconhece* ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São *desreconhecidos* os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa *desreconhece* passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.15- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Na sequência do contrato celebrado entre a Repsol e a Docapesca, em 2008, procedeu-se ao reconhecimento das quantidades de gasóleo colocadas nos tanques para abastecimento das embarcações, valorizado como gasóleo agrícola e sujeito a sucessivos créditos pelas saídas como gasóleo pesca. Este reconhecimento é registado na rubrica de Diferimentos por contrapartida da conta a pagar de Fornecedores.
- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio de morte ou pensão de sobrevivência (Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudos atuariais, elaborados por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos atuariais globalmente aceites.

3.16- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

	2011	2010
Numerário	203.816,06	211.815,79
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	498.453,59	749.957,34
	702.269,65	961.773,13
Descobertos bancários (Nota 18)	(497.180,48)	(2.760.025,02)
	205.089,17	(1.798.251,89)

Em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe do numerário e dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

Numerário				
Delegação/lota	Caixa	Caixa Lota	Cheques Carteira	Total
Sesimbra	4.373,63	1.000,00	44.813,46	50.187,09
Aveiro	3.700,97	-	29.793,41	33.494,38
Figueira da Foz	831,73	-	26.163,63	26.995,36
Viana do Castelo	2.717,06	-	20.397,31	23.114,37
Setúbal	10.519,89	400,00	6.158,64	17.078,53
Sines	1.665,77	1.110,97	7.476,35	10.253,09
Portimão	-	4.797,41	4.213,49	9.010,90
Quarteira	-	2.990,07	4.657,78	7.647,85
Póvoa de Varzim	1.133,16	-	5.066,02	6.199,18
Nazaré	1.023,68	149,74	4.984,44	6.157,86
Peniche	832,61	800,00	3.229,70	4.862,31
Olhão	-	1.638,81	-	1.638,81
Matosinhos	555,90	1.000,00	-	1.555,90
Cascais	456,93	900,00	-	1.356,93
Lagos	-	919,40	295,27	1.214,67
Ericeira	-	750,00	-	750,00
Direcção Exploração	665,74	-	-	665,74
Foz do Arelho	-	442,06	-	442,06
Tavira	-	341,10	-	341,10
V.R.S.António	-	324,30	-	324,30
Santa Luzia	-	244,22	-	244,22
Armação de Pêra	-	100,00	-	100,00
Apreços	-	87,84	-	87,84
Fuzeta	-	59,58	-	59,58
Sagres	-	33,99	-	33,99
	28.477,07	18.089,49	157.249,50	203.816,06

Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e descobertos bancários

Delegação	Total
Aveiro	44.450,25
Figueira da Foz	46.282,72
Fuzeta	2.980,38
Matosinhos	61.164,38
Nazaré	10.081,12
Portimão	119.291,41
Sagres	37.931,12
Sede	30.631,78
Sines	21.310,76
Tavira	19.902,85
Vila Real Sto. António	104.426,82
	<u>498.453,59</u>
Aveiro	(384,88)
Cascais	(13.950,26)
Olhão	(52.207,52)
Póvoa de Varzim	(55.364,97)
Sede	(318.110,18)
Sesimbra	(37.291,33)
Setúbal	(17.930,32)
Viana do Castelo	(91,41)
Peniche	(1.849,61)
	<u>(497.180,48)</u>
	<u>1.273,11</u>

Nas Demonstrações de Fluxos de Caixa não estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota, mas apenas os respeitantes às taxas cobradas aos compradores e Armadores, incluídos nas atividades operacionais – Recebimentos de clientes.

O valor do pescado transacionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos Armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 201.366.292 Euros no exercício de 2011 e de 187.091.824 Euros no exercício de 2010.

5.POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 Alterações contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa procedeu a novas alterações contabilísticas com impacto nas rubricas de “Fornecimentos e serviços externos” (“FSE”) e “Outros rendimentos e ganhos”.

1. Compensação dos gastos e rendimentos relativos ao fornecimento de energia eléctrica e água aos utentes dos espaços cedidos a terceiros.

Decorrendo desta alteração, o gasto incorrido com o fornecimento de energia eléctrica e água comprovadamente consumido nas instalações cedidas a terceiros, inicialmente registado nas

respetivas rubricas de FSE, foi transferido para a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” e deduzido ao respetivo rendimento (Nota 22).

2. Imputação dos gastos com o consumo de electricidade ao custo de produção do gelo fabricado.

Decorrendo desta alteração, procedeu-se a uma reavaliação da natureza das matérias que compõem o custo de produção do gelo fabricado, tendo excluído deste processo os gastos com o consumo de electricidade, que permanecem registados na conta de fornecimentos e serviços externos, no ano de 2011.

As alterações contabilísticas em 2011 e 2010 refletem-se como segue:

	2011	2010
Energia eléctrica facturada pelos fornecedores	1.361.509,71	1.633.640,26
Fornecimentos e Serviços Externos	1.026.086,47	1.381.785,65
Imputada a custo de produção do gelo	n.a.	251.854,61
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	335.423,24	n.a.

	2011	2010
Água facturada pelos fornecedores	379.665,20	406.087,34
Fornecimentos e Serviços Externos	86.210,94	283.910,69
Imputada a custo de produção do gelo	185.758,21	122.176,65
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	107.696,05	n.a.

Nota: O consumo de energia e água registado nas instalações cedidas a terceiros foi faturado pela Docapesca aos utentes.

6.PARTES RELACIONADAS

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Direção do Tesouro e Finanças.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, foram conforme se segue:

Remuneração	2011	2010
Remunerações dos Órgãos Sociais	158.878,21	193.912,59
Remuneração mensal	134.845,85	143.367,16
Subsídio de férias	11.122,41	23.538,42
Subsídio de Natal	12.317,40	12.317,40
Redução Salarial	(16.733,45)	-
Ajudas de custo - Deslocações	2.636,39	-
Senhas de presença dos membros da mesa de AG	1.069,61	1.069,61
Revisão legal das Contas	13.620,00	13.620,00
Encargos com remunerações	18.448,40	22.699,76
Caixa Geral de Aposentações	6.405,77	5.555,96
Seguro de acidentes de trabalho	1.277,99	1.461,58
Seguro de acidentes pessoais	971,07	980,16
	<u>185.981,44</u>	<u>224.610,05</u>

Por deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações, as despesas de representação foram incluídas no vencimento base e nos subsídios de férias e Natal, a partir de 5 de Maio de 2010. Em 2010, o subsídio de férias contém uma verba paga a título de pagamento de subsídio de férias por férias não gozadas, no montante de 1.293,59 Euros.

A partir de Julho de 2010, as remunerações do Conselho de Administração foram reduzidas em 5%, dando cumprimento ao deliberado em 30 de Junho de 2010 na Lei n.º 12-A/2010. O acerto referente ao processamento dos vencimentos do mês de Junho foi efetuado em Fevereiro de 2011.

Em 2011, dando cumprimento à Lei n.º 55-A/2010, foi efetuada uma nova redução aos vencimentos auferidos pelos membros do Conselho de Administração, redução essa que se encontra evidenciada na Redução Salarial.

Em 2011, dando cumprimento à Lei n.º 64-B/2011, foi efetuada a redução para valor nulo do subsídio de férias que se vence no dia 1 de Janeiro de 2012.

7.ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos							
Saldo inicial	41.541.475,14	15.411.864,07	708.765,43	3.396.182,20	930.381,61	829.757,19	62.818.425,64
Aquisições	457.088,02	346.439,16	-	108.993,61	128.999,51	314.473,68	1.355.993,98
Alienações	-	(8.329,93)	(95.024,98)	-	-	-	(103.354,91)
Transferências e abates	(79.036,69)	52.661,85	-	106.894,96	(180.687,26)	(581.196,74)	(681.363,88)
Revalorizações (Nota 28)							-
Outras variações							-
Saldo final	41.919.526,47	15.802.635,15	613.740,45	3.612.070,77	878.693,86	563.034,13	63.389.700,83
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	26.828.857,95	11.294.081,44	658.778,73	2.940.569,65	662.960,62	-	42.385.248,39
Amortizações do exercício	2.022.727,62	794.382,56	17.066,70	228.735,93	136.276,63	-	3.199.189,44
Perdas por imparidade do exercício							-
Reversões de perdas por imparidade							-
Alienações	-	(8.329,93)	(95.024,98)	-	-	-	(103.354,91)
Transferências e abates	(352.605,60)	(52.264,21)	-	(28.472,28)	(152.649,63)	-	(585.991,72)
Outras variações							-
Saldo final	28.498.979,97	12.027.869,86	580.820,45	3.140.833,30	646.587,62	-	44.895.091,20
Activos líquidos	13.420.546,50	3.774.765,29	32.920,00	471.237,47	232.106,24	563.034,13	18.494.609,63

2010

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos							
Saldo inicial	41.378.690,14	15.127.564,42	679.676,23	3.156.166,95	856.055,09	397.815,93	61.595.968,76
Aquisições	385.925,50	352.365,85	29.089,20	216.075,30	129.436,19	845.187,68	1.958.079,72
Alienações		(141,33)			(757,92)		(899,25)
Transferências e abates	(223.140,50)	(67.924,87)	-	23.939,95	(54.351,75)	(413.246,42)	(734.723,59)
Revalorizações (Nota 28)							-
Outras variações							-
Saldo final	41.541.475,14	15.411.864,07	708.765,43	3.396.182,20	930.381,61	829.757,19	62.818.425,64
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	24.933.253,11	10.603.350,64	621.421,49	2.765.283,63	583.838,52	-	39.507.147,39
Amortizações do exercício	2.151.765,14	777.017,59	37.357,24	212.353,38	131.033,48	-	3.309.526,83
Perdas por imparidade do exercício							-
Reversões de perdas por imparidade							-
Alienações		(141,33)			(602,54)		(743,87)
Transferências e abates	(256.160,30)	(86.145,46)	-	(37.067,36)	(51.308,84)		(430.681,96)
Outras variações							-
Saldo final	26.828.857,95	11.294.081,44	658.778,73	2.940.569,65	662.960,62	-	42.385.248,39
Activos líquidos	14.712.617,19	4.117.782,63	49.986,70	455.612,55	267.420,99	829.757,19	20.433.177,25

No decurso do ano de 2011, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas nas rubricas de “Edifícios e outras construções”, que dizem respeito essencialmente a reconstrução do revestimento do pavimento do Mercado de Revenda de Matosinhos (238.000 Euros), “Equipamento básico”, que respeita a equipamentos frigoríficos para a lota da Quarteira (161.000 Euros) e “Outros Ativos Fixos” que respeita a recipientes para acondicionar o pescado (108.000 Euros).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS IMPLANTADOS EM TERRENOS DE DOMÍNIO PÚBLICO

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca estão implantadas em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines e Portos de Setúbal e Sesimbra, assim como Protocolos de Exploração com ex Juntas Autónomas de Portos (atual IPTM) e outras

Instituições Públicas. O montante de ativos fixos tangíveis implantados em propriedade alheia, em 31 de Dezembro de 2011, ascende a 12.166.189,44 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 19.896.860,89 Euros.

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície. O montante destes ativos em 31 de Dezembro de 2011 ascende a 366.111,84 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 3.198.076,81 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2011a Docapesca apresenta bens penhorados, no âmbito do diferendo com o IPTM, os quais foram revalorizados no decurso do período em análise, apresentando um valor atribuído pela Direção Geral de Contribuições e Impostos de 17.510.000 Euros. Os bens penhorados são detalhados conforme segue:

- Estabelecimento Comercial/Industrial na sua universalidade enquanto unidade jurídica das lotas de Peniche, Olhão, Setúbal, Sines, Aveiro, Sesimbra, Nazaré, Sagres, Portimão, Quarteira, Vila Real de Santo António, Figueira da Foz, Póvoa de Varzim e Matosinhos; e
- Ativos fixos tangíveis compostos por equipamento básico, ferramentas e utensílios, máquinas e ferramentas, específicos das referidas lotas.

Valor dos Ativos Penhorados reportado a 31 de Dezembro de 2011

	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Propriedade Industrial	Total
Activos							
Valor Aquisição	39.448.686,18	14.447.467,50	256.494,90	2.480.722,35	618.523,72	429.956,94	57.681.851,59
Depreciação Acumulada	(27.155.745,76)	(11.011.368,08)	(245.101,63)	(2.176.072,08)	(513.715,65)	(206.408,34)	(41.308.411,54)
Activos Líquidos	12.292.940,42	3.436.099,42	11.393,27	304.650,27	104.808,07	223.548,60	16.373.440,05

ATIVOS FIXOS EM PODER DE TERCEIROS

Os ativos fixos em poder de terceiros, a 31 de Dezembro de 2011, eram as seguintes:

Equipamentos de Comunicação (PDA c/ Telemóvel)	
- Em poder de Colaboradores da Docapesca	3.109,02
Equipamento Informático Diverso (Impressoras e Monitores)	
- Em Poder de Colaboradores da Docapesca	7.600,43
Equipamento Informático Diverso (Impressoras e Monitores)	
- Em poder de III - Soluções de Informática, Lda (1)	2,526,43
Molde de Gravação de Caixas Plástico	
- Em poder da Fabrica Plásticos Titan, Lda.	60,105,15

- (1) - Equipamento Informático de apoio ao alojamento de Vídeos dos Leilões Online, composto por um Computador (PC Tower, Disco interno adicional, *Software* do Sistema Operativo e uma UPS de 1000VA, colocados nas instalações de III-

Soluções Informáticas para satisfazer o armazenamento de dados conforme contrato.

DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul (Nota 17) tem processo em execução fiscal parcialmente garantido pela penhora da Fábrica de Gelo Aveiro, a que foi atribuído o valor de 156.652,96 Euros. A restante dívida reclamada está garantida por duas garantias bancárias (Nota 29).

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método linha recta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 30
Equipamento básico	1 a 19
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	3 a 13
Outros activos fixos	1 a 12

As depreciações do exercício, no montante de 3.199.189,44 Euros (3.309.526,83 Euros em 2010), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

A Docapesca tem vindo a depreciar os bens implantados em terrenos de domínio público de acordo com os períodos máximos permitidos pela Legislação Fiscal, sendo que resulta da utilização deste critério valores líquidos contabilísticos positivos na data final dos prazos de vigência dos contratos de concessão e das licenças de utilização celebrados com as administrações portuárias e com o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. A manutenção deste critério tem por base o pressuposto de que todos estes contratos serão prorrogados de acordo com as suas cláusulas relativas ao prazo. Caso não fossem prorrogados os referidos prazos, o seu impacto nas Demonstrações Financeiras seria de 609.082 Euros, líquido de 1.287.646 Euros de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

A rubrica de ativos fixos tangíveis inclui ainda bens implantados em propriedades de domínio público, no montante de 3.341.808 Euros, líquido de depreciações acumuladas no montante de 4.903.299 Euros, sem que se encontre definido um período de concessão nem estabelecidas contratualmente as condições da sua exploração.

8.ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011

	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Activos			
Saldo inicial	89.862,83	1.161.949,95	1.251.812,78
Aquisições	12.226,00	-	12.226,00
Transferências e abates	(51.710,67)	-	(51.710,67)
Saldo final	50.378,16	1.161.949,95	1.212.328,11
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	69.376,92	842.227,42	911.604,34
Amortizações do exercício	13.396,63	82.007,35	95.403,98
Transferências e abates	(66.710,67)	-	(66.710,67)
Saldo final	16.062,88	924.234,77	940.297,65
Activos líquidos	34.315,28	237.715,18	272.030,46

As aquisições na rubrica Propriedade Industrial correspondem ao investimento numa nova plataforma Web para a Docapesca.

2010

	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Activos			
Saldo inicial	-	1.038.870,62	1.038.870,62
Aquisições	9.192,16	154.590,00	163.782,16
Transferências e abates	80.670,67	(31.510,67)	49.160,00
Saldo final	89.862,83	1.161.949,95	1.251.812,78
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	843.435,20	843.435,20
Amortizações do exercício	2.666,25	65.502,89	68.169,14
Transferências e abates	66.710,67	(66.710,67)	-
Saldo final	69.376,92	842.227,42	911.604,34
Activos líquidos	20.485,91	319.722,53	340.208,44

As aquisições na rubrica “Propriedade industrial” no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 correspondem essencialmente aos investimentos na Implementação do Sistema de Compras Via Internet (implementados em Matosinhos, Figueira da Foz, Sesimbra e Portimão). As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período findo em 31 de Dezembro de 2011, no montante de 95.403,98 Euros, foram registadas na rubrica de “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 24).

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

9.LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2011		2010	
	Custo	Depreciações/ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Equipamento de transporte	52.910,96	(42.777,50)	10.133,46	20.715,65

A Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com dois automóveis, os quais se encontram denominados em Euros e serão propriedade da Empresa no final da locação.

O contrato de locação do terceiro automóvel terminou em Junho de 2011, tendo a empresa registado o mesmo como sua propriedade.

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
	2011	2010
Até 1 ano	(4.971,74)	(12.375,66)
Entre 1 ano e 5 anos	-	(847,60)
A mais de 5 anos	-	-
	(4.971,74)	(13.223,26)
Efeito financeiro do desconto	-	-
Valor presente dos pagamentos mínimos	(4.971,74)	(13.223,26)
Valor residual	-	(4.150,60)

10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	97.408,78		118.246,07	
Locações financeiras	591,96		1.216,84	
Empréstimos obrigacionistas	-		-	
Outros financiamentos	3.752,57	101.753,31	1.342,04	120.804,95
Outros gastos de financiamento				
Comissões e encargos similares	18.513,56		57.900,06	
Garantias bancárias	30.358,64		33.557,40	
Actualização de dívidas (Nota 17)	20.292,17		63.044,24	
Outros financiamentos	-	69.164,37	995,74	155.497,44
		170.917,68		276.302,39

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 a empresa registou na conta de Comissões e Encargos Similares apenas gastos diretamente relacionados com as fontes de financiamento. Os gastos com emissão de cheques e outros similares, que em 2010 se encontram lançados nesta conta (46.911 Euros) foram registados em 2011 na conta Outros Gastos e Perdas (52.485 Euros).

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	347,71	335,29
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	-	-
Outros	92.878,38	45.439,48
Outros rendimentos similares	7,51	4,53
	93.233,60	45.779,30

11.PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2011
	Propriedades de investimento
	Arrendadas
Saldo inicial - quantia bruta	178.363,15
Saldo final - quantia bruta	178.363,15
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(31.993,09)
Amortizações do exercício	(9.140,87)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(41.133,96)
Saldo final - quantia escriturada líquida	137.229,19
	2010
	Propriedades de investimento
	Arrendadas
Saldo inicial - quantia bruta	178.363,15
Saldo final - quantia bruta	178.363,15
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(22.852,21)
Amortizações do exercício	(9.140,88)
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(31.993,09)
Saldo final - quantia escriturada líquida	146.370,06

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Propriedades de investimento compreende um imóvel situado em Vila Real de Santo António, o qual se encontra registado de acordo com o método do custo histórico, no montante de 137.229 Euros e 146.370 Euros. Este imóvel foi adquirido pela Docapesca em 2007 e encontra-se parcialmente arrendado.

O imóvel situado em Vila Real de Santo António foi avaliado em 324.400 Euros, em Janeiro de 2012, por um avaliador independente e esta avaliação reporta-se a 31 de Dezembro de 2011.

As depreciações do exercício, no montante de 9.140,87 Euros (9.140,88 Euros em 2010), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, foram reconhecidos em resultados rendimentos no montante de 9.260,04 Euros (9.260,04 Euros em 2010) e gastos no montante de 9.798,57Euros (9.907,45 Euros em 2010) relacionados com propriedades de investimento.

12.INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2011			2010		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	272.062,61	(2.548,84)	269.513,77	275.850,29	(3.370,42)	272.479,87
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	65.426,48	(13.072,52)	52.353,96	99.782,13	(25.502,09)	74.280,04
Produtos acabados e intermédios	2.063,57	-	2.063,57	1.363,24	-	1.363,24
	<u>339.552,66</u>	<u>(15.621,36)</u>	<u>323.931,30</u>	<u>376.995,66</u>	<u>(28.872,51)</u>	<u>348.123,15</u>

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é detalhado conforme se segue:

	2011		
	MP, subsid.		
	Mercadorias	consumo	Total
Saldo inicial	275.850,29	99.782,13	375.632,42
Compras (Nota 5.1)	2.200.765,30	205.932,75	2.406.698,05
Regularizações	(2.065,96)	88,48	(1.977,48)
Saldo final	(272.062,61)	(65.426,48)	(337.489,09)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	2.202.487,02	240.376,88	2.442.863,90

	2010		
	MP, subsid.		
	Mercadorias	consumo	Total
Saldo inicial	370.505,94	101.950,46	472.456,40
Compras (Nota 5.1)	1.975.634,27	531.401,00	2.507.035,27
Regularizações	(11.040,02)	1.259,58	(9.780,44)
Saldo final	(275.850,29)	(99.782,13)	(375.632,42)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	2.059.249,90	534.828,91	2.594.078,81

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011
	Produtos acabados
Saldo inicial	1.363,24
Saldo final	(2.063,57)
Variação dos inventários da produção	(700,33)

	2010
	Produtos acabados
Saldo inicial	2.198,28
Saldo final	(1.363,24)
Variação dos inventários da produção	835,04

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	3.370,42	-		(821,58)	2.548,84
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	25.502,09	13.072,52	(25.502,09)	-	13.072,52
	28.872,51	13.072,52	(25.502,09)	(821,58)	15.621,36

	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	652,97	3.370,42	-	(652,97)	3.370,42
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	24.659,45	842,64	-	-	25.502,09
	25.312,42	4.213,06	-	(652,97)	28.872,51

No exercício de 2011, a Empresa procedeu ao abate de mercadorias danificadas no montante de 821,58 Euros e registou uma reversão da imparidade devido à valorização e utilização de matérias de

consumo que haviam sido objeto de imparidade no exercício anterior, no montante de 25.502,09 Euros.

Os aumentos de perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, nos montantes de 5.214,48 Euros e 4.213,06 Euros, respetivamente, foram registados na rubrica de “Imparidade de inventários”.

13.RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Venda de bens	4.305.671,40	4.395.931,02
Prestação de serviços (Nota 5.2)	19.850.059,17	20.027.123,71
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 11 e 25)	9.260,04	9.260,04
Juros obtidos	93.226,09	45.774,77
	<u>24.258.216,70</u>	<u>24.478.089,54</u>

O montante dos juros obtidos refere-se apenas aos juros recebidos e que se estimam receber.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Vendas:		
- Venda de gelo	1.855.265,20	2.043.371,21
- Venda de combustíveis	1.770.888,59	1.579.243,87
- Venda de aprestos de pesca	369.276,63	428.980,33
- Venda de lubrificantes	165.504,67	189.614,35
- Venda de baterias	45.817,60	52.269,48
- Venda de comandos	37.180,00	37.349,50
- Venda de embalagens	61.738,71	65.102,28
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª. Venda de pescado	16.122.301,28	15.293.426,42
- Serviços dos portos de pesca	3.502.664,39	3.960.129,81
- Serviços dos entrepostos frigoríficos	-	542.586,14
- Outros	225.093,50	230.981,34
	<u>24.155.730,57</u>	<u>24.423.054,73</u>

A partir de 1 de Janeiro de 2010, a Empresa cedeu a exploração do Entrepasto Frigorífico de Matosinhos a terceiros e cessaram as prestações de serviços a clientes neste entreposto. No âmbito deste contrato, o preço a pagar pela cedência das instalações é relevado em outros rendimentos e ganhos.

Em Abril de 2010, a Empresa encerrou a sua atividade no Entrepasto Frigorífico de Peniche para proceder à sua reconversão. Em 31 de Dezembro de 2011, este entreposto ainda se encontrava desativado.

Em 31 de Dezembro de 2010 a Docapesca encerrou a atividade do entreposto frigorífico de Pedrouços. O valor líquido dos bens deste entreposto é nulo em 31 de Dezembro de 2011.

Decorrendo destes três factos, foi nulo o rendimento dos Serviços dos Entrepostos Frigoríficos. A Docapesca não efetua vendas, nem presta serviços para o mercado externo.

As vendas não incluem o valor do pescado transacionado em lota. Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o referido valor do pescado transacionado em lota.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011		
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações
Taxa de movimentação de pescado IPTM	7.776.099,92	418.136,47	
Taxa de movimentação de pescado APA	1.353.605,79	214.578,28	
Taxa de movimentação de pescado APVC	32.556,25	19.470,51	
Taxa de movimentação de pescado APFF	119.200,21	71.114,49	
Liquidação adicional - IVA (Nota 17)	354.273,41	-	
Falhas de caixa em Viana do Castelo	171.113,36	-	
Pagamento especial por conta	108.588,00		(108.588,00)
Saque indevido sobre BPI	6.087,40	-	
	9.921.524,34	723.299,75	(108.588,00)
			10.536.236,09

Os aumentos de provisões, no montante de 723.299,75 Euros, foram registados na rubrica “Provisões (aumentos/reduções)”.

A utilização da provisão relativa ao Pagamento especial por conta, no montante de 108.588,00 Euros (Nota 21), representou uma reversão de igual montante, sendo o valor do gasto com provisões, líquido da reversão, 614.711,75 Euros.

	2010		
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações
Taxa de movimentação de pescado IPTM	7.365.246,34	410.853,58	-
Taxa de movimentação de pescado APA	1.180.630,70	172.975,09	-
Taxa de movimentação de pescado APVC	15.050,49	17.505,76	-
Taxa de movimentação de pescado APFF	51.645,22	67.554,99	-
Liquidação adicional - IVA	354.273,41	-	-
Falhas de caixa em Viana do Castelo	171.113,36	-	-
Pagamento especial por conta	108.588,00	-	-
Transfrio - reclamação	11.263,12	-	(11.263,12)
Saque indevido sobre BPI	-	6.087,40	-
	9.257.810,64	674.976,82	(11.263,12)
			9.921.524,34

Provisões para pagamento ao IPTM

- De 0,55% do valor do pescado transacionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2004 a 2011.
- De 1,5% do valor do pescado transacionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2000 a 2003, líquidos de pagamentos efetuados em 2000 e 2001.

Os valores apurados correspondem às transações de pescado sujeitas à taxa de comprador de 3% (e de 5%, a partir de 12 de Maio de 2008) nas seguintes Lotas:

- Viana do Castelo
- Póvoa de Varzim
- Vila do Conde
- Figueira da Foz
- Nazaré
- Peniche
- Ericeira
- Sagres
- Lagos
- Portimão
- Olhão
- Tavira
- Vila Real de Santo António.

As reclamações apresentadas em sucessivos processos de execução fiscal pelo IPTM, no decurso do exercício de 2008 e em Dezembro de 2009 e o consentimento do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para a Docapesca proceder ao pagamento da parte respeitante ao capital da dívida reclamada em 2002 motivaram o reconhecimento supletivo dos valores reclamados pelo Instituto Portuário do Sul, baseados nas suas estimativas que não têm correlação com os valores apurados pela Docapesca. Este mesmo cálculo foi aplicado aos restantes processos reclamados pelo IPTM.

O valor global da dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul em 2002, no valor de 2.543.264,30 Euros, já em pagamento, transitou para a rubrica Outras contas a pagar (Nota 17).

Provisão para pagamento à APA

Provisões para pagamento à Administração Portuária de Aveiro de 1,5 % do valor do pescado transacionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2000 a 2011.

Os valores apurados correspondem às transações de pescado sujeitas à taxa de comprador de 3% (e de 5%, a partir de 12 de Maio de 2008) na Lota de Aveiro.

A provisão foi reduzida em 2009 pela cobrança efetuada através das penhoras de créditos da Docapesca sobre a sua faturação de rendas e rendimentos periódicos a oito clientes (Nota 17).

Provisão para pagamento à APVC e APFE

Provisão para pagamento à Administração Portuária de Viana do Castelo e Administração Portuária da Figueira da Foz de 0,55 % do valor do pescado transacionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referente aos exercícios de 2009 a 2011 (Nota 17).

Provisão para liquidação adicional de IVA

Provisão para os eventuais encargos associados a um processo judicial em curso, relativo a uma liquidação adicional de IVA, que foi reclamada pela Docapesca (Nota 17).

Passivos Contingentes

A Docapesca não registou o montante 4.172.000 Euros referente a juros debitados em conta corrente pela Administração Fiscal decorrentes da execução fiscal promovida pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e pela Administração do Porto de Aveiro e referentes a taxas de movimentação de pescado cuja aplicação a Docapesca contesta, porque dela são sujeitos passivos os utentes dos Portos (comerciantes de pescado) e não a própria Docapesca. No acordo já celebrado com o IPTM foram formalmente perdoados os juros, faltando confirmação definitiva da Administração Fiscal.

A Docapesca não registou o montante 349.489 Euros referente a juros debitados em conta corrente pela Administração Fiscal decorrentes da execução fiscal relativa a liquidação adicional de IVA sobre transações intracomunitárias, instaurado em 2002, e que se encontra reclamado.

15.SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

2011				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com activos:				
Activos tangíveis e intangíveis	19.816.769,46	181.025,50	1.315.255,39	11.556.876,76
Activos tangíveis abatidos	-	-	3.473,32	-
Adiantamentos de subsídios	-	53.490,17	-	-
	19.816.769,46	234.515,67	1.318.728,71	11.556.876,76
	19.816.769,46	234.515,67	1.318.728,71	11.556.876,76

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram abatidos ativos fixos tangíveis que incluíam subsídios não reembolsáveis, ainda não depreciados no montante de 3.473,32 Euros.

Os subsídios recebidos em 2011, no montante de 53.490,17 Euros, correspondem a adiantamentos relativos a subsídios para projetos aprovados e ainda não concluídos. Devido à sua natureza de adiantamento, estes subsídios foram contabilizados em conta credora no passivo corrente.

O subsídio recebido em 2011 no montante de 181.025,50 Euros corresponde à comparticipação do projeto de reconversão da lota e do cais de Aveiro.

O rédito do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 1.318.728,71 Euros, foi registado na demonstração dos resultados na rubrica Outros rendimentos e ganhos (Nota 25).

Na Demonstração das Alterações no Capital Próprio, no período findo em 31 de Dezembro de 2011, regista-se em “Outras variações do capital próprio” uma redução de 1.137.703,21 Euros que se decompõe no rédito do período corrigido do montante de 181.025,50 Euros correspondente à comparticipação do projeto de reconversão da lota e do cais de Aveiro.

A Docapesca em 31 de Dezembro de 2011 reconheceu impostos diferidos relativos aos subsídios recebidos, no montante de 2.188.872 Euros, os quais se encontram registados no Passivo não Corrente, na rubrica Passivos por Impostos Diferidos.

Subsídio	2011				
	Montante total	Rédito acumulado	Montante Líquido	Outras Variações Capital Próprio	Passivo por Impostos Diferidos
Subsídios relacionados com activos:					
Activos tangíveis e intangíveis	19.816.769,46	11.556.876,76	8.259.892,70	(6.071.020,78)	(2.188.871,92)
	<u>19.816.769,46</u>	<u>11.556.876,76</u>	<u>8.259.892,70</u>	<u>(6.071.020,78)</u>	<u>(2.188.871,92)</u>

16.ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo *Conselho de Administração* e autorizadas para emissão em 15 de Março de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Após a data de balanço não se registaram quaisquer acontecimentos que dessem origem a ajustamentos às demonstrações financeiras ou a divulgação, contudo no exercício de 2012 verificou-se a extinção do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, determinada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012 de 17 de Janeiro.

A extinção do IPTM, consignada no art.º 34º do referido diploma, prevê que as suas atribuições sejam integradas noutras entidades da Administração Central, com exceção das atribuições no domínio da

gestão dos portos de pesca e marinas de recreio que serão integradas em entidade do setor empresarial do Estado no âmbito do MAMAOT, em termos a definir em diploma próprio, conforme art.º 36º.

17.IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	48.116,14	28.768,99
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores	-	-
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correções de erros registados em resultados	-	-
	<u>48.116,14</u>	<u>28.768,99</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	1.563,32	68.022,50
	<u>1.563,32</u>	<u>68.022,50</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>49.679,46</u>	<u>96.791,49</u>
	2011	2010
Resultado líquido do período	1.974.033,74	493.468,52
Variações patrimoniais (positivas e negativa)	(91.100,90)	(91.100,90)
Diferenças permanentes	195.356,29	305.736,95
Diferenças temporárias	(114.099,09)	(408.795,68)
Resultado tributável / (prejuízo fiscal)	1.964.190,04	299.308,89
Utilização de prejuízos fiscais para os quais não havia sido registado activo por impostos diferidos em períodos anteriores	(1.964.190,04)	(299.308,89)
	-	-
Imposto diferido:		
Imposto diferido sobre reavaliações	(1.794,26)	(911,00)
Efeito de ajustamentos de transição para as NCRF	(5.377,42)	(16.706,72)
Imposto diferido activo	8.735,00	85.640,22
	<u>1.563,32</u>	<u>68.022,50</u>
Imposto corrente:		
Tributações autónomas	18.653,29	24.279,36
Derrama	29.462,85	4.489,63
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores	-	-
	<u>48.116,14</u>	<u>28.768,99</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>49.679,46</u>	<u>96.791,49</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 2.817.243,51 Euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes em 31 de Dezembro de 2011 é conforme se segue:

	Montante	Data
Gerados em 2006	1.931.039,10	2012
Gerados em 2007	776.490,43	2013
Gerados em 2008	109.713,98	2014
	<u>2.817.243,51</u>	

Impostos diferidos

	2011	2010
Prejuízos fiscais reportáveis	2.817.243,51	4.781.433,55
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Inventários	13.072,52	28.872,51
Clientes e outras contas a receber	101.026,57	379.923,17
	<u>2.931.342,60</u>	<u>5.190.229,23</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 foi como se segue:

	2011		2010	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	506.856,40	2.524.759,14	592.496,62	2.924.204,89
Subsídios reconhecidos em resultados do exercício		(301.491,00)		(381.828,03)
Desconto financeiro de contas a pagar não correntes	-	(5.377,42)	-	(16.706,72)
Subsídios do Governo não reembolsáveis	-	-	-	-
	-	(306.868,42)	-	(398.534,75)
Prejuízos fiscais reportáveis	(8.735,00)		(85.640,23)	
Reservas de reavaliação		(1.794,26)		(911,00)
	(8.735,00)	(308.662,68)	(85.640,23)	(399.445,75)
Saldo final	<u>498.121,40</u>	<u>2.216.096,46</u>	<u>506.856,40</u>	<u>2.524.759,14</u>

O detalhe final dos saldos de impostos diferidos ativos e passivos é o seguinte:

	2011	2010
Activos por impostos diferidos	498.121,40	506.856,40
Prejuízos Fiscais Recuperáveis	498.121,40	506.856,40
Passivos por impostos diferidos	2.216.096,46	2.524.759,14
Subsídios ao investimento	2.188.871,92	2.490.362,92
Desconto Dívida IPTM	21.434,33	26.811,75
Reavaliações	5.790,21	7.584,47

Atendendo ao período de tempo alargado para que as provisões para pensões venham a ser utilizadas, e não sendo possível nesta data garantir que nesses anos hajam resultados suficientes para produzirem matéria colectável susceptível de recuperar os ganhos referentes aos impostos diferidos, a empresa, por questões de prudência, optou por não registar ativos por impostos diferidos para as provisões para pensões.

PROCESSOS EM EXECUÇÃO FISCAL

- **LIQUIDAÇÃO ADICIONAL DE IVA**

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros (Nota 14) na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso a mesma se mostre devida.

- **INSTITUTO PORTUÁRIO DO SUL**

Foi reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, em 2002, uma dívida no montante de 2.543.264,34 Euros.

A Docapesca deduziu oposição (Recurso n.º 136/04, do Tribunal Central Administrativo) e solicitou a fixação do montante da garantia a prestar, com vista à suspensão da execução fiscal. O cálculo efetuado pela Direção Geral dos Impostos, após inclusão de juros, custos e outros encargos, determinou o montante da garantia a prestar em 3.710.535,55 Euros.

A Docapesca apresentou, em 2003, Garantias Bancárias no valor total de 1.490.600,00 Euros (Nota 29), tendo também apresentado um conjunto de bens para penhora, cuja avaliação permitiu completar o valor definido, e que incluem os equipamentos de produção de frio e de movimentação do Entrepasto Frigorífico de Lisboa, a Fábrica de Gelo de Lisboa e a Fábrica de Gelo de Aveiro. Tendo sido negado provimento ao recurso da Docapesca, foram iniciadas, através da tutela, negociações com o IPTM no sentido de suspender a execução destas garantias.

Em 5 de Janeiro de 2007 a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento deste processo de execução fiscal pelo montante de 3.211.426,25 Euros, que de novo, contestou. Contudo, em 22 de Fevereiro de 2007, a DGCI executou as garantias prestadas. Na sequência da notificação de execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva, com o objetivo de acordarem numa forma de resolução do processo, tendo o mesmo, sem quaisquer vicissitudes, estado suspenso durante seis meses.

Em Outubro de 2007 voltaram as partes a requerer a suspensão da execução, tendo então o Chefe do 7.º Serviço de Finanças pedido parecer ao Departamento de Justiça Tributária, antes de tomar posição sobre o novo requerimento. Por despacho do Chefe de Finanças, de 19 de Novembro de 2007, foi indeferida a prorrogação da suspensão da execução, tendo a Docapesca sido notificada, em 21 de Novembro de 2007 tal decisão e também para proceder, em quinze dias, ao integral pagamento do montante de 3.313.156,85 Euros. De tal despacho de indeferimento recorreu a Docapesca para o Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa. Entretanto, foi pedido novo prazo de suspensão e as partes (Docapesca e IPTM) chegaram a acordo, onde fixaram a dívida em 2.543.264,40 Euros com perdão total de juros de mora, com pagamento em prestações.

Por despacho do Chefe de Finanças, de 2 de Abril de 2008, foi indeferido o pedido de pagamento em treze prestações semestrais. O Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa veio confirmar, em 15 de Julho de 2008, o despacho recorrido do Chefe de Finanças. Em 26 de Setembro de 2008, a Docapesca apresentou no 7.º Serviço de Finanças de Lisboa um pedido de apreciação do acordo de pagamento entre a Docapesca e o IPTM. Em 15 de Setembro de 2009, foi iniciado o pagamento da dívida, junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa, conforme acordo celebrado com o IPTM. Nesta data, a Docapesca efetuou o pagamento das custas do processo e das três primeiras prestações semestrais de 195.635,72 Euros cada, referentes às prestações vencidas em 30 de Abril e 30 de Outubro de 2008 e em 30 de Abril de 2009. A partir de 30 de Outubro de 2009 foram efetuados regularmente os pagamentos demais cinco prestações semestrais. A dívida remanescente, no montante de 978.178,60 Euros, será paga em cinco prestações semestrais, vencendo-se a próxima em 30 de Abril de 2012.

- **INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS**

Foram reclamadas pelo IPTM, em 2008, cinco dívidas pelos montantes de 919.445,05, 499.557,06, 593.848,17, 119.004,97 e 1.820.925,44 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Todos estes processos foram objeto de arguição de nulidade do título executivo e de citação, inconstitucionalidade de taxa que originou a dívida exequenda e de todo o processo tributário, tendo sido igualmente deduzida oposição à execução fiscal, em 5 de Setembro de 2008.

Foi reclamada pelo IPTM, em 16 de Dezembro de 2009, uma nova dívida pelo montante de 2.770.933,97 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa. A Docapesca deduziu oposição à execução fiscal em 1 de Fevereiro de 2010.

Este Instituto foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 7/2012 de 17 de Janeiro.

• ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em 2008, uma dívida no montante de 995.291,28 Euros, acrescida de 11.865,89 Euros relativos a juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Este processo foi objeto de oposição à execução fiscal, em 12 de Junho de 2008, tendo sido a Docapesca notificada para prestar garantias. Entretanto, o estabelecimento Docapesca foi penhorado na sua universalidade não tendo, no entanto, este processo ficado inicialmente abrangido por esta penhora. Na sequência, o 6.º Serviço de Finanças de Lisboa procedeu à penhora de créditos de oito clientes (rendas e/ou outros rendimentos periódicos) para pagamento da dívida.

Foram reclamadas pela Administração do Porto de Aveiro, em Março e Dezembro de 2009, duas novas dívidas pelos montantes de 273.322,67 e 253.232,60 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em Abril de 2010, uma nova dívida referente ao ano de 2009 pelo montante de 479.589,72 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.

A Administração do Porto de Aveiro continua a apresentar faturas, as quais estão a ser objeto de reclamação graciosa.

18.ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Clientes e outras contas a receber

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes”, em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é detalhada conforme segue:

	2011			2010		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	293.050,42	(42.300,00)	250.750,42	291.702,92	-	291.702,92
Vencido:	-	-	-	-	-	-
0-90 dias	464.298,15	-	464.298,15	568.840,35	-	568.840,35
90-180 dias	896.574,02	(834.943,73)	61.630,29	769.687,20	(662.451,98)	107.235,22
180-360 dias	56.194,63	(40.171,09)	16.023,54	230.890,52	(212.369,39)	18.521,13
> 360 dias	3.590.111,59	(3.505.667,84)	84.443,75	4.171.767,70	(3.967.481,38)	204.286,32
	<u>5.300.228,81</u>	<u>(4.423.082,66)</u>	<u>877.146,15</u>	<u>6.032.888,69</u>	<u>(4.842.302,75)</u>	<u>1.190.585,94</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as outras contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2011			2010		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	7.326.970,15	(139.474,29)	7.187.495,86	5.762.089,59		5.762.089,59
Devedores duvidosos	2.617.236,71	(2.617.236,71)	-	2.643.434,91	(2.643.434,91)	-
Devedores diversos	392.912,17		392.912,17	377.864,17		377.864,17
Valores em caixa - Viana do Castelo	171.113,36		171.113,36	171.113,36		171.113,36
Adiantamentos sobre vendas em lota	685,65		685,65	16.298,09		16.298,09
Outros	45.642,60		45.642,60	60.260,39		60.260,39
	10.554.560,64	(2.756.711,00)	7.797.849,64	9.031.060,51	(2.643.434,91)	6.387.625,60
Acréscimos de proveitos						
Outros	16.175,05	-	16.175,05	30.216,14	-	30.216,14
	16.175,05	-	16.175,05	30.216,14	-	30.216,14
	10.570.735,69	(2.756.711,00)	7.814.024,69	9.061.276,65	(2.643.434,91)	6.417.841,74

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 201.300,57 Euros (157.498,53 Euros 2010), as quais se encontram registadas na rubrica de “Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)”:

	2011		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Clientes	237.226,01	(159.875,34)	77.350,67
Outros Devedores	139.474,28	(15.524,38)	123.949,90
	376.700,29	(175.399,72)	201.300,57

	2010		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Clientes	681.580,32	(540.749,08)	140.831,24
Outros Devedores	48.671,65	(32.004,36)	16.667,29
	730.251,97	(572.753,44)	157.498,53

As dívidas de Clientes c/c e de Compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de cauções em numerário. Em 31 de Dezembro de 2011, estavam na posse da Docapesca 1.117 garantias bancárias.

	2011	2010
Garantias bancárias	14.013.554,63	13.751.235,31
Cauções em numerário	1.098.263,38	982.527,95
	15.111.818,01	14.733.763,26

Durante o ano de 2011, foram devolvidas aos bancos emissores 229 garantias bancárias, no valor de 1.917.297,16 Euros, e foram acionadas 22 garantias bancárias no valor de 125.622,71 Euros, tendo sido cancelado o acionamento de uma destas garantias no valor de 1.785,00 Euros. Neste período foram recebidas 62 novas garantias bancárias, no valor total de 1.569.953,00 Euros.

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efetuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2011	2010
Garantias bancárias	1.003.916,26	1.117.314,60
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	33.466,09	21.225,58
Seguros de caução	64.366,63	64.366,59
Depósitos bancários para retenção garantias	5.443,14	5.443,09
Retenção para reforço de garantia	76.258,07	82.407,36
	<u>1.183.450,19</u>	<u>1.290.757,22</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2011			2010			Indexante	Tipo de amortização
		Montante utilizado			Montante utilizado				
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente		
Outros empréstimos obtidos:									
Descoberto bancário	BPI	1.350.000,00	298.957,71	-	1.500.000,00	449.579,95	-	Euribor 1 mês	
Descoberto bancário	Millenium BCP	400.000,00	19.152,47	-	2.000.000,00	174.976,85	-	Euribor 3 meses	
Descoberto bancário	Barclays Bank	-	-	-	2.500.000,00	2.005.992,73	-	Euribor 1 mês	
Descoberto bancário	Banif	-	-	-	500.000,00	-	-	Euribor 1 mês	
Conta caucionada	Banco Popular	-	-	-	-	-	-	Euribor 1 mês	
Conta caucionada	BES	750.000,00	750.000,00	-	750.000,00	-	-	Euribor 3 meses	
Conta caucionada	Millenium BCP	-	-	-	1.000.000,00	-	-	Euribor 3 meses	
Hot money	Millenium BCP	-	-	-	-	-	-	-	
Cessão de crédito	CGD	1.004.911,35	334.970,46	669.940,89	1.339.881,81	334.970,46	1.004.911,35	Euribor 6 meses	Semestral
		3.504.911,35	1.403.080,64	669.940,89	9.589.881,81	2.965.519,99	1.004.911,35		
		3.504.911,35	1.403.080,64	669.940,89	9.589.881,81	2.965.519,99	1.004.911,35		

No Passivo corrente, o valor das dívidas a Instituições Financeiras, no montante de 1.582.150,94 Euros (3.094.995 Euros em 2010), apresenta-se superior em 179.070 Euros (129.475 Euros em 2010) por incluir os saldos contabilísticos negativos em contas bancárias. No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2011 a Empresa apresenta uma redução do limite de crédito no montante de, aproximadamente, 5.750.000 Euros, decorrente da falta de liquidez no sistema bancário, não existindo disponibilidade para manter os limites de crédito por parte das instituições de crédito existentes em 31 de Dezembro de 2011.

O montante total em dívida no montante de 1.004.911 Euros relativos a cessão de créditos - dívida APL, diz respeito à dívida relativa à regularização das taxas dominiais devidas pela Empresa pela ocupação do edifício Vasco da Gama, tendo esta dívida sido transferida para a CGD.

Todos os financiamentos estão expressos em Euros.

As margens sobre os indexantes em 31 de Dezembro de 2011 são de 1,75% a 8%.

Durante o exercício de 2011, o endividamento médio foi de 2.634.530 Euros, remunerado à taxa média de 3,65%.

Os descobertos bancários e as contas caucionadas estão garantidos por subscrição de livranças em branco com convenção de preenchimento.

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	995.294,41	1.064.662,38
0-90 dias	115.932,29	24.599,93
90-180 dias	-	(3.974,59)
180-210 dias	-	-
> 210 dias	(57.383,12)	2.069,83
	<u>1.053.843,58</u>	<u>1.087.357,55</u>
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	33.145,24	45.933,14
	<u><u>1.086.988,82</u></u>	<u><u>1.133.290,69</u></u>

Na dívida não vencida de fornecedores inclui-se o montante de 62.444,98 Euros (89.523,73 Euros, em 2010) referente à valorização do *stock* de combustível colocado pela Repsol nos tanques dos postos de abastecimento de combustíveis a navios explorados pela Docapesca.

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Outras contas a pagar (não corrente):		
IPTM - Instituto. Portuário do Sul	459.895,22	877.002,19
Locação financeira	-	4.998,20
	<u>459.895,22</u>	<u>882.000,39</u>
Outras contas a pagar (corrente):		
Cativações a armadores	2.901.934,02	3.299.879,89
Cauções	1.255.455,49	1.153.805,06
Armadores - marés	1.266.526,45	913.909,19
Reserva pessoal dos armadores	642.775,45	751.606,22
Devolução à Segurança Social	332.145,22	-
Fornecedores de imobilizado	573.015,02	620.356,39
IPTM - Instituto. Portuário do Sul	391.271,44	391.271,44
Outros	579.608,89	232.858,89
Acréscimos de custos		
- Férias a liquidar	779.284,97	1.302.313,50
- Rescisões de contratos de trabalho a pagar (Nota 3.15)	-	426.920,30
- Subsídios ao investimento	290.313,07	236.822,90
- Água	109.211,22	104.056,71
- Electricidade	72.045,29	92.207,03
- Concessões	-	39.329,73
- Apoio jurídico	36.917,68	36.880,00
- Diversos	91.672,18	81.155,55
	<u>9.322.176,39</u>	<u>9.683.372,80</u>
	<u><u>9.782.071,61</u></u>	<u><u>10.565.373,19</u></u>

No exercício de 2009 foi celebrado acordo entre a Docapesca e o Instituto Portuário do Sul – IPTM (“IPTM”) para pagamento de uma dívida existente desde 2002. Com base neste acordo de pagamento, a Docapesca irá liquidar a sua dívida para com o IPTM até Abril de 2014, através do pagamento de 13 prestações semestrais de 195.636 Euros cada.

Para a totalidade da responsabilidade no montante de 1.760.721,46 Euros, à data de 31 de Dezembro de 2009, a Empresa procedeu ao desconto financeiro da mesma.

No exercício de 2011, a dívida remanescente ao IPTM foi atualizada, à taxa de 10%, em 20.292,17 Euros.

Adicionalmente, a referida dívida reclamada pelo IPTM – Instituto Portuário do Sul tem um processo em execução fiscal parcialmente garantido por uma penhora. Em 31 de Dezembro de 2010 esta penhora era constituída por equipamentos de produção de frio e movimentação do Entrepasto Frigorífico de Lisboa e pela Fábrica de Gelo de Lisboa, tendo sido atribuído pela Direção Geral de Impostos o valor de 2.000.000 Euros e também a Fábrica de Gelo de Aveiro a que foi atribuído o valor de 156.653 Euros. A restante dívida reclamada era garantida por duas garantias bancárias.

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude da decisão contida na Resolução de Ministros nº 68/2010, referente ao encerramento definitivo da atividade da Docapesca no Porto de Pesca de Pedrouços os ativos aí existentes foram abatidos, consequentemente foi efetuada uma nova atribuição de bens penhorados como garantia desta dívida. Os bens penhorados como garantia desta dívida foram o Estabelecimento Comercial/Industrial da Lota de Sines na sua universalidade enquanto unidade jurídica e alguns ativos fixos tangíveis localizados na mesma lota. A esta penhora foi atribuído o valor global de 1.950.000 Euros, num total de 17.510.000 Euros relativo a bens da Empresa penhorados (Nota 7).

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Outras contas a pagar” correntes é composta essencialmente pelas cativações efetuadas aos armadores e os montantes a pagar aos armadores-marés, nos montantes de 2.901.934 Euros e 1.266.526 Euros, respetivamente. Na rubrica “Cativações armadores” a Empresa reconhece os montantes retidos aos armadores relativos aos seus encargos com a Segurança Social, os quais são posteriormente entregues por conta destes à Segurança Social. A variação nesta rubrica diz respeito às alterações legislativas relativamente à Segurança Social, originando atrasos na entrega dos montantes retidos. A Empresa, à data, procura desenvolver procedimentos e mecanismos junto da Segurança Social de forma a possibilitar a entrega dos montantes retidos. A rubrica “Armadores – maré” diz respeito ao pescado transacionado em lota e ainda não liquidado pela Docapesca junto do armador.

A rubrica “Rescisões por contratos de trabalho”, em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 426.920 Euros inclui as indemnizações atribuídas a funcionários afetos às instalações de Pedrouços na sequência do encerramento da mesma tal como descrito na Nota 3.15. e que foram pagas no decurso do ano de 2011.

19.BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias, para os seguintes benefício:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefício definidos:

PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: todos os Trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de Junho de 2001.

Idade normal de reforma: 65 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 14 vezes ao ano.

Nota: A Docapesca não efetuou o pagamento do 14.º mês no ano de 2011.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = SPB - PSS$$

Em que:

- PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
- SPL = salário pensionável líquido
- PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
- PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
- SPB = salário pensionável bruto
- B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de Benefício
>=30	100.0%
>=25 e <30	90.0%
>=20 e <25	80.0%
<20	75.0%

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

- **Fundo de pensões da Docapesca**

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ €}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = Salário pensionável líquido

PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

PRÉMIO DE REFORMA

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO (N)	PRÉMIO DE VELHICE	PRÉMIO DE INVALIDEZ
N < 20	1 X salário mensal	-----
20 ≤ N < 25	2 X salário mensal	1 X salário mensal
25 ≤ N < 30	3 X salário mensal	1 X salário mensal
30 ≤ N < 35	6 X salário mensal	2 X salário mensal
35 ≤ N	6 X salário mensal	3 X salário mensal

Idade normal de reforma: 65 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis em 2011.

SUBSÍDIO POR MORTE

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 X salário mensal
Morte na reforma	3 X complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art.º 2020º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do Trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

NÚMERO DE FILHOS	BENEFÍCIO
1 filho	35% x salário mínimo da Empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da Empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da Empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

PLANO DE PENSÕES

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de Dezembro de 2011 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2011	2010
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento do fundo	4,50%	4,50%
Taxa de retorno real dos activos do fundo	4,10%	1,33%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2011	2010
Custo dos serviços correntes	35.529,00	39.519,00
Custo de juros	326.641,00	365.226,00
Rendimento esperado do Fundo	(59.109,00)	(65.364,00)
Retorno real dos activos do fundo	-	-
Perdas/(ganhos) actuariais reconhecidos	(115.657,00)	(508.579,60)
Regularizações por pagamentos e retenções não incluídos no cálculo actuarial	-	-
Total de gastos (Nota 23)	187.404,00	(169.198,60)

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	1.627.298	1.789.742
Justo valor dos activos do fundo	1.420.290	1.565.075
	207.008	224.667
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	5.510.881	5.727.506
	5.717.889	5.952.173
Ganhos/(perdas) actuariais não reconhecidos	-	-
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	5.717.889	5.952.173

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – sem fundo – nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são descritos conforme se segue:

	2011	2010
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	5.727.506,14	6.488.359,14
Custo de juros	286.516,00	327.690,00
Benefícios pagos	-	-
(Ganhos)/perdas actuariais	(161.709,00)	(774.129,00)
Benefícios previstos	(341.432,00)	(398.645,00)
Alteração da taxa de desconto	-	84.231,00
Alteração da tábua de mortalidade para TV 88/90	-	-
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	5.510.881,14	5.727.506,14

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são descritos conforme se segue:

	2011	2010
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	1.565.075	1.682.158
Retorno real dos activos do fundo	2.140	11.051
Contribuições para o fundo	85.715	126.500
Benefícios pagos	(232.640)	(254.634)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	1.420.290	1.565.075

A carteira de ativos do fundo é gerida pelo BPI Pensões e corresponde a uma carteira de títulos aberta, no montante global de 62.570.136 Euros (59.143.206 Euros em 2010), possuindo a Docapesca uma participação na mesma de 2,27% (2,65% em 2010).

As principais categorias de ativos do fundo e a sua taxa de retorno esperada em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	Justo valor	
	2011	2010
Liquidez	217.020	309.612
Obrigações	967.988	908.261
Acções	152.458	223.310
Retorno absoluto	44.323	78.676
Derivados	-	147
Imobiliário	38.501	45.069
	1.420.290	1.565.075

O retorno real dos ativos do fundo ascendeu em 31 de Dezembro de 2011 a 2.140 Euros (11.051 Euros em 2009).

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 21/96-R., de 5 de Dezembro, encontra-se assegurado, com referência a 31 de Dezembro de 2011.

Nota referente a 2011

A informação relativa à contabilização dos benefícios sociais a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na IAS 19, é detalhada conforme se segue:

Período terminado em	Sem fundo 31-12-2011	Com fundo 31-12-2011
A. Alterações nas responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	5.727.506	1.789.742
Custo dos serviços correntes	34.890	639
Custo dos juros	251.626	75.015
(Ganhos)/ perdas actuariais	(161.709)	8.685
Benefícios previstos	(341.432)	(246.783)
Alteração da taxa de desconto	-	-
Responsabilidades no final do período	<u>5.510.881</u>	<u>1.627.298</u>
B. Alterações no Fundo		
Valor do fundo no início do período	-	1.565.075
Rendimento esperado	-	59.109
Ganho/ (perda) de rendimento	-	(56.969)
Contribuições da empresa	-	85.715
Benefícios pagos	-	(232.640)
Valor do fundo no final do ano	<u>-</u>	<u>1.420.290</u>
C. Valores reconhecidos no balanço		
<i>Valores do Balanço</i>		
Responsabilidades	5.510.881	1.627.298
Fundo	-	1.420.290
Valor líquido das responsabilidades	<u>5.510.881</u>	<u>207.008</u>

Período terminado em	Sem fundo 31-12-2011	Com fundo 31-12-2011
D. Custo com pensões		
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>		
Custo dos serviços correntes	34.890	639
Custo dos juros	251.626	75.015
Rendimento esperado do fundo	-	(59.109)
Amortização dos (ganhos)/ perdas	(167.168)	51.511
Valor total reconhecido nos resultados	119.348	68.056
<i>Rendimento efectivo</i>		
Rendimento do fundo	-	2.140
Rendimento de reembolsos	-	-
E. Principais pressupostos		
<i>Na determinação das responsabilidades</i>		
Taxa de desconto	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
<i>Na determinação dos custos</i>		
Taxa de desconto	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de rendimento	-	4,10%
F. Activos do Fundo		
Acções		10,80%
Obrigações Taxa Fixa		42,10%
Obrigações Taxa Variável		26,10%
Imobiliário		3,10%
Retorno Absoluto		2,70%
Liquidez		15,20%
G. Histórico de (ganhos) / perdas		
Diferença entre o rendimento esperado e efectivo		
a. Em valor		56.969
b. Em percentagem dos activos	0,00%	4,3%
Diferença entre as responsabilidades esperadas e efectivas		
a. Em valor	(161.709)	8.685
b. Em percentagem das responsabilidades	-2,9%	0,5%
H. Reconciliação balanço		
Activo / (Passivo) no início do período	(5.727.506)	(224.667)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos	-	-
Custo com pensões	(119.348)	(68.056)
Contribuições da empresa	-	85.715
Benefícios pagos directamente pela empresa	335.973	-
Activo/ (passivo) reconhecido no final do período	(5.510.881)	(207.008)

Nota referente ao PEC 2010-2013

O PEC 2010-2013 prevê que os planos existentes que não se configurem como sendo de “contribuição definida” serão fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de “contribuição definida”, encontra-se fechado às novas admissões desde 30 de Junho de 2001.

O PEC 2010-2013 prevê que se proceda à sua adaptação (passagem de “benefício definido” para “contribuição definida”), mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de “benefícios definidos” em 2003 tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

A Docapesca procedeu à suspensão do 14.º mês a todos os pensionistas com efeitos em 2011.

A Docapesca procedeu à suspensão do pagamento do prémio de reforma a todos os trabalhadores que se reformaram em 2011.

20.DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos		
Combustíveis (Nota 3.15)	62.444,98	89.523,73
Seguros diversos	65.973,36	71.061,46
Participação Feira SEAFOOD 2011	-	18.000,00
Manutenção de licenças (Software)	4.382,72	7.307,77
Seguros de acidentes de trabalho	14.568,51	-
Diversos custos diferidos	8.471,12	7.919,41
	<u>155.840,69</u>	<u>193.812,37</u>
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8.750,26	8.750,26
	<u>8.750,26</u>	<u>8.750,26</u>

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamento especial por conta	210.270,00		160.810,00	
Estimativa de imposto		48.116,14		28.768,99
Retenção na Fonte	1.109,31		1.053,56	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		64.771,02		72.963,46
Imposto sobre o valor acrescentado		1.596.285,01		1.362.774,00
Contribuições para a Segurança Social		198.843,21		193.946,21
Outros Impostos		-		29,58
	<u>211.379,31</u>	<u>1.908.015,38</u>	<u>161.863,56</u>	<u>1.658.482,24</u>

Pagamento especial por conta: tendo em conta a previsível evolução do lucro tributável nos próximos exercícios, e a alteração introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, é expectável a utilização dos pagamentos especiais por conta pagos a partir de 2008.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos Armadores (DL 122/88, de 20 de Abril).

22.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Electricidade (Nota 5.1)	1.026.086,47	1.381.785,65
Limpeza, higiene e conforto	901.484,65	1.012.468,65
Conservação e reparação	1.119.975,39	1.274.955,36
Vigilância e segurança	478.694,53	609.795,72
Serviços de mão-de-obra externa	437.742,61	599.250,69
Água (Nota 5.1)	189.650,35	288.754,76
Trabalhos especializados	326.761,60	464.940,35
Comunicação	262.409,23	287.289,16
Honorários	258.381,09	278.998,41
Rendas e alugueres	43.560,35	10.897,84
Serviços postos vendagem	211.494,80	223.645,37
Seguros	128.178,43	145.517,46
Outros	399.364,78	443.161,29
	<u>5.783.784,28</u>	<u>7.021.460,71</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa procedeu a alterações contabilísticas com impacto na conta de fornecimentos e serviços externos (ver nota 5.1), como se descreve:

- Reavaliação da imputação do gasto com electricidade ao custo de produção do gelo.
- Dedução dos gastos com electricidade e com água ao rendimento proveniente da sua venda (instalações), no montante de 335.423,24 Euros e 107,696,05 Euros respetivamente.

23.GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	158.878,21	193.912,59
Remunerações do pessoal	7.756.673,31	8.601.967,17
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos (Nota 19)	187.404,00	(169.198,60)
Indemnizações	(5.769,49)	396.916,80
Encargos sobre remunerações	1.703.696,32	1.869.976,90
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	84.697,97	82.750,17
Gastos de acção social	169.261,02	164.352,05
Gastos com formação	51.762,53	49.334,53
Outros	45.151,28	30.319,99
	<u>10.151.755,15</u>	<u>11.220.331,60</u>

O número médio de trabalhadores efetivos ao serviço da Empresa nos anos findos em 31 de Dezembro 2011 e 2010 foi de 459 e de 474 trabalhadores, respetivamente.

Durante o exercício de 2011, foram pagas as indemnizações aos trabalhadores do porto de pesca de Lisboa que haviam contratualizado a rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo na sequência da pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2003, de 20 de Outubro. O montante do

pagamento efetuado das rescisões foi de 395.651 Euros, sendo que um dos trabalhadores que havia contratualizado a sua rescisão, optou pela manutenção do seu vínculo contratual à Docapesca. O valor da indemnização deste trabalhador, no montante de 31.269 Euros, foi registado em 2011 como um ganho a deduzir na respetiva conta em Gastos com o Pessoal.

24.DEPRECIACÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Activos fixos tangíveis (Nota 7)	3.199.189,44	3.309.526,83
Activos Intangíveis (Nota 8)	95.403,98	68.169,14
Propriedades de investimento (Nota 11)	9.140,87	9.140,88
	<u>3.303.734,29</u>	<u>3.386.836,85</u>

25.OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Rendimentos de propriedades de investimento (Nota 11)	9.260,04	9.260,04
Outros rendimentos suplementares (Notas 5 e 22)	576.133,54	1.180.442,41
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.535,15	3.311,77
Ganhos em activos fixos tangíveis	7.811,43	27.303,17
Ganhos em inventários	4.765,23	8.920,06
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 15)	1.318.728,71	1.440.860,48
Outros	<u>47.773,87</u>	<u>11.447,57</u>
	<u>1.967.007,97</u>	<u>2.681.545,50</u>

O montante registado na rubrica de “Outros rendimentos suplementares” está essencialmente relacionado com rendimentos proveniente da revenda de energia eléctrica, água potável e salgada, cedência de exploração de atividades e serviços de abastecimento de combustíveis. No ano de 2011, registou-se o gasto com energia eléctrica revendida, deduzido ao seu rendimento, pelo montante de 335.423,24 Euros, bem como o gasto com água potável revendida, deduzido ao seu rendimento, pelo montante de 107,696,05 Euros.

26.OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	56.685,35	66.227,66
Cedência de exploração	484.572,38	507.089,13
Concessões de portos de pescas	525.333,13	453.684,26
Edificações IPTM	245.686,82	0,00
Dívidas incobráveis	1.282,37	146,57
Perdas em activos fixos tangíveis	91.563,50	132.164,16
Perdas em inventários	6.742,71	18.700,50
Outros	106.810,91	45.573,43
	1.518.677,17	1.223.585,71

Na rubrica edificações IPTM estão registados os gastos debitados por este instituto a título de ocupação e exploração das lotas de Portimão e de Olhão, para os anos de 2008, 2009 e 2010. Estes valores correspondem a 0,5% do valor do pescado transacionado nestas lotas para os anos referidos. A faturação tem por base os protocolos e o IPTM (ex Juntas Autónomas) celebrados em 1987.

27. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros, cada. O capital social é detido a 100% pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Excedentes de revalorização: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização activo fixo tangível
Saldo no início do período	62.400,17
Amortizações e imparidades	(15.360,00)
Imposto diferido	1.794,26
Saldo no final do período	48.834,43

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante exigível.

Por deliberação do acionista único (Estado Português – Direção Geral do Tesouro e Finanças), na Assembleia Geral de 2 de Junho de 2011, a totalidade do lucro obtido em 2010 foi destinado à cobertura parcial dos resultados transitados negativos evidenciados nos capitais próprios da Empresa.

28.RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foi determinado conforme se segue:

	2011	2010
Resultados:		
Resultado líquido do período	1.974.033,74	493.468,52
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	1.705.680	1.705.680
Resultado por acção básico	<u>1,1573</u>	<u>0,2893</u>

29.GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	591.279,00	(a)
Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Shell	⇒	100.000,00	(c)
Repsol	⇒	100.000,00	(c)
Direcção Geral Pescas e Aquicultura	⇒	149.925,00	(d)
Restantes Garantias Prestadas	⇒	62.398,21	
Total		2.494.202,21	

- a) Foi prestada em 27 de Junho de 2002 uma garantia bancária ao Serviço de Finanças do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa no valor global de 591.279,43 Euros relativa a uma Liquidação Adicional de IVA, a qual foi reclamada pela Docapesca. O perdão de juros provocou a redução do montante da provisão criada para 354.273,41 Euros (Nota 17).
- b) Foram prestadas duas Garantias Bancárias ao Serviço de Finanças do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa no montante de 745.300,00 Euros cada, totalizando 1.490.600,00 Euros e foram penhorados bens diversos (equipamento frigorífico, ferramentas diversas, instalações diversas,

empilhadores diversos e outros equipamentos de Lisboa e Equipamentos da Fábrica de Gelo em Aveiro), no montante de 2.156.652,96 Euros, (Nota 17).

O valor global destas garantias destinou-se a suspender a execução fiscal de uma dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, relativa ao pagamento de 1,5% do valor do pescado transacionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado, de que são sujeitos passivos os compradores de pescado em lota, referente aos exercícios de 2000 a 2002.

- c) Duas garantias bancárias de 50.000 Euros, cada uma, destinadas a garantirem o fornecimento de combustível para os postos de abastecimento dos Portos de Pesca de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, explorados pela Docapesca, em nome da Shell, e outra garantia bancária de 100.000 Euros, em nome da Repsol para igual destino.
- d) Duas garantias prestadas à Direção Geral das Pescas e Aquicultura, destinadas a caucionar o recebimento de subsídios ao abrigo do PIDDAC, antes da comprovação dos investimentos.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4.
PERFORMANCE
DA
DOCAPESCA

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à receção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infraestruturas, implantadas em terrenos do domínio público, destinada a garantir o apoio às atividades da pesca. A Docapesca mantém as lotas sempre preparadas para garantir a descarga das embarcações, assumindo, por este motivo, custos fixos de exploração. Neste contexto, um aumento das quantidades descarregadas e vendidas, se enquadrado na capacidade instalada, não origina acréscimos de encargos. O contrário, por igual motivo, também não permite poupança significativa.

Para compensar estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objeto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transacionado em lota como fator decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transacionado em lota é dependente de fatores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climatéricas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de ação, a Empresa procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização através de uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

A saída da Docapesca das suas instalações históricas no Porto de Pedrouços, que ocorreu em Abril de 2011, não representou qualquer ameaça para a continuidade das suas operações, que continuaram regulares, dentro das condicionantes próprias do setor das pescas, e geradoras de rendimentos futuros capazes de proporcionar os lucros necessários para a recuperação, a médio prazo, dos seus capitais próprios.

Realça-se também, em 2011, a suspensão da atividade da Empresa na exploração de entrepostos frigoríficos onde, a par com a cedência onerosa a terceiros da exploração de Entrepósito Frigorífico de Matosinhos, se perdeu em definitivo a atividade no Entrepósito Frigorífico de Pedrouços e se suspendeu temporariamente o serviço no Entrepósito Frigorífico de Peniche para proceder à sua manutenção.

Realça-se por último, o empenho da gestão da Empresa no sentido do cumprimento rigoroso das medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento e das orientações do acionista no sentido da redução dos custos com os Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal.

No exercício de 2011, a atividade das embarcações de pesca caracterizou-se pela realização de descargas para venda em lota superiores às registadas em média do período de 2005 a 2010 e superiores às realizadas no último ano desta série. Decorrendo deste facto, a comparação do ano em análise com o ano transato revela um acréscimo de 1,6% (2,1 mil toneladas) nas quantidades apresentadas para venda em lota que, aliado ao aumento do seu preço médio em 5,9% se traduziu num aumento do valor do pescado transacionado em 14,2 milhões de Euros (7,6%). Ao efetuar uma análise por arte de pesca registou-se um aumento nos preços médios de todas as artes: +2,3% no Arrasto, +10,8% em Polivalentes e +21,4% no Cerco. Estes aumentos refletiram-se muito positivamente no valor na arte Cerco (+29,8%), uma vez que o volume também sofreu um acréscimo de 6,9%. Na arte Polivalente, o acréscimo de valor foi quase insignificante (+0,7%), porque o aumento do preço médio foi na sua quase totalidade absorvido pelo decréscimo do volume de pescado transacionado. No que respeita à arte Arrasto, o volume apresentou um decréscimo de 4,2%, não tendo o acréscimo do preço médio para esta arte compensado esta redução. Assim, verificou-se uma diminuição de 2% no valor do pescado transacionado para a arte Arrasto. Resulta desta conjuntura que os rendimentos por serviços prestados, obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota e diretamente relacionados com o valor de pescado transacionado, registaram o consequente aumento de 822 mil Euros.

Para a formação do resultado do exercício de 2011 concorreu o acréscimo registado na Primeira Venda de Pescado, a redução dos gastos com pessoal (incluindo o subsídio de férias que não será pago em 2012), a redução com os gastos com fornecimentos e serviços externos e, de efeito contrário, a perda de rendimento na atividade dos entrepostos frigoríficos. Estes foram os principais fatores que contribuíram para que a empresa apresentasse em 2011 um resultado líquido positivo de cerca de 2 milhões de euros.

O resultado não representou aumento significativo dos fluxos de caixa, porque a Docapesca foi obrigada a encurtar o pagamento aos seus fornecedores para menos de trinta dias de prazo, por orientação do acionista, no âmbito do programa “Pagar a Tempo e Horas”, com um desembolso extraordinário de 700 mil Euros. Por outro lado, a Docapesca viu o seu crédito na banca substancialmente reduzido, ou seja, dos 8,2 milhões de Euros de crédito de curto prazo para apoio à tesouraria negociados junto da banca, existentes no início de 2011, permanecem apenas 2,5 milhões de Euros no final do exercício. Este montante será ainda sujeito a uma redução de mais de 250 mil Euros até ao final de Maio de 2012.

No plano financeiro, a empresa reduziu o encaixe gerado pelos seus fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais, onde obteve 3,15 milhões de Euros (4,12 milhões de Euros em 2010), apesar do efeito induzido pelas medidas de racionalização e reestruturação da Empresa, implementadas nos anos anteriores, e que continuam a refletir-se em menores pagamentos ao pessoal. Esta redução no encaixe verificado traduz um maior financiamento aos compradores, tendo a sua dívida sofrido um acréscimo 1,5 milhões de Euros.

Não se verificaram em 2011, assim como em 2010, entradas significativas de dinheiro proveniente dos subsídios ao investimento não reembolsáveis, pelo que, face à restrição no financiamento se refletiu na redução do nível de investimento efetuado pela Empresa.

O balanço da Docapesca apresenta, em 31 de Dezembro de 2011, capitais próprios negativos no montante de 4 milhões de Euros (5,2 milhões de Euros em 2010), pelo que se mantém a necessidade do seu reforço, sucessivamente reclamado, sem resultado, em exercícios anteriores.

Durante o exercício findo em 2011 não foi possível concretizar o objetivo de definir períodos de concessão para todos os bens da Empresa implantados em terrenos do domínio público, nem estabelecer contratualmente as condições da sua exploração, o que constitui um fator de incerteza relevante ao nível da correcta avaliação da Empresa e do seu desempenho futuro.

Mil Euros					
Indicadores Relevantes	2007	2008	2009	2010	2011
Pescado Transaccionado em Lota					
Quantidades (Ton.)	124.998	137.525	116.426	127.564	129.651
Valor (Milhares de Euros)	188.418	205.553	179.228	187.092	201.366
Produtividade					
Efectivos em 31/12	561	509	482	474	456
Gastos com o Pessoal	12.845,2	14.645,5	12.186,0	11.440,0	10.151,8
Valor Acrescentado Bruto	15.122,6	17.090,3	15.581,4	14.982,7	15.439,5
V.A.B. / Gastos com o Pessoal	1,18	1,17	1,28	1,31	1,52
Resultados Líquidos	(928,6)	(1.380,8)	354,2	493,5	1.974,0
EBITDA	2.528,8	2.588,0	3.911,2	4.207,6	5.405,1
Cash-Flow	3.480,6	3.221,8	4.393,5	4.555,4	5.892,5
Investimentos	4.262,2	5.093,1	1.721,1	2.121,8	1.368,2
Fundo de Maneio	(4.153,9)	(9.701,8)	(6.200,6)	(6.296,8)	(3.819,7)
Liquidez Geral	0,79	0,55	0,59	0,60	0,73
Solvabilidade Total	0,72	0,13	(0,17)	(0,20)	(0,12)

RECURSOS HUMANOS

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS

Dando continuidade à política de otimização dos recursos humanos que tem vindo a ser implementada, foi possível reduzir os efetivos, durante o ano em análise, passando o efetivo total da empresa de quatrocentos e setenta e quatro (474) Trabalhadores, em 31/12/2010, para quatrocentos e setenta e dois (472) Trabalhadores, em 31/12/2011.

O saldo acumulado encontra-se distribuído da seguinte forma:

Quadro de Pessoal	Anos		Variação	
	2010	2011	Núm.	%
N.º Trabalhadores em 31/Dezembro	474	472	-2	-0.4%
ENTRADAS:				
Readmissões	0	0	0	--
Admissões (Com Termo)	11	37	28	236%
Admissões (Efetivos)	9	21	10	133%
Requisitados	0	0	0	--
Total Entradas	20	58	38	190%
SAÍDAS				
Rescisões Mútuo Acordo	12	11	-1	-8%
Reformas Velhice	6	7	1	17%
Reformas Invalidez	1	3	2	200%
Reformas Velhice Antecipada	1	7	6	600%
Rescisões por Iniciativa Própria	1	4	3	300%
Despedimentos Justa Causa	1	3	2	200%
Falecimentos	1	1	0	0%
Rescisões Contratos a Termo	10	24	14	140%
Requisitados	0	0	0	--
Total Saídas	33	60	27	82%

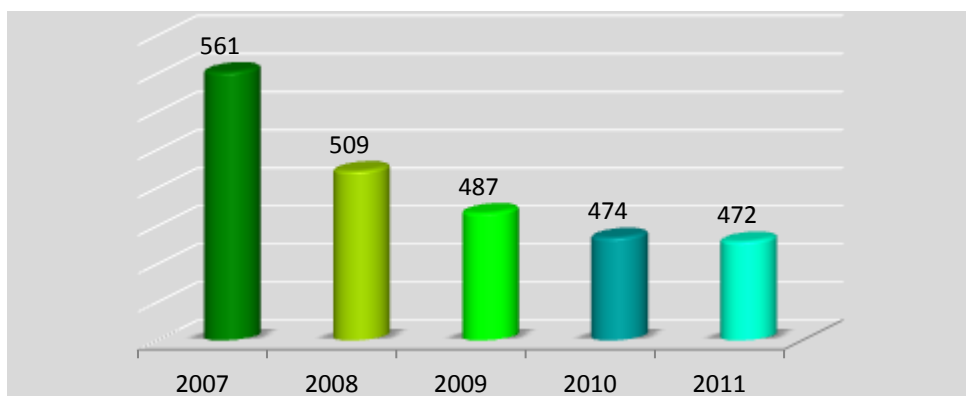
Deu-se, uma vez mais, durante o ano em análise, seguimento à política de redução/racionalização do quadro de pessoal, sendo o decréscimo verificado, consequência da promoção de saídas naturais (17 reformas) e onze rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.

Em 31 de Dezembro de 2011, o número de Trabalhadores efetivos e contratados a termo totalizava quatrocentos e setenta e dois (472), dos quais dezasseis (16) são contratados a termo e quatrocentos e cinquenta e seis (456) são efetivos, com a seguinte distribuição por Unidade Orgânica:

SECTORES E DELEGAÇÕES		31-Dez-11	
		N.º Trabalhadores Efectivos	N.º Trabalhadores Contratados a Termo
SEDE	Secretariado do Conselho de Administração	1	0
	Departamento de Estatística	3	0
	Direcção de Apoio Jurídico e Recursos Humanos	6	0
	Direcção Comercial & Marketing	5	2
	Direcção de Exploração	10	2
	Direcção de Informática	9	0
	Direcção Financeira	9	0
	Direcção Infra-estruturas e Manutenção	10	0
	TOTAL SEDE	53	4
NORTE	Viana do Castelo	10	1
	Póvoa de Varzim	13	0
MATOSINHOS	Matosinhos	71	1
CENTRO-NORTE	Aveiro	32	1
	Figueira da Foz	32	1
CENTRO	Nazaré	14	1
	Peniche	30	2
	Cascais	8	1
CENTRO-SUL	Sesimbra	35	0
	Setúbal	20	0
	Sines	14	0
SUL	Sagres	8	1
	Lagos	11	0
	Portimão	34	1
	Quarteira	14	0
	Olhão	33	0
	Tavira	12	0
	Vila Real de Santo António	11	2
TOTAL DELEGAÇÕES		402	12
SUB.TOTAL		455	16
Requisitados à Docapesca		1	
Requisitados Pela Docapesca		0	
Pré-Reforma (Sede)		0	
Pré-Reforma (Delegações)		0	
Licenças sem Vencimento		0	
TOTAL		456	16

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS – 2007 / 2011

Efetivo



Conforme referido, o número de Trabalhadores no final de 2011 reduziu-se em cerca de 0,4%, quando comparado com o ano anterior, e em cerca de 16%, se a comparação for com o ano de 2007.

É importante destacar que, para além da gestão rigorosa ao nível da contenção em novas admissões a que temos assistido nos últimos anos e que tem permitido a redução (em número) mencionada, muitas das novas contratações foram realizadas a curto prazo, para colmatar ausências de Trabalhadores por motivos de férias e baixas médicas.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Na procura contínua de potenciar a eficácia da Empresa e, consequentemente, dos seus Recursos Humanos, a Formação, quer para o desempenho de cargos, quer para o desenvolvimento pessoal e atualização de matérias direcionadas para o cumprimento da legislação em vigor é o meio ideal para minimizar a diferença entre um estágio atual e um estágio desejado. Assim, todo e qualquer processo de Desenvolvimento e Crescimento Organizacional está diretamente associado à otimização do potencial individual e colectivo disponível nas organizações, no qual a Formação, quando bem gerida, se torna um elemento dinamizador.

Deu-se continuação, neste âmbito, à política de valorização dos Recursos Humanos, através de ações de formação participadas pelos Trabalhadores pertencentes ao seu quadro de pessoal, sendo um dos objetivos da Empresa continuar a manter o maior e melhor empenhamento na valorização socioprofissional dos seus Trabalhadores. Nesta sequência foram realizadas, ao longo do ano de 2011, um conjunto de ações de formação que totalizaram 814 participações, com um total de 8.700 horas de formação.

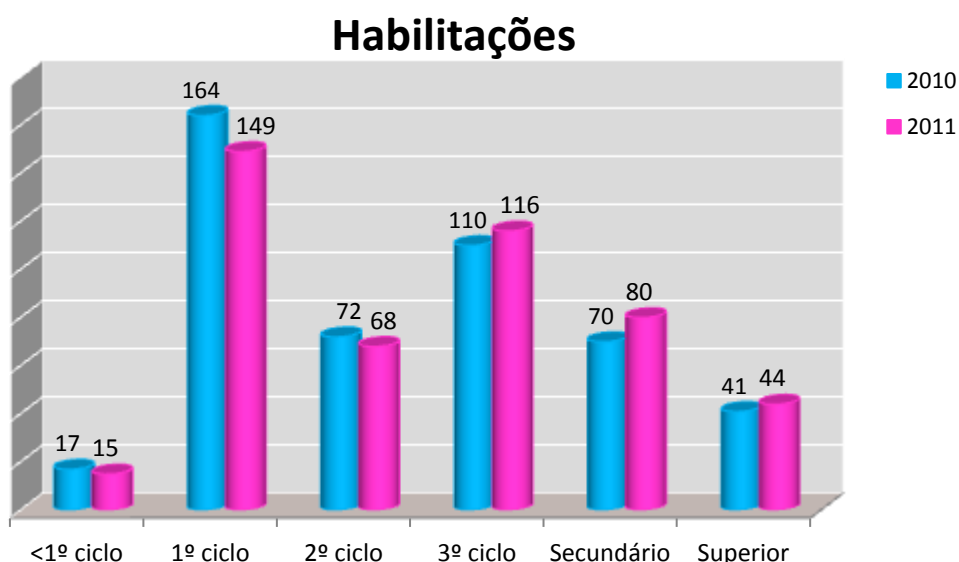
Nesta conformidade, a atividade crescente que tem sido desenvolvida, quer na formação direcionada para Trabalhadores da área Administrativa, quer para Trabalhadores da área de Exploração, é a

expressão do reconhecimento pela Empresa do papel fundamental que a formação pode ocupar como forma valorizadora dos Recursos Humanos e do desenvolvimento da organização.

No cômputo das ações de formação, realizadas no ano em análise, alcançaram-se cerca de 80% dos objetivos anuais propostos. Ministraram-se 104 ações de formação, das quais cerca de 41% no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho e Segurança Alimentar. O número de Trabalhadores que frequentaram ações de formação totalizou os 311, dos quais 97 obtiveram mais de 35 horas de formação, dando assim cumprimento ao determinado na legislação em vigor (10% dos Trabalhadores), correspondendo a cerca de 21% do quadro de pessoal efetivo.

O custo efetivo das ações realizadas, em 2011, ascendeu a 60.381,46 Euros, acrescido de despesas decorrentes das referidas ações como alojamento, alimentação e deslocações dos respetivos formandos.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



No que concerne às habilitações académicas, de acordo com os dados mencionados no gráfico supra, podemos constatar que, em termos globais, quando comparados com os dados referentes ao ano anterior, as qualificações dos Trabalhadores que compõem o efetivo da Empresa registaram alterações significativas.

Nesse sentido, face à movimentação significativa do quadro de pessoal a que assistimos ao nível de substituições de Trabalhadores, as suas habilitações, em termos percentuais, apresentam agora uma ligeira melhoria, quando comparado com o ano anterior. Com efeito, verifica-se que o número de Trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo diminuiu cerca de 27%, comparativamente a 2010, representando agora cerca de 35% do efetivo global.

De igual modo, o número de Funcionários com o Ensino Secundário ou Superior representavam, no final de 2011, cerca de 26% do total de efetivos, contra os 23% do ano transato, mantendo-se os outros dois níveis, 2.º e 3.º Ciclos, praticamente inalteráveis.

É, ainda, neste âmbito, estratégia da Empresa dar seguimento à admissão de Trabalhadores com habilitações literárias adequadas às funções e tarefas que venham a desempenhar, propondo para tal níveis habilitacionais ajustados.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM O PESSOAL (TOTAL DA EMPRESA)

ANOS	2010	2011	VARIAÇÃO (2011 / 2010)	
Grupos de Contas e Rubricas	Total Real	Total Real	Valor	%
Remunerações dos Órgãos Sociais	193.912,59	158.878,21	-35.034,38	-18,07%
Remunerações do Pessoal	8.601.967,17	7.756.673,31	-845.293,86	-9,83%
Total de Remunerações	8.795.879,76	7.915.551,52	-880.328,24	-10,01%
Pensões e Prémios para Pensões	-169.198,60	187.404,00	356.602,60	-210,76%
Encargos sobre Remunerações	1.869.976,90	1.703.696,32	-166.280,58	-8,89%
Seguro de Acidentes de Trabalho	71.369,34	67.833,66	-3.535,68	-4,95%
Seguro de Acidentes Pessoais	11.380,83	16.864,31	5.483,48	48,18%
Total de Encargos Obrigatórios	1.783.528,47	1.975.798,29	192.269,82	10,78%
Complemento Subsídio / Doença	18.672,79	17.472,01	-1.200,78	-6,43%
Higiene e Segurança/Medicina do Trabalho/Assit. Medicam.	34.852,12	40.730,19	5.878,07	16,87%
Complemento Sinistros	29,28	0,00	-29,28	-100,00%
Actividades Desportivas e Culturais	16.081,02	13.816,82	-2.264,20	-14,08%
Seguro de Saúde	94.716,84	98.700,64	3.983,80	4,21%
Total – Custos Acção Social	164.352,05	170.719,66	6.367,61	3,87%
Fardamentos e Equipamentos	23.448,78	38.912,99	15.464,21	65,95%
Refeições e Alojamento em Serviço	6.871,21	4.779,65	-2.091,56	-30,44%
Indemnizações	396.916,80	-5.769,49	-402.686,29	-101,45%
Formação Profissional	49.334,53	51.762,53	2.428,00	4,92%
Total – Outros Custos com Pessoal	476.571,32	89.685,68	-386.885,64	-81,18%
Total	11.220.331,60	10.151.755,15	-1.068.576,45	-9,52%

Neste quadro, podemos observar que os custos com o Pessoal em 2011 decresceram cerca de 9,5%, registando menos cerca de um milhão e sessenta e oito mil Euros. O desvio registado deve-se, em particular, à rubrica “Remunerações do Pessoal” que diminuiu cerca de 10%.

Relativamente aos Outros Custos com o Pessoal verifica-se uma redução originada, essencialmente, pela Rubrica “Indemnizações” que foi a grande responsável pelo desvio favorável registado. As restantes rubricas registaram um aumento pouco significativo, comparativamente ao ano transato.

Globalmente os custos com o pessoal tendem a diminuir devido, essencialmente, à gestão das contratações e admissões de pessoal e à estratégia implementada pela conjuntura económico-financeira atual.

OUTROS INDICADORES LABORAIS

O ano de 2011 foi mais um ano em que se conseguiu manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para se poder dar continuidade ao crescimento e à consolidação económico-financeira da Empresa.

A Docapesca procedeu, no ano em análise, à implementação da contratação a termo certo em substituição do procedimento habitual do recurso a *mão-de-obra* exterior (trabalho temporário) nos períodos de maior atividade. Esta estratégia visa, essencialmente, uma gestão de Recursos Humanos direcionada para o apoio ao emprego local e, consequentemente, convergir para a redução de custos.

Procedeu-se ao início da revisão do Acordo de Empresa dentro dos parâmetros considerados normais e definidos pelo Conselho de Administração, para o período da sua vigência. Todavia, durante a realização das mesmas e por instruções do Acionista, viu-se a Empresa impedida de dar continuidade ao processo negocial, tendo, em consequência, as organizações sindicais suspenso a negociação, a qual não mais foi retomada no ano de 2011, a exemplo do que aconteceu no ano anterior.

A taxa de absentismo no último triénio situou-se entre 4% e 5%, cifrando-se no ano em análise em cerca de 5,09%, decorrente, essencialmente, do aumento do número de baixas prolongadas. Prevê-se, ainda, que este indicador tenda a agravar-se, atendendo à média de idades do quadro de pessoal da Empresa cujo escalão etário entre os 55 e os 64 anos de idade representa cerca de 41,4% do seu efetivo global. Esta situação merece pois um acompanhamento permanente, por forma a ter-se uma perfeita monitorização ao momento.

No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho verifica-se que a taxa de sinistralidade e os índices de frequência e gravidade manifestaram-se dentro de níveis aceitáveis (tal como no ano anterior), tendo-se dado continuidade à realização de um conjunto de ações de formação que visam, por um lado, sensibilizar os Trabalhadores para os perigos a que estão sujeitos nos seus locais de trabalho e, por outro, incentivá-los para a adoção de novas atitudes e comportamentos como forma de os eliminar ou minimizar.

ESTATÍSTICA

PESCADO TRANSACIONADO NO CONJUNTO DAS LOTAS DO CONTINENTE

O pescado transacionado, no ano de 2011, nas lotas do Continente foi de 129.651t (mais 2.088t, do que em 2010), o preço médio foi de 1,55 €/kg, um acréscimo de 0,09 €/kg, face a 2010. O valor total das vendas foi de 201.367 mil Euros (mais 14.274 mil Euros, face a 2010).

Nos quadros Q-1 a Q-6, figuram as quantidades, valores e preços médios registados em cada uma das Delegações, respetivamente, Norte, Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Sul, bem como os movimentos das pequenas lotas a elas agregadas.

DELEGAÇÃO NORTE

Q-1	Kg	Euros	€/Kg
TOTAL	4.189.078	9.079.731	2,17
Viana do Castelo	1.822.200	3.553.528	1,95
Caminha	57.953	657.377	11,34
Esposende	52.139	202.144	3,88
V. Praia de Âncora	228.551	607.266	2,66
Castelo de Neiva	148.918	504.050	3,38
Apúlia/Fão	29.841	81.995	2,75
Póvoa de Varzim	1.739.161	3.131.316	1,80
Vila Chã	6.578	46.268	7,03
Vila do Conde	103.737	295.787	2,85

Quadro Q-1, **DELEGAÇÃO NORTE**, 4.189t e 9.080 mil Euros, preço médio 2,17€/kg. Em relação a 2010, mais 1,4% em volume, mais 13,7% em valor e 12,1% no preço médio. As duas espécies mais transacionadas: polvo-vulgar (1.184t) e sardinha (848t). As lotas principais: Viana do Castelo (1.822t e 3.554 mil Euros) e Póvoa de Varzim (1.739t e 3.131 mil Euros).

DELEGAÇÃO DE MATOSINHOS

Q-2	Kg	Euros	€/Kg
TOTAL	29.220.188	31.454.596	1,08
Matosinhos	29.106.054	31.094.602	1,07
Angeiras	53.936	227.967	4,23
Afurada	3.658	26.017	7,11
Esmoriz	4.670	2.960	0,63
Aguda	10.229	69.600	6,80
Espinho	22.040	25.000	1,13
Valbom	19.602	8.450	0,43

Quadro Q-2, **DELEGAÇÃO DE MATOSINHOS**, 29.220t e 31.455mil Euros, preço médio anual 1,08€/kg; relativamente a 2010, menos 3,2% em volume, mais 18,3% em valor, consequência do grande incremento registado no preço, em 22,1%. As duas espécies mais vendidas: sardinha (19.347t) e cavala (3.070t).

DELEGAÇÃO CENTRO NORTE

Q-3	Kg	Euros	€/Kg
TOTAL	26.777.079	32.204.319	1,20
Aveiro	10.119.278	15.023.334	1,48
Vagueira	24.855	55.008	2,21
Torreira	1.242.436	1.594.838	1,28
Mira	332.799	528.644	1,59
Figueira da Foz	15.057.711	15.002.494	1,00

Quadro Q-3, **DELEGAÇÃO CENTRO NORTE**, 26.777t e 32.204 mil Euros, preço médio anual 1,20€/kg. Em relação a 2010, mais 4,3% em volume, 12,2% em valor e 7,6% no preço médio. As duas espécies mais vendidas: sardinha (14.752t) e carapau (3.052t). Lotas principais: Aveiro (10.119t e 15.023 mil Euros) e Figueira da Foz (15.058t e 15.002 mil Euros).

DELEGAÇÃO CENTRO

Q-4	Kg	Euros	€/Kg
TOTAL	17.955.237	40.235.303	2,24
Nazaré	3.370.038	7.976.728	2,37
Peniche	14.199.278	30.019.226	2,11
Foz do Arelho	38.149	176.106	4,62
Cascais	254.034	1.490.736	5,87
Ericeira	78.410	465.647	5,94
V.F.Xira	15.328	106.860	6,97

Quadro Q-4, **Delegação Centro**, 17.955t e 40.235 mil Euros, o preço médio anual foi de 2,24€/kg. Comparando com os dados do ano transato, registaram-se mais 6,1% no volume, 9,8% no valor e 3,5% no preço médio. As duas espécies mais transacionadas: sardinha 4.769t) e cavala (3.217t). Lotas principais: Nazaré (3.370t e 7.977 mil Euros) e Peniche (14.199t e 30.019 mil Euros).

DELEGAÇÃO CENTRO SUL

Q-5	Kg	Euros	€/Kg
TOTAL	32.463.844	43.446.649	1,34
Sesimbra	17.988.600	22.213.592	1,23
Costa da Caparica	743.256	3.122.917	4,20
Trafaria	265.469	1.485.709	5,60
Fonte da Telha	671.707	1.142.565	1,70
Barreiro	3.212	19.180	5,97
Montijo	3.016	7.000	2,32
Alcochete	22.337	53.205	2,38
Setúbal	4.216.755	5.979.230	1,42
Carrasqueira	70.608	374.371	5,30
Sines	8.333.512	8.289.751	0,99
V .N. Milfontes	74.832	340.014	4,54
Azenha do Mar	35.531	185.568	5,22
Zambujeira	35.009	233.549	6,67

Quadro Q-5, **DELEGAÇÃO CENTRO SUL**, 32.464t e 43.447 mil Euros, preço médio 1,34€/kg. Relativamente a 2010, em volume mais 17,7%, em valor mais 7,4% e uma quebra de 8,7% no preço médio. As duas espécies mais transacionadas: cavala (13.750t) e sardinha (8.088t). Lotas principais: Sesimbra (17.989t e 22.214 mil Euros), Setúbal (4.217t e 5.979 mil Euros) e Sines (8.334t e 8.8290 mil Euros).

DELEGAÇÃO SUL

Q-6	Kg	Euros	€/Kg
TOTAL	19.045.789	44.946.106	2,36
Lagos	900.541	2.471.403	2,74
Sagres	634.407	3.563.319	5,62
Portimão	5.564.736	8.392.696	1,51
Albufeira	115.004	645.573	5,61
Armação de Pêra	7.514	57.400	7,64
Olhão	6.914.656	7.292.898	1,05
Fuzeta	105.084	244.140	2,32
Quarteira	2.680.866	5.839.074	2,18
Faro	5.450	22.510	4,13
Tavira	180.567	984.610	5,45
Santa Luzia	244.334	1.609.284	6,59
V. R. S. António	1.692.630	13.823.199	8,17

Quadro Q-6, **Delegação Sul**, 19.046t e 44.946 mil Euros, preço médio 2,36€/kg. Em relação a 2010, em volume menos 17,4%, em valor menos 3,8% e uma subida no preço médio de 16,5%. As duas espécies mais transacionadas: sardinha (6.272t) e cavala (4.563t). Lotas principais: Portimão (5.565t e 8.393 mil Euros), Olhão (6.915t e 7.293 mil Euros), Quarteira (2.681t e 5.839 mil Euros) e Vila Real S. António (1.693t e 13.823 mil Euros).

O quadro Q-7, que a seguir se apresenta, mostra a evolução de 2011 face a 2010, dos valores totais registados em cada uma das Delegações.

TOTAIS PESCADO – REPARTIÇÃO POR DELEGAÇÕES – 2010 E 2011

Q-7 Delegações	ANO 2010			ANO 2011			Evolução 2011/2010		
	Kg	€	€/Kg	Kg	€	€/Kg	Vol.	Val.	Pr.Méd
Norte	4.130.316	7.982.593	1,93	4.189.078	9.079.731	2,17	1,4%	13,7%	12,1%
Matosinhos	30.192.368	26.593.876	0,88	29.220.188	31.454.596	1,08	-3,2%	18,3%	22,2%
Centro Norte	25.663.714	28.691.817	1,12	26.777.079	32.204.319	1,20	4,3%	12,2%	7,6%
Centro	16.924.239	36.647.978	2,17	17.955.237	40.235.303	2,24	6,1%	9,8%	3,5%
Centro Sul	27.586.549	40.448.992	1,47	32.463.844	43.446.649	1,34	17,7%	7,4%	-8,7%
Sul	23.066.414	46.726.964	2,03	19.045.789	44.946.106	2,36	-17,4%	-3,8%	16,5%
TOTAL	127.563.600	187.092.219	1,47	129.651.215	201.366.702	1,55	1,6%	7,6%	5,9%

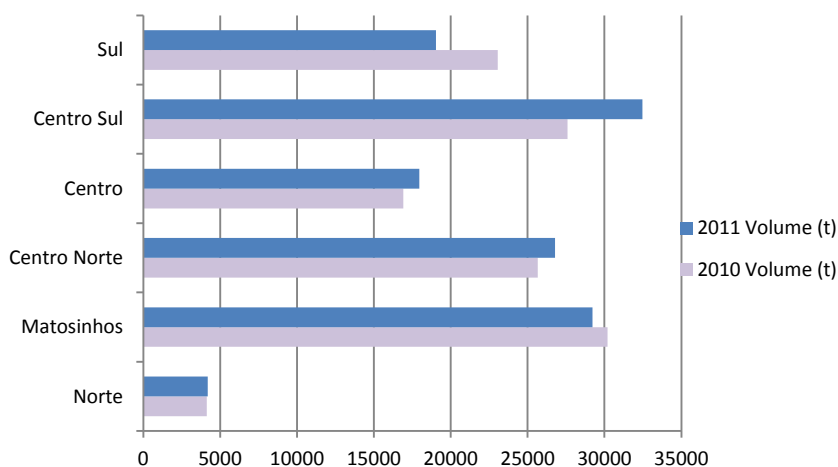
Na Delegação Norte registaram-se melhorias no valor das vendas e no preço médio porque as vendas de polvo-vulgar aumentaram significativamente (21,1% em quantidade e 27,6% em valor). A sardinha perdeu o primeiro lugar, com quebras em volume e valor de 28% e 23%, respetivamente. Os preços médios subiram 5,4% para o polvo-vulgar e 7,2 % para a sardinha.

A Delegação de Matosinhos que em 2010 tinha registado um acréscimo muito significativo no volume, de 22,8%, registou em 2011 um decréscimo de 3,2%. O valor das vendas continuou a tendência de subida (18,3%), consequência direta da evolução muito favorável no preço médio: 22,2% (mais 0,20€/kg). Espécies a justificar as evoluções atrás referidas, sardinha e carapau, com quebras em volume de 9,8% e 44,9%, respetivamente. Com tendência oposta, a cavala e o biqueirão. A primeira registou um aumento no preço médio de 48,5%, em valor 51,7% e, em volume, 2,1%. Quanto ao biqueirão, o incremento foi de 10.855,7% em volume, 4.023,9% em valor e uma expressiva quebra no preço médio, 62,4%.

Centro Norte, a explicar em grande parte as evoluções positivas de 4,3% em volume e 12,2% em valor, estão, por um lado, a sardinha e, por outro lado, a cavala com mais 30,2% em volume e mais 92,8% em valor.

O preço médio da sardinha subiu 19,6% e o da cavala 48%.

Distribuição do Volume (toneladas) do Pescado por Delegação



Retomando as evoluções registadas por Delegação, quadro Q-7 Delegação Centro: evoluções favoráveis em volume (6%), em valor (9,8%) e no preço médio (3,5%), a contribuir para estas evoluções, destacam-se os movimentos registados nas espécies cavala (mais 72% em volume, mais 107,9% em valor, mais 20,7% no preço médio), carapau-negrão (mais 91,8% em volume, mais 102,9% em valor e mais 5,8% no preço médio) e carapau (mais 14% em volume, 26,3% em valor e 10,6% no preço médio). A primeira espécie, sardinha, teve uma quebra de 16,7% em volume e, em valor, também registou quebra, mas pouco significativa (menos 2,8%) porque o preço médio subiu 16,7%.

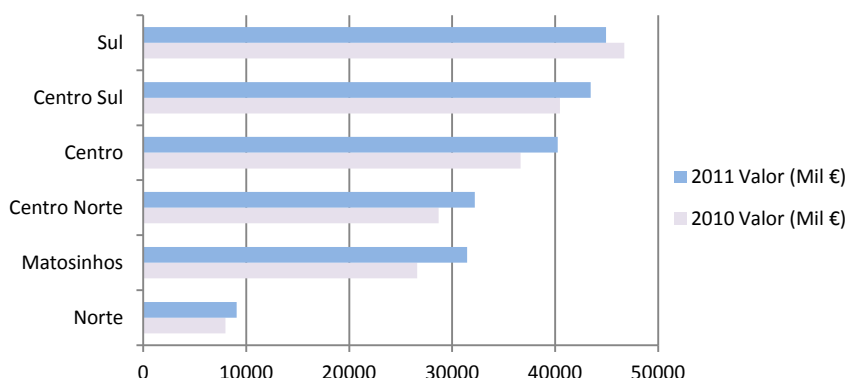
Delegação Centro Sul: evolução significativa e positiva no volume (mais 17,7%) e no valor (mais 7,4%).

Das seis Delegações, a Centro Sul foi a única que registou um decréscimo no preço médio anual (menos 8,7% em relação a 2010). A justificar, tem-se as evoluções de 2011 relativamente a 2010, para a cavala, que foram muito significativas, quer em volume (mais 120%) quer em valor (mais 133%), enquanto a sardinha sofreu quebras em volume (21,9%) e em valor (4,8%). Assim, a cavala que é uma espécie com baixo preço médio, teve em 2011 teve um elevado peso percentual no total desta Delegação e por outro lado, a sardinha (que tem preço médio mais alto) teve um peso percentual, no total da Delegação, bastante mais baixo.

Delegação Sul, a única que registou simultaneamente quebras em volume (menos 17,4%) e em valor (menos 3,8%), pese embora, o preço médio tenha registado uma evolução positiva de 16,5%. As quatro principais espécies que em 2011 representaram 68,5% do volume total transacionado nesta Delegação, pode afirmar-se que as evoluções registadas nas mesmas explicam as quebras de quantidade e valor, nos totais da Delegação. Assim e por ordem decrescente de volumes transacionados:, em primeiro lugar, a sardinha (mais 23,6% em volume, mais 55,2% em valor e mais 25,6% no preço médio); em segundo lugar, a cavala (menos 41,9% em volume, menos 10% em valor

e mais 54,6% no preço médio): seguindo-se o polvo-vulgar (menos 46% em volume, menos 13,6% em valor e mais 60,3% no preço médio); e, na quarta posição, a gamba-branca (mais 40,5% em volume, menos 5,3% em valor e menos 32,6% no preço médio).

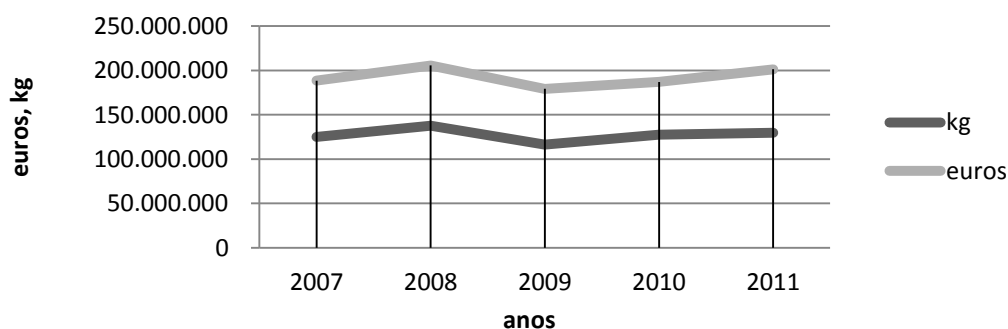
Distribuição do Valor (mil €) do Pescado por Delegação



O quadro Q-8 e o gráfico 3 ilustram a evolução do pescado transacionado nas lotas, num horizonte de cinco anos, ou seja, no período compreendido entre 2007 e 2011.

Q-8	TOTAIS PESCADO			Evolução (%) anoT/anoT-1			
	kg	euros	PrMéd	kg	euros	PrMéd	
2007	124.998.232	188.418.497	1,51	13,7%	12,7%	-0,8%	07/06
2008	137.524.990	205.553.457	1,49	10,0%	9,1%	-0,8%	08/07
2009	116.426.629	179.228.884	1,54	-15,3%	-12,8%	3,0%	09/08
2010	127.563.600	187.092.219	1,47	9,6%	4,4%	-4,7%	10/09
2011	129.651.215	201.366.702	1,55	1,6%	7,6%	5,9%	11/10
				3,7%	6,9%	3,0%	11/07

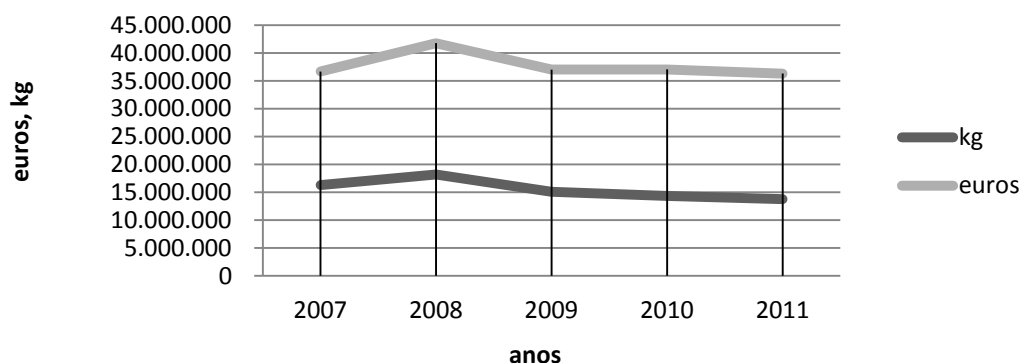
Gráfico 3 - TOTAIS PESCADO - Evolução últimos 5 anos



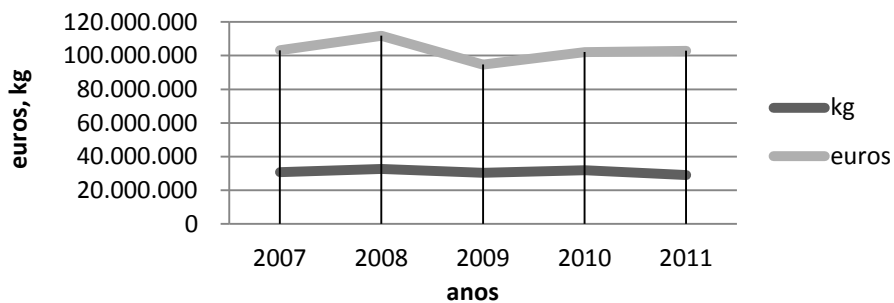
Nos quadros Q-9 a Q-11 e nos gráficos 4 a 6 figuram os movimentos, nos últimos cinco anos, do pescado transacionado nas lotas e classificado nas principais artes de pesca, arrasto, polivalentes e cerco.

ARTES: ARRASTO
Evolução (%) anoT/anoT-1

Q-9	kg	euros	PrMéd	kg	euros	PrMéd	
2007	16.273.696	36.683.425	2,25	-11,0%	3,8%	16,7%	07/06
2008	18.161.475	41.773.416	2,30	11,6%	13,9%	2,0%	08/07
2009	15.091.953	37.013.249	2,45	-16,9%	-11,4%	6,6%	09/08
2010	14.342.481	37.052.095	2,58	-5,0%	0,1%	5,3%	10/09
2011	13.738.501	36.317.650	2,64	-4,2%	-2,0%	2,3%	11/10
				-15,6%	-1,0%	17,3%	11/07

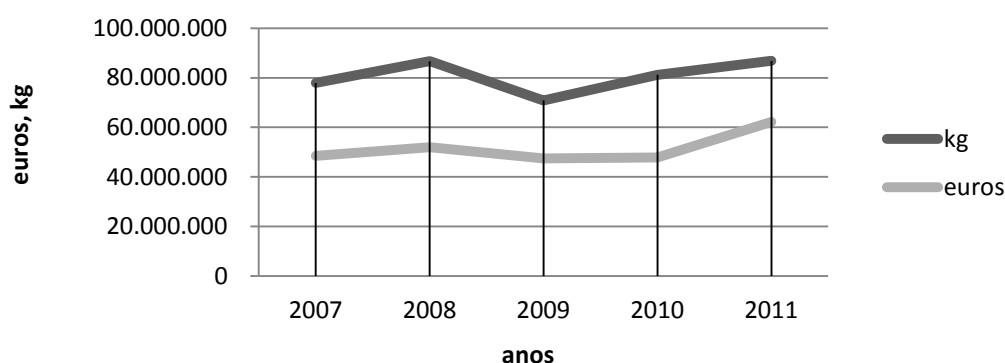
Gráfico 4 - ARRASTO - Evolução últimos 5 anos

ARTES POLIVALENTES
Evolução (%) anoT/anoT-1

Q-10	kg	euros	PrMéd	kg	euros	PrMéd	
2007	30.815.486	103.208.374	3,35	-0,2%	6,7%	6,9%	07/06
2008	32.679.396	111.834.384	3,42	6,0%	8,4%	2,2%	08/07
2009	30.472.232	94.749.631	3,11	-6,8%	-15,3%	-9,1%	09/08
2010	31.976.327	102.124.136	3,19	4,9%	7,8%	2,7%	10/09
2011	29.060.164	102.854.383	3,54	-9,1%	0,7%	10,8%	11/10
				-5,7%	-0,3%	5,7%	11/07

Gráfico 5 - POLIVALENTES - Evolução últimos 5 anos


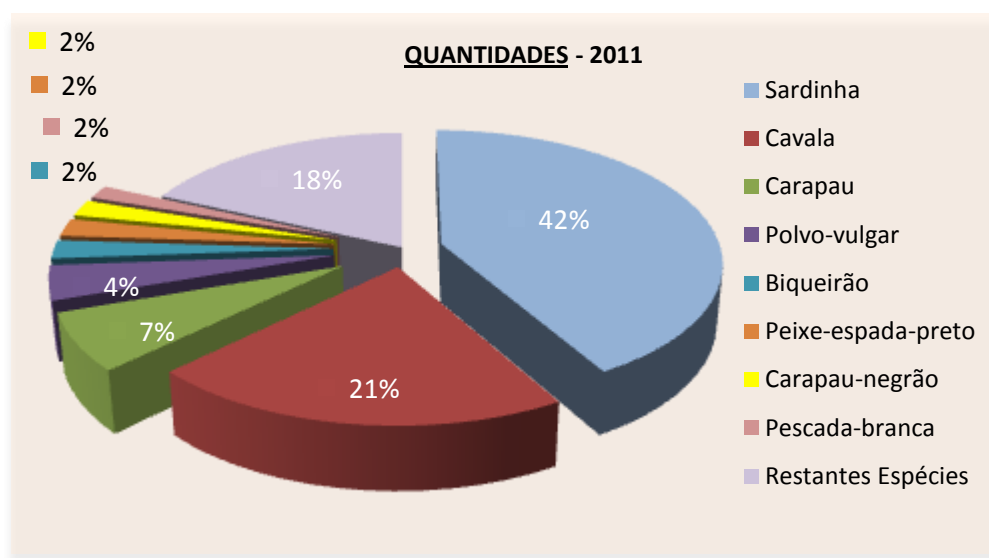
ARTE: CERCO				Evolução (%) anoT/anoT-1			
Q-11	kg	euros	PrMéd	kg	euros	PrMéd	
2007	77.909.050	48.526.699	0,62	28,1%	38,4%	8,0%	07/06
2008	86.684.120	51.945.657	0,60	11,3%	7,0%	-3,8%	08/07
2009	70.862.444	47.466.004	0,67	-18,3%	-8,6%	11,8%	09/08
2010	81.244.793	47.915.988	0,59	14,7%	0,9%	-12,0%	10/09
2011	86.852.550	62.194.669	0,72	6,9%	29,8%	21,4%	11/10
				11,5%	28,2%	15,0%	11/07

Gráfico 6 - CERCO - Evolução últimos 5 anos



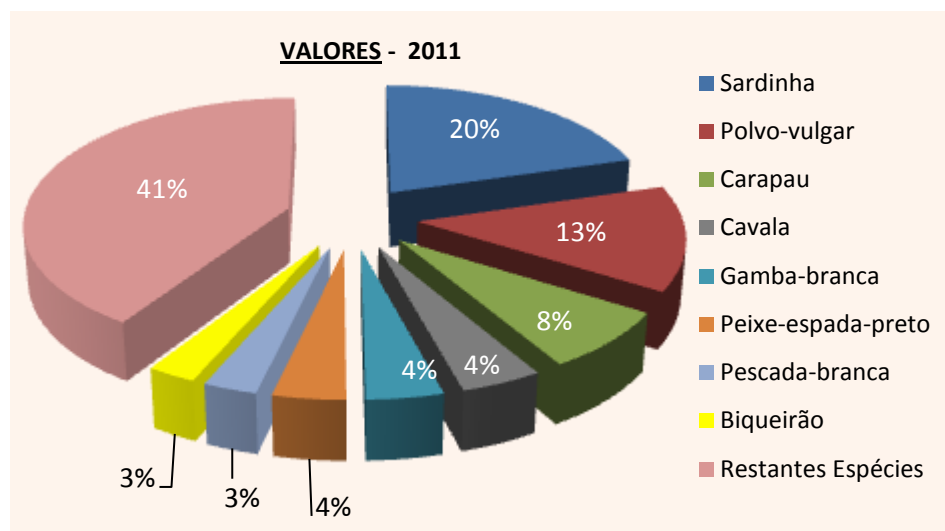
O gráfico 7, que se segue ilustra o peso percentual que as oito espécies mais vendidas (em quantidade) representaram nos totais nacionais, no ano de 2011.

Gráfico 7 – QUANTIDADES - Peso Percentual das 8 Espécies mais Vendidas – Ano: 2011



O gráfico 8 mostra a contribuição, em peso percentual, das oito espécies com maior valor de vendas realizado, no ano de 2011.

Gráfico 8 – VALORES - Peso Percentual das 8 Espécies mais Vendidas – Ano: 2011



O quadro abaixo apresentado, Q-12, contém dados referentes às quantidades totais, valores totais e preços médios da sardinha, classificada por tamanhos e graus de frescura, nos anos de 2010 e 2011, independentemente da arte utilizada na sua captura.

SARDINHA CLASSIFICADA POR TAMANHOS E GRAUS DE FRESCURA

Q-12		2010			2011			Evolução 2011/2010		
Tam	Fre	kg	euros	Preço Méd.	kg	euros	Preço Méd.	Vol	Val	Pr. Méd.
0	0	30.124	19.913	0,66	15.873	17.099	1,08	-47%	-14%	63%
1	E	56.249	63.652	1,13	43.048	41.608	0,97	-23%	-35%	-15%
1	A	855.415	385.787	0,45	74.297	42.749	0,58	-91%	-89%	28%
1	B	24.566	26.101	1,06	345	74	0,22	-99%	-100%	-80%
2	E	4.152.172	2.321.595	0,56	3.095.049	1.922.802	0,62	-25%	-17%	11%
2	A	36.568.875	23.546.337	0,64	35.492.518	27.677.175	0,78	-3%	18%	21%
2	B	495.576	259.086	0,52	160.685	96.793	0,60	-68%	-63%	15%
3	E	148.877	238.120	1,60	384.063	584.303	1,52	158%	145%	-5%
3	A	5.005.859	3.088.004	0,62	10.268.255	6.520.653	0,64	105%	111%	3%
3	B	1.402.645	929.839	0,66	1.736.811	1.497.505	0,86	24%	61%	30%
4	E	26.675	18.880	0,71	100.612	104.791	1,04	277%	455%	47%
4	A	8.035.587	5.452.896	0,68	2.541.244	2.360.931	0,93	-68%	-57%	37%
4	B	177.501	149.787	0,84	161.669	234.101	1,45	-9%	56%	72%
TOTAL		56.980.121	36.499.997	0,64	54.074.469	41.100.583	0,76	-5%	13%	19%

EXPLORAÇÃO

CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DIRETO DE PESCADO

Tal como tem vindo a acontecer nos anos anteriores, em 2011 continuou a assistir-se à venda por contrato de abastecimento de quantidades significativas de pescado e a um aumento do número de contrato celebrados – 2.432 contratos celebrados durante o ano de 2011 (2.169 em 2010 e 1.676 em 2009), correspondentes a 23,5% da quantidade vendida (30.360.868kg em 129.651.104kg vendidos) e a 18,5 % do valor de vendas (37.217.031€ em 201.366.292 € de vendas de pescado. O preço médio praticado nos contratos foi de 1,23 € /kg, enquanto que o preço médio obtido em lota foi de 1,55 € /kg.

Nos últimos anos, o recurso às vendas por contrato tem vindo a generalizar-se a espécies que, tradicionalmente, têm escoamento fácil nos leilões e com melhor preço. Como consequência, em alguns casos, tem provocado a concentração de algumas espécies em apenas alguns comerciantes, distorcendo o mercado e influenciando a escalada de preços ao consumidor final. Em 2011, tal como já tinha acontecido em 2010, 2009 e 2008, foi possível verificar, em alguns portos de pesca, a celebração sistemática de contratos de abastecimento direto de sardinha a comerciantes, causando, ainda que pontualmente, escassez desta espécie no mercado local. Isto significa que os contratos de abastecimento de pescado deixaram há muito de o ser e passaram a ser meros contratos de compra e venda. Para além desta consequência negativa, outra existe ainda, que reputamos de ainda mais nefasta – a celebração sistemática de contratos a preços muitíssimo inferiores aos de leilão, influenciando, negativamente, o preço médio de algumas espécies e o próprio preço médio global e distorcendo as regras da concorrência.

Durante o ano de 2011, foram tratados administrativamente dois mil quatrocentos e trinta e dois (2.432) contratos (2.169 em 2010 e 1.676 em 2009), celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81 / 2005.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição de contratos pelas Organizações de Produtores.

ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES	CONTRATOS APROVADOS PELA DGPA	CONTRATOS NÃO APROVADOS PELA DGPA	TOTAL DE CONTRATOS SUBMETIDOS À DGPA
VIANAPESCA	681	2	683
SESIBAL	136	0	136
PROPEIXE	175	0	175
OPCENTRO	364	0	364
OLHÃOPESCA	238	2	240
CENTRO LITORAL	208	0	208
CAPA	129	0	129
BIVALMAR	20	0	20
BARLAPESCAS	235	0	235
ARTESANALPESCAS	38	2	40
APROPESCA	108	0	108
APARA	100	0	100
TOTAIS	2.432	6	2.436

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO E GESTÃO DE OBSERVADORES DE PESCA A BORDO DAS EMBARCAÇÕES QUE EXERCEM ATIVIDADE NA ZONA NAFO

Em 2011 deu-se continuidade à prestação do serviço de gestão da colocação e permanência a bordo de Observadores de Pesca nas embarcações que exercem a sua atividade na zona *North Atlantic Fisheries Organization* (NAFO) e também na zona *North Eastern Atlantic Fisheries Commission* (NEAFC) – Mar de Irminger. Esta prestação de serviço resulta da celebração, com a DGPA, em 23 de Julho de 2004 de um protocolo, que teve por objeto transferir para a Docapesca as obrigações que decorrem, para o Estado Português, dos Regulamentos (CE) n.ºs 3069/95, 2371/2002 e 855/2004. Na prática, este protocolo transferiu para a Docapesca a responsabilidade de gestão da colocação e permanência a bordo de Observadores de Pesca nas embarcações que exercem a sua atividade na zona NAFO. Posteriormente, a Docapesca celebrou com a DGPA uma extensão do protocolo inicial, mediante a qual a responsabilidade de gestão da colocação de Observadores de Pesca a bordo das embarcações foi transferida para a Docapesca em qualquer parte do mundo, onde já se verifica ou se venha a verificar a obrigatoriedade da permanência a bordo de Observadores de Pesca.

Este serviço prestado pela Docapesca é importante para os armadores de embarcações de pesca longínqua, porque é essencial para o desenvolvimento da sua atividade, uma vez que, desde 2004 os Estados Membros da UE passaram a ser diretamente responsáveis pela colocação de Observadores de Pesca a bordo dos navios de pesca comunitários que exercem a sua atividade na zona NAFO, NEAFC e outras. Para a Docapesca, o serviço prestado tem margens muito pouco significativas, mas reconhece-se a sua importância para o setor. Como a Docapesca não dispõe de Observadores de Pesca, contratou, por sua vez, este serviço à empresa açoriana *Sea Expert*, por ajuste direto em 2004. No final de 2010, foi realizado um concurso público internacional, do qual resultou a contratação da *Sea Expert*, com início da prestação do serviço em 1 de Janeiro de 2011 e até 30 de Abril de 2012.

Os resultados da atividade desde o seu início são os que constam do quadro resumo seguinte:

RESULTADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – 2004 A 2011

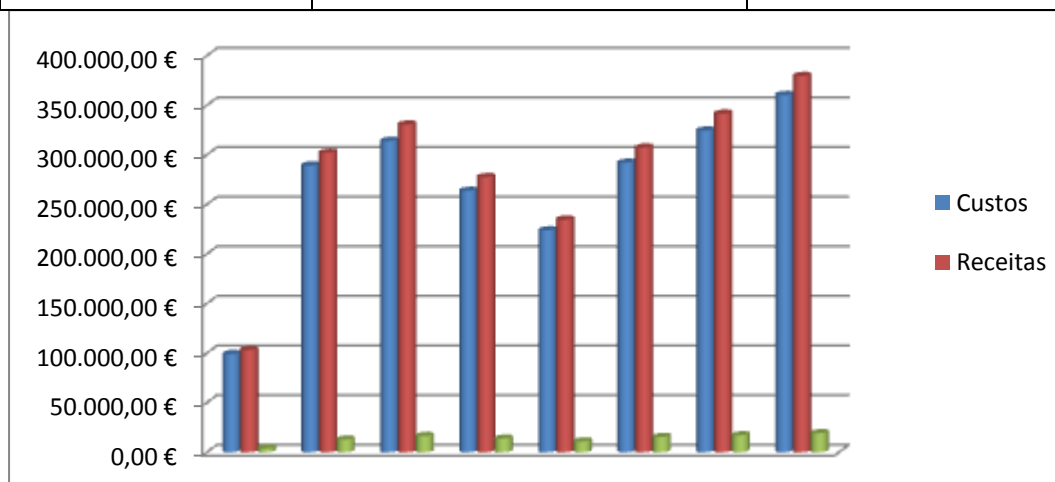
Anos	Custos (Sea Expert)	Receitas (Armadores)	Resultados
2004	99.100,80 €	103.230,00 €	4.129,20 €
2005	289.196,20 €	302.067,00 €	12.870,80 €
2006	314.107,21 €	330.557,00 €	16.449,79 €
2007	263.733,52 €	277.614,00 €	13.880,48 €
2008	223.774,68 €	234.631,60 €	10.856,92 €
2009	292.067,43 €	307.439,40 €	15.371,97 €
2010	324.499,60 €	341.568,00 €	17.068,40 €
2011	360.240,67 €	379.488,00 €	19.247,33 €
Total	2.166.720,11 €	2.276.595,00 €	109.874,89 €

Anos	Valor Diário Bruto (Sea Expert)	Valor Diário Líquido (Sea Expert) (*)	Valor Diário Cobrado aos Armadores	Receita Diária
2004	155,00 €	148,80 €	155,00 €	6,20 €
2005	148,00 €	140,60 €	147,00 €	6,40 €
2006	145,50 €	138,23 €	145,50 €	7,28 €
2007	145,50 €	138,23 €	145,50 €	7,28 €
2008	148,60 €	141,17 €	148,60 €	7,43 €
2009	144,00 €	136,80 €	144,00 €	7,20 €
2010	144,00 €	136,80 €	144,00 €	7,20 €
2011	146,91 €	139,56 €	147,00 €	7,44 €

(*) Valor efetivamente pago à *Sea Expert*, resultante de desconto financeiro por pronto pagamento, que foi de **4%**, em 2004, e **5%**, de 2005 a 2011.

Graficamente:

Anos	Número de Embarques	Número de dias de Mar
2005	25	2.298
2006	30	1.970
2007	25	1.940
2008	18	1.721
2009	18	2.128
2010	22	2.300
2011	28	2.808



Quanto ao número de dias de embarque de Observadores, a atividade pode resumir-se assim.

Destacamos ainda os seguintes factos relevantes para a atividade da empresa:

1 – REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DAS LOTAS

O novo Regulamento de Exploração das Lotas, que tinha entrado em vigor, em todas as lotas, em Agosto de 2010, veio a revelar-se adequado ao longo do ano de 2011, primeiro ano em que esteve em vigor em pleno. Excetuando alguns pequenos ajustes nos anexos, sobretudo derivados de mudanças de horário de funcionamento, o Regulamento não careceu de qualquer alteração.

2 – REGULAMENTOS DE EXPLORAÇÃO DOS PORTOS DE PESCA CONCESSIONADOS

Em 2011, não foi possível chegar a acordo com nenhuma das Administrações Portuárias, no que se refere à aprovação dos Regulamentos de Exploração dos Portos de Pesca concessionados à Docapesca, com todos os inconvenientes que decorrem da inexistência de um documento base de regulamentação e ordenamento das atividades no interior dos Portos de Pesca de Matosinhos, Sesimbra e Setúbal. Apenas se encontra em vigor o Regulamento de Exploração do Porto de Pesca de Sines, aprovado em 1 de Outubro de 2010 pela Administração do Porto de Sines, que entrou em vigor em 1 de Novembro do mesmo ano.

3 – POLÍTICA AMBIENTAL DA DOCAPESCA

Na Área Ambiental, destacam-se como principais atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2011, a continuidade da implementação do Sistema de Gestão Ambiental da empresa, tendo como referencial a Norma ISO 14001, a Gestão de Resíduos e a elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade.

No que concerne à implementação do Sistema de Gestão Ambiental, e no âmbito do diagnóstico ambiental, foram realizadas, no decorrer do ano de 2011, Auditorias de Conformidade Legal aos vários estabelecimentos da empresa, visando avaliar o nível de conformidade legal, bem como o grau da conformidade das práticas e procedimentos em matéria de gestão ambiental.

Foi iniciada a elaboração dos Procedimentos Técnicos e do Manual do Sistema de Gestão Ambiental e atualizada a Política Ambiental, a qual será aprovada em 2012.

Em matéria de Gestão de Resíduos, o esforço incidiu no correcto encaminhamento, através de operadores autorizados, dos resíduos não urbanos decorrentes da atividade da empresa, no preenchimento do Mapa Anual de Registo de Resíduos, visando, por um lado, e o registo destas informações no Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), e por outro, a caracterização e quantificação dos resíduos produzidos e armazenados nos vários estabelecimentos da empresa.

4 – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

As atividades desenvolvidas na Área de Higiene e Segurança no Trabalho basearam-se, principalmente, na coordenação e na realização de Auditorias Internas Anuais, visando avaliar as condições de higiene e de segurança dos vários estabelecimentos, na Avaliação dos Riscos Profissionais associados aos postos de trabalho e na Análise dos Acidentes de Trabalho ocorridos na empresa.

A par destas atividades, foi iniciada a atualização e o melhoramento dos Planos de Segurança das lotas da Delegação Sul, atividade esta que terá continuidade no ano de 2012.

5 – SEGURANÇA ALIMENTAR NA DOCAPESCA – IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADOS NOS PRINCÍPIOS DO HACCP

A Docapesca, sendo uma empresa inserida no Setor Alimentar, prestadora do serviço de primeira venda de pescado fresco em lota tem vindo, ao longo dos últimos anos, a modernizar e melhorar as suas instalações e os seus procedimentos, para melhor se enquadrar na legislação em vigor relativamente à Segurança Alimentar.

Perseguindo esse objetivo, a Docapesca tem vindo a implementar Planos de Segurança Alimentar baseados nos princípios do HACCP, adaptados à realidade de cada uma dos seus estabelecimentos. Tais Planos têm apostado, principalmente, nos pré-requisitos das instalações, de que destacamos:

- A formação contínua do pessoal afeto às lotas e às fábricas de gelo;
- A elaboração de Fichas Técnicas das principais espécies de pescado transacionado;
- A qualidade da água doce utilizada;
- A qualidade da água salgada utilizada;
- A qualidade do gelo produzido;
- A manutenção da cadeia de frio, recorrendo à adição de gelo e à armazenagem frigorífica refrigerada;
- O controlo de pragas nos estabelecimentos;
- Os Planos de Higienização das instalações, equipamentos e utensílios;
- A verificação da qualidade dos Planos de Higienização, através de análise das superfícies de trabalho e das luvas dos manipuladores;
- A utilização e higienização do vestuário de trabalho utilizado.

Com a introdução de Boas Práticas nos estabelecimentos, incluindo fábricas de gelo, a Docapesca passou a garantir a aplicação das regras de higiene e segurança alimentar impostas pela legislação em vigor. Com a implementação dos Planos de Segurança Alimentar nos estabelecimentos, a Docapesca tem vindo a melhorar, progressivamente, a qualidade dos seus serviços e a aumentar a segurança dos produtos transacionados nas suas instalações.

Como se trata de uma questão de Saúde Pública, a Segurança Alimentar é transversal a toda a empresa, porque envolve muitas especialidades – a concepção e a conservação das infraestruturas e equipamentos, a higiene e segurança (de instalações, de equipamentos e de pessoal), a formação profissional e o processo operacional das lotas.

Em 2011, ficaram concluídos todos os Planos de Segurança Alimentar baseados nos princípios do HACCP, nas lotas licenciadas. Efetivamente, nas únicas lotas licenciadas onde ainda não estavam

concluídos os respetivos Planos (Peniche, Vila Nova de Milfontes, Albufeira e Quarteira), os mesmos ficaram concluídos em 2011. Os Planos de Segurança Alimentar das lotas de Albufeira e Quarteira foram elaborados exclusivamente com Recursos Humanos internos. Apenas a lota da Costa da Caparica ainda não dispõe de Plano de Segurança Alimentar, embora já disponha de um instrumento de controlo, denominado Plano de Autocontrolo, exigido pela legislação que anteriormente vigorava. O Plano de Segurança Alimentar desta lota ficará concluído apenas em 2012 e será implementado com os meios humanos próprios da empresa, que são escassos. De qualquer forma, o atraso na implementação do Plano de Segurança Alimentar nesta lota não põe em causa o Número de Controlo Veterinário que lhe foi atribuído.

A lota de Quarteira já foi alvo de uma auditoria prévia, com vista à sua futura certificação pelo *Codexalimentarius*. A certificação decorrerá durante o ano de 2012, embora as condições do edifício (um dos pré-requisitos) não sejam as melhores, evidenciando já muitos problemas de falta de qualidade na construção, revestimentos e equipamentos.

O quadro anexo resume a atividade de implementação de sistemas de segurança alimentar, até 2011:

Local	Tipo de estabelecimento	NCV	Conclusão	Situação em 31-12-2011
Viana do Castelo	Lota	O 0262 01 P	2010	Concluído
Póvoa de Varzim	Lota	O 0262 02 P	2010	Concluído
Matosinhos	Lota	O 0262 03 P	2009	Concluído
	Fábrica de Gelo	Não aplicável	2010	Concluído
	Entrepasto Frigorífico	DAF 168		Não iniciado. Existe Manual de Autocontrolo
	Túnel de Congelação	T 0262 12 P		Não iniciado. Existe Manual de Autocontrolo
Aveiro	Lota	O 0262 21 P	2010	Concluído
	Fábrica de Gelo	Não aplicável	2010	Concluído
Mira	Lota	1382 PP	2009	Concluído
Figueira da Foz	Lota	O 0262 04 P	2009	Concluído
	Fábrica de Gelo	Não aplicável	2010	Concluído
Nazaré	Lota	O 0262 05 P	2010	Concluído
Peniche	Lota	O 0262 06 P	2011	Concluído
	Entrepasto Frigorífico	Q1 0262 24 P		Existe Manual de Autocontrolo. NCV retirado
	Túnel de Congelação	RAF 163		
Costa Caparica	Lota	O 0262 24 P	Conclusão em 2012	Não iniciado. Existe Manual de Autocontrolo
Sesimbra	Lota	O 0262 18 P	2010	Concluído
Setúbal	Lota	O 0262 09 P	2010	Concluído
Sines	Lota	O 0262 19 P	2010	Concluído
	Fábrica de Gelo	Não aplicável		Não iniciado
V. N. Milfontes	Lota	1395 PP	2011	Concluído
Sagres	Lota	O 0262 23 P	2009	Concluído
Lagos	Lota	O 0262 10 P	2009	Concluído
Portimão	Lota	O 0262 11 P	2009	Concluído
Olhão	Lota	O 0262 15 P	2009	Concluído
V. R. S. António	Lota	O 0262 22 P	2009	Concluído
Quarteira	Lota	1428 PP	2011	Concluído
Albufeira	Lota	G2003	2011	Concluído

6 – PLANO DE AUDITORIAS DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADOS NOS PRINCÍPIOS DO HACCP

Iniciaram-se algumas auditorias internas às lotas do Algarve (Portimão e Olhão). Porém, só em 2012 existirá um plano de auditorias às lotas, as quais se passarão a realizar paralelamente às vistorias periódicas realizadas pela DGV. O respetivo calendário será apresentado em 2012.

7 – FICHAS TÉCNICAS DE PRODUTO

Em 2011, foram criadas trinta e oito fichas técnicas de pescado, as quais, adicionadas às trinta e cinco já existentes anteriormente, totalizam setenta e três fichas técnicas de pescado totalmente revistas e atualizadas. A elaboração de fichas técnicas de pescado prosseguirá em 2012 e nos anos subsequentes.

8 – MANUAL DE BOAS PRÁTICAS EM LOTA

Em 2011, ficou concluída a “VERSÃO ZERO” do Manual de Boas Práticas da Primeira Venda em Lota, o qual pretende ser, como o próprio nome indica, um documento base para utilização por todos os trabalhadores da empresa, sobretudo pelos operacionais afetos à exploração das lotas. De facto, embora todos os Planos de Segurança Alimentar implementados nas lotas já contenham muitas regras de boas práticas, o manual terminado mesmo no final de 2011, pretende agora enunciá-las exaustivamente e uniformizá-las, tanto quanto for possível, embora respeitando as especificidades próprias de cada estabelecimento. O manual estará em discussão interna até final de Março de 2012, para recolha de contributos, que darão lugar, se tal se justificar, à “VERSÃO UM”. Seguir-se-á uma ampla divulgação e implementação nas lotas e fábricas de gelo.

9 – VISTORIAS DA DIREÇÃO GERAL DE VETERINÁRIA (DGV)

Durante o ano de 2011 foram realizadas, pela DGV, vistorias aos seguintes estabelecimentos:

- Lota da Póvoa de Varzim;
- Lota de Aveiro;
- Fábrica de gelo de Aveiro;
- Lota de Mira;
- Lota da Figueira da Foz;
- Fábrica de gelo da Figueira da Foz;
- Lota da Nazaré;
- Lota de Peniche;
- Lota de Sesimbra;
- Lota de Setúbal;
- Lota de Sagres;
- Lota de Lagos;

- Lota de Portimão;
- Lota de Quarteira;
- Lota de Olhão;
- Lota de Vila Real de Santo António.

Em todos os casos não foi posto em causa o NCV, tendo-se mantido a atividade, ainda que tenham existido algumas não conformidades, das quais algumas foram corrigidas e outras ainda não, sobretudo nos casos em que implicam a realização de investimentos de valor apreciável.

10 – ÁREA DE COMPRAS – ATIVIDADE

No prosseguimento das suas funções, a Área de Compras, realizou e participou desde a sua criação, no período compreendido entre 21 de Fevereiro e 31 de Dezembro de 2011, nos seguintes atos:

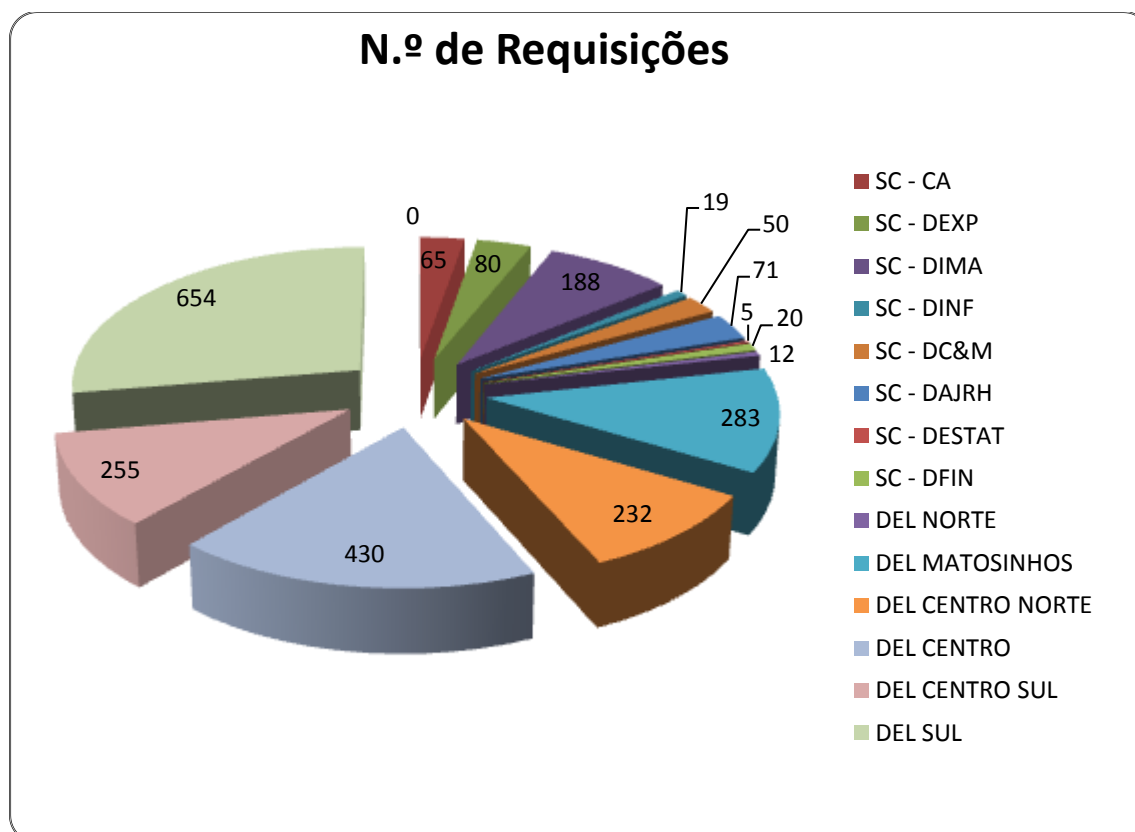
- Foram efetuados 1.230 pedidos de compra em SAP, no valor global de 1.436.115 €;
- Foram analisadas e tratadas 2.364 requisições internas de Compras, no valor global de cerca de 668.267 Euros;
- Foram realizadas 77 adjudicações a 39 fornecedores diferentes dentro da Plataforma Vortal, cujo valor rondou 1,6 milhões de Euros;
- Foram realizados dois Concurso Públicos, cujos valores rondaram os 1,1 milhões de Euros;
- Foram efetuados procedimentos para aquisição, a nível nacional, de material de Econmato, Material de Escritório, Consumíveis de Higiene e Limpeza, Taras e Vasilhames, Embalagens de Consumo, Mobiliário de Escritório, Máquinas Auxiliares de Escritório e Serviços Especializados;
- Foram efetuados concursos para contratar Serviços de Higiene Limpeza para todas as lotas da Delegação Sul, da Delegação Centro, e da Delegação Centro Norte (com entrada em funcionamento, neste último caso, em 1 de Janeiro de 2012).

Foi efetuado o reporte anual à ANCP, das atividades de compra da Docapesca referentes a 2010.

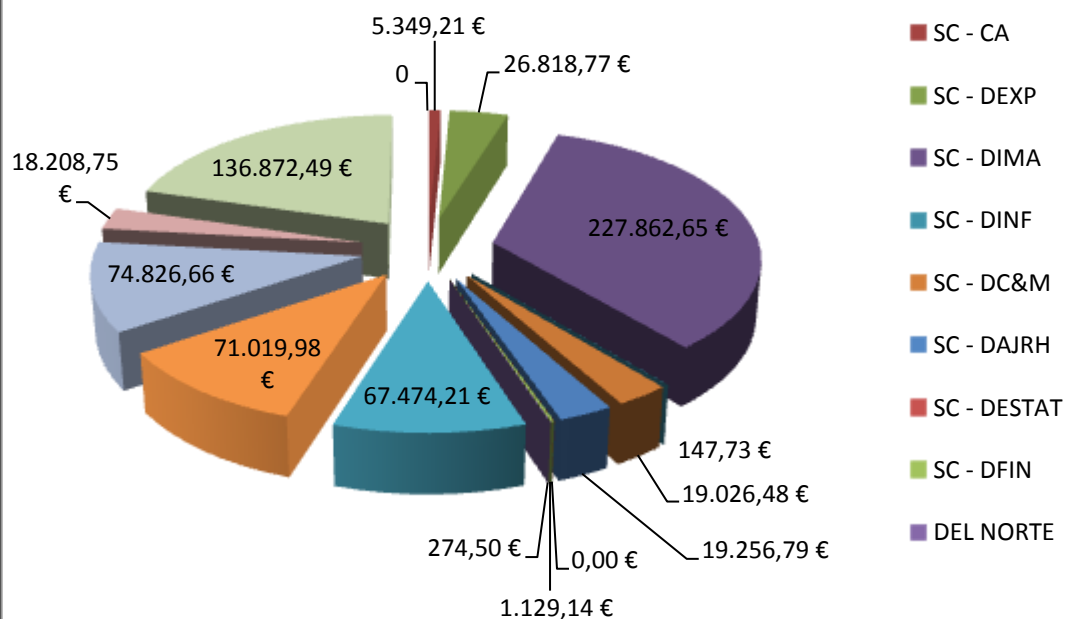
A atividade pode resumir-se da seguinte forma:

CENTRO REQUISITANTE	Nº. DE REQUISIÇÕES	VALOR
SC - CA	65	5.349,21 €
SC - DEXP	80	26.818,77 €
SC - DIMA	188	227.862,65 €
SC - DINF	19	147,73 €
SC - DC&M	50	19.026,48 €
SC - DAJRH	71	19.256,79 €
SC - DESTAT	5	0,00 €
SC - DFIN	20	1.129,14 €
DEL NORTE	12	274,50 €
DEL MATOSINHOS	283	67.474,21 €
DEL CENTRO NORTE	232	71.019,98 €
DEL CENTRO	430	74.826,66 €
DEL CENTRO SUL	255	18.208,75 €
DEL SUL	654	136.872,49 €
Total	2.364	668.267,36 €

Graficamente:

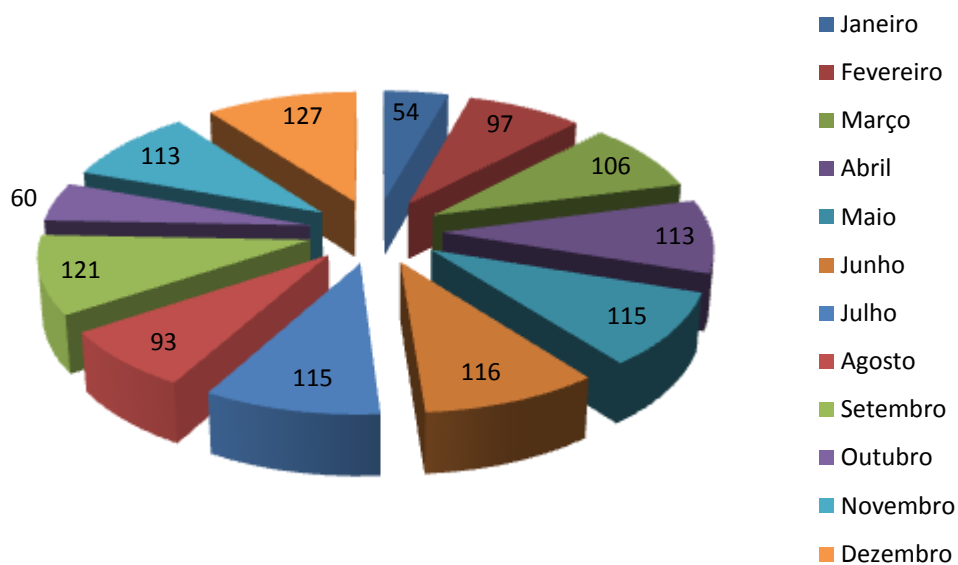


Valor



MÊS	Nº. DE PEDIDOS EM SAP	VALOR
Janeiro	54	47.843,16 €
Fevereiro	97	87.102,16 €
Março	106	111.534,23 €
Abril	113	157.380,42 €
Maio	115	176.501,02 €
Junho	116	158.217,79 €
Julho	115	101.697,86 €
Agosto	93	91.854,57 €
Setembro	121	107.945,66 €
Outubro	60	169.173,75 €
Novembro	113	105.225,61 €
Dezembro	127	121.638,76 €
Total	1.230	1.436.114,99 €

Número de Pedidos



COMERCIAL & MARKETING

RENDIMENTOS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES COMERCIAIS

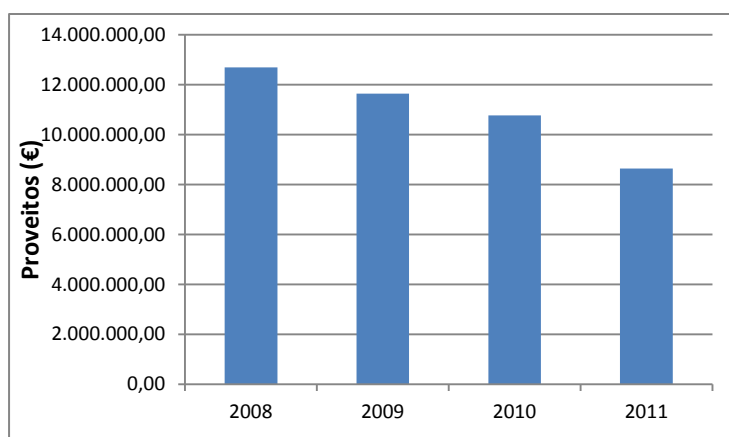
Os rendimentos da Área Comercial em 2011 situaram-se nos **8.645.596,30** Euros, menos -19,72% do que em 2010, contribuindo em 34,6% para a formação dos rendimentos operacionais da empresa. Por segmentos de atividade a evolução foi a seguinte:

	2011	2010	Evolução	Evolução %
Área Comercial	8.645.596,30	10.768.723,85	2.123.127,55	-19,72
Venda de Mercadorias				
Artigos de Pesca	369.170,36	428.980,33	-59.809,97	-13,94
Lubrificantes	168.350,86	193.194,87	-24.844,01	-12,86
Baterias e Outros	45.817,60	52.357,59	-6.539,99	-12,49
Embalagens	61.738,71	65.102,28	-3.363,57	-5,17
Comandos	37.180,00	37.349,50	-169,50	-0,45
Combustíveis	1.819.425,84	1.643.665,37	175.760,47	10,69
Sub-Total	2.501.683,37	2.420.649,94	81.033,43	3,35
Gelo	1.855.281,46	2.043.383,61	-188.102,15	-9,21
Prestação de Serviços				
Instalações e Serviços			-	
Conexos	3.970.591,45	5.105.552,59	1.134.961,14	-22,23
Entrepasto Frigorífico	0,00	542.598,54	-542.598,54	-100,00
Sub-Total	3.970.591,45	5.648.151,13	1.677.559,68	-29,70
Outras Atividades	318.040,02	656.539,17	-338.499,15	-51,56

Dentro da venda de mercadorias registou-se uma evolução global positiva na venda de combustíveis (+10,7%), influenciada essencialmente pelos aumentos registados na Delegação Centro-Norte (+391.000€) e Centro (+35.000€), apesar dos decréscimos acentuados em Matosinhos e Delegação Norte (-235.000€).

Na Prestação de Serviços verificou-se um decréscimo global de -29,7%, resultante do encerramento no Porto de Pesca de Pedrouços e de uma alteração na contabilização da energia e água vendida a clientes.

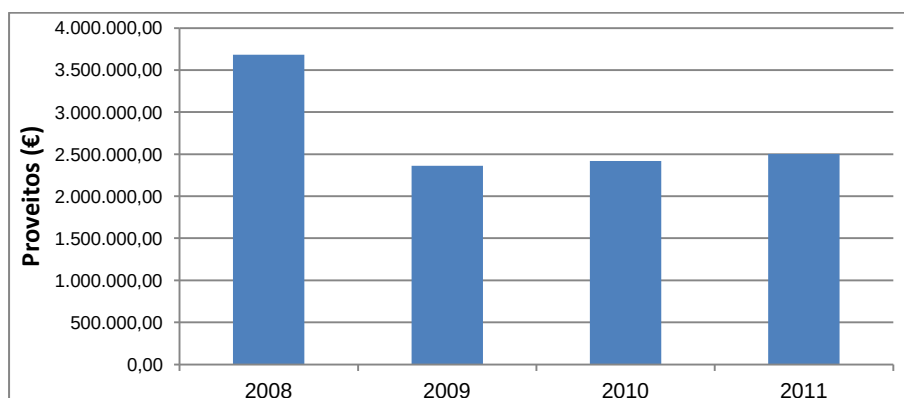
EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DA ÁREA COMERCIAL 2008-2011



VENDA DE MERCADORIAS

No contexto de recessão económica que vivemos, a tendência em 2011, foi já de redução nas compras de materiais para as embarcações, o que se refletiu numa quebra das vendas das Lojas Docapesca.

O gráfico seguinte apresenta a evolução nos últimos quatro anos, cujo traçado foi fortemente influenciado pela venda de combustíveis. Em 2009, verificou-se um decréscimo acentuado devido, essencialmente, à redução dos preços, cujo rumo se inverteu em 2010 e 2011.



APRESTOS DE PESCA

A venda de aprestos de pesca registou uma evolução negativa de -13,9%, face a 2010, que se deveu sobretudo à Delegação Sul (-63.847€). O decréscimo dos rendimentos foi maior (-59.809€) do que o decréscimo dos custos (-42.567€) agravando os resultados operacionais em -17.242€ face a 2010.

Em termos orçamentais para 2011, as vendas não atingiram o previsto (-157.799€; -30%) embora os custos também se tenham situado abaixo do plano (-131.372€; -44%), registando-se uma ligeira diminuição nas margens comerciais, de 20,6% em 2010, para 19,2% em 2011.

LUBRIFICANTES

A evolução das vendas de lubrificantes foi negativa durante o ano de 2011 em valor, com uma redução de -12,9%, face a 2010. De salientar o crescimento na Delegação Centro Norte (+50,7%) e na Delegação Sul (+3,6%). Em termos de quantidades vendidas, registou-se um decréscimo de -10.200L, essencialmente afeto à Delegação Norte e de Matosinhos.

A margem comercial diminuiu de 33,4% em 2010 para 30,1% em 2011, em resultado de uma estratégia de uniformização dos preços de venda da Docapesca a nível nacional, que se situa agora nos 30%, integrando também algumas campanhas promocionais ao longo do ano.

BATERIAS

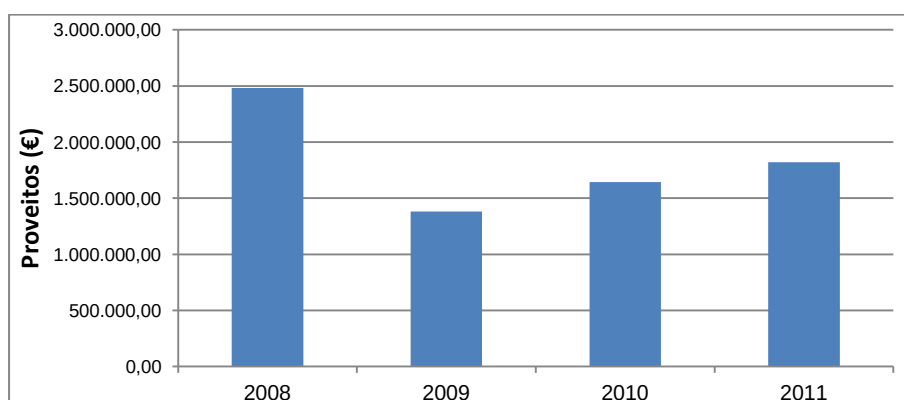
A evolução dos rendimentos com a venda de baterias foi também negativa em -12,5%, com decréscimos na generalidade das Delegações, com exceção de Matosinhos. A margem comercial manteve-se nos 28%.

EMBALAGENS

A venda de contentores isotérmicos e caixas de esferovite registou um decréscimo de -5,2% face ao ano transato, resultantes da diminuição na Delegação Sul e no Centro Norte. A margem comercial decresceu de 20,5% em 2010 para 17,6% em 2011, prendendo-se com a redução nos descontos de quantidade oferecidos pelos fornecedores.

COMBUSTÍVEIS

O gráfico seguinte mostra a evolução da venda de combustíveis nos últimos quatro anos.



A evolução face ao ano de 2010 revela um acréscimo nos rendimentos de +10,7%. Este aumento deve-se essencialmente à subida dos preços dos combustíveis que se registaram a nível mundial,

pois em termos de volume vendido, houve uma diminuição de cerca de -180.500L face ao ano transato.

Em valor, as delegações Centro Norte (391.319€) e Centro (35.030€) registaram acréscimos nos rendimentos. No entanto, o resultado operacional global diminuiu (-16,3%) bem como a margem comercial (5,2% em 2011 face a 6,9% em 2010), devido, sobretudo, ao decréscimo de vendas nas Delegações de Matosinhos e Norte, e ao aumento dos descontos dados à frota, por força da crescente concorrência (Cepsa) que entrou no Porto de Pesca de Matosinhos associada à Organização de Produtores Propeixe.

De um modo geral, o resultado operacional e a margem comercial refletiram o aumento de descontos à frota dado pela Docapesca, no montante de 76.173€ em 2011 face a 66.759€ de 2010.

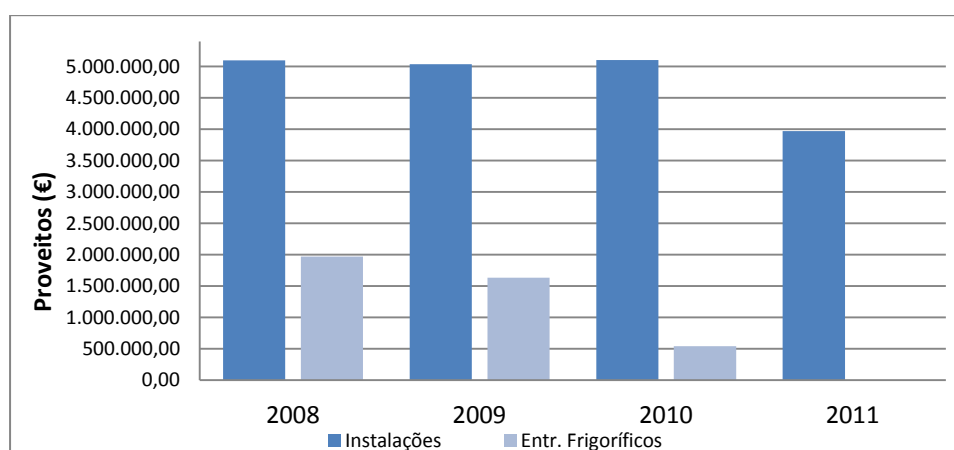
Obteve-se ainda uma bonificação da Galp no valor de 5.000€ para ações promocionais.

GELO

Durante o ano de 2011 verificou-se uma redução de -9,2% na venda de gelo, influenciado essencialmente pelo decréscimo em Matosinhos (-143.000€), Sines (-29.000€), Sul (-17.000) e Centro Norte (-12.000€), refletindo-se também nos resultados operacionais que decresceram -51,3% (-228.603€). De igual modo, quanto ao volume, as vendas situaram-se nas 21.078 toneladas, menos 2.257 toneladas do que em 2010.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços comerciais incluem duas atividades principais: a cedência de instalações e os entrepostos frigoríficos. O gráfico a seguir apresenta a sua evolução nos últimos 4 anos.



INSTALAÇÕES

Os rendimentos com a cedência de instalações são a principal componente comercial da empresa, mantendo-se relativamente estáveis nos últimos anos, mas com uma tendência decrescente da procura, resultante do encerramento de empresas ou da redução da sua ocupação de espaços para diminuição dos custos operacionais. Face a 2010, os fatores que mais influenciaram a diminuição nos rendimentos desta rubrica, foram os seguintes:

- Encerramento do Porto de Pesca de Pedrouços (-680.000€);
- Alteração contabilística, com efeitos a partir de Janeiro de 2011, que consistiu na transferência mensal dos custos de energia e água vendidos aos nossos clientes, para dedução nos rendimentos (-443.119€);
- Redução da procura de instalações.

O nível geral de ocupação de instalações é de 88,9%. As delegações com maiores taxas de ocupação – acima dos 90% - são Matosinhos e Centro Sul.

ENTREPOSTOS FRIGORÍFICOS

Não se registaram rendimentos nos entrepostos frigoríficos devido ao encerramento do Entrepasto Frigorífico de Peniche e Lisboa.

OUTRAS ATIVIDADES

Relativamente às Outras Atividades, estavam incluídas em 2010, as reversões de clientes (recuperação de dívidas – ex Delegação de Lisboa), no valor de 540.749€, o que em 2011, por força do encerramento definitivo de Pedrouços, foi apenas de 159.875€.

OUTROS PROJETOS NO ÂMBITO DA DC&M

No âmbito da Direção Comercial e Marketing desenvolveram-se um conjunto de projetos que a seguir se apresentam, cujo retorno é essencialmente qualitativo, refletindo-se no reforço da imagem da empresa, notoriedade, valorização do pescado, comunicação interna e externa, divulgação dos produtos da pesca e abertura ao setor.

COMPROVATIVO DE COMPRA EM LOTA (CCL)

Inserido no objetivo global de valorização do pescado transacionado nas lotas do continente português, a Docapesca desenvolveu o projeto Comprovativo de Compra em Lota (CCL), que se focaliza na identificação e diferenciação desse pescado, junto do consumidor final.

O projeto está implementado em cinco insígnias da Grande Distribuição: Sonae (Lojas Continente), Auchan (Lojas Jumbo e Pão de Açúcar), Jerónimo Martins (Lojas Pingo Doce), Mosqueteiros (Lojas Intermarché) e El Corte Inglés, num universo de 819 lojas. Ao nível do pequeno retalho, o CCL está presente em 693 pontos de venda. Foram também estabelecidos protocolos de colaboração com 9 municípios, com vista à divulgação do projeto localmente. Até à presente data foram distribuídas 16.610 etiquetas CCL.

A monitorização do projeto nas cadeias aderentes foi efetuada através de auditorias internas das próprias lojas e de visitas periódicas feitas pela equipa de Gestão de Execução Comercial da Docapesca, a nível nacional. Em 2011, foram efetuadas um total de 423 auditorias.

Relativamente a expansões do CCL, o uso da etiqueta individual (espeto) em espécies de pescado nobre e de anzol, está consolidado em Sagres. No final de 2011, iniciou-se a aplicação de uma etiqueta identificativa do polvo em Santa Luzia. Para o primeiro trimestre de 2012, está prevista a expansão a outras lotas da Delegação Sul e Delegação Norte.

ESTUDO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

Com o objetivo de reforçar a orientação estratégica para os Clientes, bem como identificar oportunidades de negócio conjuntas, a Docapesca aplicou um questionário, para avaliar o grau de satisfação com os serviços prestados em 2010, junto dos diversos tipos de clientes: Armadores, Compradores de Pescado e Outros Clientes. Face a 2010 e 2009, verificou-se uma melhoria no grau de satisfação (3,60 em 2011, contra 3,47 pontos em 2010 e 3,41 pontos em 2009; numa escala de 1 a 5).

Posteriormente, e ciente da importância da opinião dos trabalhadores da Docapesca, para o desempenho global da empresa, foram efetuados dois estudos que cobriram as seguintes vertentes:

1. Grau de Satisfação Global dos Serviços Centrais com as Delegações: subiu, na média, de 3,13 pontos (2010) para 3,69 pontos (2011).
2. Grau de Satisfação Global das Delegações com os Serviços Centrais: diminuiu, na média, de 3,70 pontos (2010) para 3,51 pontos (2011).

LEILÕES ONLINE

Tecnologicamente desenvolvido pela Direção de Informática, este projeto tem o apoio da Direção Comercial & Marketing ao nível da comunicação e divulgação junto dos comerciantes, nomeadamente Grandes Superfícies e Grossistas. No final de 2011, as compras online representaram cerca de 183.000€.

A implementação de lotas de aquicultura e congelados terá como canal de distribuição preferencial o sistema online e estará associado ao conceito de venda de futuros. O sistema está em fase final de

estruturação, tendo a DC&M participado nas reuniões de definição do funcionamento, regulamento e proposta de comunicação.

COMUNICAÇÃO

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EVENTOS

Em 2011, a Docapesca esteve presente nas seguintes feiras e eventos a nível nacional: Expomar (Olhão), Mês do Coração (Lisboa), Festival Sabores do Mar, Semana Tanto Mar (Peniche) e no Mercado dos Sabores, evento organizado pela Sonae (Pavilhão Atlântico, Lisboa), onde a Docapesca fez uma apresentação do projeto CCL e foi a embaixadora do pescado fresco português.

A nível internacional, a Docapesca participou nas feiras de exposições *Seafood* (Bruxelas) e *NoviSad* (Sérvia). Os objetivos situaram-se ao nível da promoção e/ou demonstração do leilão online e de um canal logístico associado, com vista à angariação de compradores/importadores através deste canal. O segundo objetivo passou pela promoção do pescado da costa portuguesa em novos mercados, nomeadamente através da divulgação das espécies mais transacionadas nas nossas lotas em associação ao CCL e fazendo a ligação às Organizações de Produtores e Associações do setor.

NOVO WEBSITE DOCAPESCA

Sendo um projeto iniciado pela DINF, a DC&M coordenou a definição do desenho da estrutura final e design do site, sendo responsável pela gestão dos conteúdos.

PUBLICAÇÕES

Foi concluída a edição comemorativa dos cinquenta anos da *Docapesca 1961-2011*, cuja coordenação foi realizada pela DC&M. O lançamento oficial da obra decorreu no dia 9 de Janeiro de 2012, durante o Colóquio organizado pela Docapesca sobre “A Valorização do Pescado em Portugal”.

A *Infolota* foi editada com a periodicidade trimestral prevista e distribuída em formato digital para o exterior, nomeadamente: às Organizações de Produtores, Associações de Armadores, Pescadores e Comerciantes, Comunicação Social, Agências de Comunicação, Câmaras Municipais e entidades oficiais do setor da pesca, entre outros.

A *Agenda Docapesca*, instrumento de comunicação interna, cuja divulgação online se iniciou em 2010, teve 21 edições durante o ano transato.

INFORMÁTICA

Foi implementada a “Virtualização” dos Servidores principais da empresa, de forma a tornar mais simples e rápidas as operações inerentes aos mesmos, reduzir o espaço de armazenamento utilizado e aumentar a capacidade para futuras expansões. Ponto de importância é a redução do espaço físico ocupado, na sala destinada aos Servidores e comunicações. Este sistema permite ainda, uma maior segurança das bases de dados.

Na nova Lota de Albufeira foi implementado um Sistema de Leilão de Pescado moderno e inovador, que permite que os seus utilizadores visualizem o pescado através monitores de alta resolução.

Foi implementada a nova Página da Docapesca na Internet, com um conceito mais inovador e bastante mais abrangente na informação.

A mudança das instalações da Sede da Docapesca originou a transferência do *DATACENTER* para o novo edifício e consequente reestruturação das redes de dados e voz. Esta mudança foi aproveitada para melhorar as velocidades nas comunicações, tanto a nível interno, como para o exterior.

Foi implementado um novo sistema de *Backup*, de forma a melhor assegurar a integridade dos dados em caso de avaria súbita.

Foi efetuada a migração da nova rede de dados nas Lota de Portimão e Figueira da Foz.

Foi instalado um novo ponto de venda na Lota de Sines, de forma a assegurar com maior celeridade, os processos de pesagem e venda do pescado.

Foram reformulados os Sistemas de Leilão de Pescado nos Postos de Fonte da Telha e Carrasqueira.

Foi desenvolvido o Leilão de Aquicultura e Congelados via Internet.

INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

INVESTIMENTOS – 2011

I – DESCRIÇÃO GERAL

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2011 foi executado com o envolvimento das Direções da Sede (Infraestruturas e Manutenção, Informática e Exploração). Os Investimentos Correntes foram executados pelas Direções da Sede e pelas Delegações, dentro das condições estabelecidas.

O Plano de Investimentos Específicos e Correntes previstos e executados em 2011 são os que se apresentam no Quadro I. Os Investimentos Específicos são apresentados por Objetivos.

O Quadro I revela uma taxa de realização global de cerca de 23,65%, sendo 9,18% a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos e de 89,2%, a dos Investimentos Correntes.

QUADRO I – MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS – 2011

PROJECTOS ESPECIFICOS E CORRENTES	Realização Previsional 2011	Execução no Ano 2011 (Euros)	Execução no Ano 2011 (%)
A - PORTOS DE PESCA, LOCAIS DE DESEMBARQUE E ABRIGOS	4.495.670	266.902	5,94%
A.1 - Melhoria das condições higio-sanitárias das Lotas e Entrepósitos	125.000	0	0,00%
A.3 - Modernização e Apetrechamento das Instalações de Venda de Pescado	4.088.170	266.902	6,53%
A.4 - Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Descarga	282.500	0	0,00%
B - DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA EMPRESA	243.379	168.337	0,00%
B.2 - Comercialização e Valorização do Pescado	81.310	0	0,00%
B.5 - Diversos	162.069	168.337	103,87%
TOTAL Investimentos Específicos	4.739.049	435.239	9,18%
TOTAL Investimentos Correntes	1.045.907	932.981	89,20%
TOTAL GLOBAL	5.784.956	1.368.220	23,65%

A – INVESTIMENTOS CORRENTES

O nível global de realização do Plano de Investimentos Correntes foi de 89,20 %. No Quadro II apresenta-se com detalhe, a realização da Sede e de cada uma das Delegações.

QUADRO II – MAPA RESUMO DOS INVESTIMENTOS CORRENTES – 2011

Designação	Exercício 2011				% de Realiz.
	Plano	Real	Desvio		
			Valor	%	
TOTAL GLOBAL - Investimentos Correntes 2011	1.045.907 €	932.981	-112.926	-11%	89,20%
SEDE	232.720	97.970	-134.750	-58%	42,10%
Conselho de Administração	0	7.664	7.664 €	-	-
Depart. De Estudos, Estat. e Relações Públicas	0	1.170	1.170 €	-	-
Direcção de Apoio Jurídico e Recursos Humanos	0	3.330	3.330 €	-	-
Direcção Comercial e de Marketing	645	774	129 €	20%	120,05%
Direcção Financeira	0	522	522 €	-	-
Direcção de Exploração	7.075	2.597	-4.478 €	-63%	36,71%
Direcção de Informática	225.000	81.775	-143.225 €	-64%	36,34%
Direcção de Infraestruturas e Manutenção	0	138	138 €	-	-
* Delegações *	813.187	835.010	21.823 €	3%	102,68%
Delegações Norte e Matosinhos	335.711	367.927	32.216 €	10%	109,60%
* Viana do Castelo *	8.540	11.302	2.762 €	32%	132,35%
* Póvoa do Varzim *	13.506	8.669	-4.837 €	-36%	64,18%
* Delegação de Matosinhos *	313.665	347.956	34.291 €	11%	110,93%
Delegação Centro Norte	134.525	130.488	-4.037 €	-3%	97,00%
* Aveiro *	38.645	61.946	23.301 €	60%	160,29%
* Figueira da Foz *	95.880	68.542	-27.338 €	-29%	71,49%
Delegação Centro	74.030	76.475	2.445 €	3%	103,30%
* Nazaré *	29.460	40.775	11.315 €	38%	138,41%
* Peniche *	28.215	32.874	4.659 €	17%	116,51%
* Cascais *	16.355	2.825	-13.530 €	-83%	17,27%
Lisboa	0	0	0 €	0%	-
* Lisboa *	0	0	0 €	0%	-
Delegações Centro Sul	118.185	86.436	-31.749 €	-27%	73,14%
* Sesimbra *	41.250	38.136	-3.114 €	-8%	92,45%
* Setúbal *	50.215	15.459	-34.756 €	-69%	30,79%
* Sines *	26.720	32.842	6.122 €	23%	122,91%
Delegação Sul	150.736	173.684	22.948 €	15%	115,22%
* Barlavento Algarvio*	89.011	79.510	-9.501 €	-11%	89,33%
* Sotavento Algarvio*	61.725	94.174	32.449 €	53%	152,57%

Na generalidade pode-se referir que os níveis de execução do Plano de Investimentos Correntes 2011 foram bons. A taxa de execução global, de 89,20%, pode considerar-se a melhor dos últimos anos. De referir que na Delegação Centro Sul o grau de execução de 73,14% ficou a dever-se ao facto de até ao final do ano, não ter sido possível efetuar o licenciamento nem a obra prevista no Posto da Carrasqueira, junto da Câmara Municipal de Alcácer e da Entidade Administrante do local (Herdade da Comporta), por falta de capacidade de resposta da última. A Sede registou um grau de execução de apenas 42,10%, basicamente por ter sido definida no decorrer do ano de 2011, a possibilidade de candidatar um dos projetos da Área de Informática, previsto como Investimento Corrente de 2011, a ajudas comunitárias, embora com início em 2012, data em que se prevê a aprovação da candidatura.

Tal como é habitual, o esforço de Investimento incidiu mais na Recuperação/Beneficiação e Apetrechamento em Edifícios, infraestruturas e outras Construções. No Quadro III apresentam-se, as realizações em Investimentos Correntes com valores de adjudicação superiores a 11.000 euros.

QUADRO III – INVESTIMENTOS CORRENTES – 2011

Recuperação/Beneficiação e Apetrechamento em Edifícios, Infraestruturas e outras Construções

Valores em Euros

Delegação/Lota	Estudos / Obra / Aquisição equipamentos	Valor Adjudicação
Aveiro	Aquisição de gradeamento amovível (60 unidades)	12.180,00 €
Matosinhos	Revestimento do Pavimento: Mercado 2ª Venda	224.970,94
Aveiro, Sines, Sesimbra e Portimão	Fornecimento de Equipamento para movimentação de pescado	22.185,00 €
Figueira da Foz	Rede Estruturada de Voz e Dados	13.886,50 €
Matosinhos	Mercado 2ª Venda: Grades de Enrolar	11.604,00 €
Delegação Sul	Equipamentos Higienização de EPI e Instalações: Olhão, Portimão e Tavira	34.566,48 €
Nazaré	Fornecimento de empilhador eléctrico 1500 kg	18.000,00 €
Olhão	Fornecimento de empilhador eléctrico 1500 kg	18.000,00 €
Peniche	Fornecimento de 3 cabinas para a Lota	11.670,00 €
Matosinhos	Mercado 2ª Venda: Escadas em PRFV	34.100,00 €
TOTAL.....		401.162,92

O valor total apresentado no quadro anterior representa cerca de 38,4% do total de Investimentos Correntes previstos e 43% dos realizados, em 2011.

B – INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS

A não aprovação do Plano de Investimentos Específicos de 2011 pela Assembleia Geral da Docapesca justificaria só por si o grande desvio da realização material e financeira efetiva, em relação ao previsto no Plano de Investimentos Específicos de 2011. Na realidade, no decorrer de 2011, apenas foram executados e concluídos os projetos iniciados no ano anterior. Apesar da falta de decisão de execução do PIE 2011, esta ficaria sempre condicionada pelo Despacho de SETF de Junho/2010 e pelo Despacho de 28/Abril/2011 do Sr. Ministro das Finanças e do Estado, no que respeita aos Projetos de Investimentos de valor superior a 5% do Capital Social da Empresas, mesmo que com candidatura aprovada e contrato de financiamento pelo PROMAR, assinados. Face às limitações atrás indicadas e para evitar possíveis penalidades por incumprimento, a Docapesca pediu a Resolução dos Contratos de Financiamento por sua iniciativa para os Projetos de Remodelação das Lotas de Peniche e Figueira da Foz, em 12-12-2011. O mesmo foi feito para os Projetos de Apetrechamento da nova Lota de Vila de Conde e da Valorização dos Produtos da Pesca de Sagres e Portimão (Etiquetagem e Filmagem de Caixas de Sardinha), por as condições que tinham justificado

as candidaturas terem sido profundamente alteradas com o decorrer do tempo por razões externas à Docapesca.

Como anteriormente referido, a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos foi de 9,18%.

QUADRO IV – MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS (POR DELEGAÇÃO) – 2011

PROJECTOS ESPECIFICOS	Realização Previsional 2011	Execução no Ano - 2011 (Euros)	Execução no Ano - 2011 %
Delegação Norte - P. Varzim	130.000	0	0,00%
Vila do Conde - Apetrechamento da Nova Lota (a)	130.000	0	0,00%
Delegação Matosinhos	407.500	0	0,00%
Matosinhos - Implementação do HACCP - Adaptação e apetrechamento das instalações para Higienização de Pessoal, Fardamento, Embalagens e Utensílios da Lota, Cais e Instalações.	125.000	0	0,00%
Matosinhos - Telheiro de Apoio às Conserveiras e Pavimentação de arruamentos circundantes	250.000	0	0,00%
Matosinhos - Apetrechamento da Rampa Varadouro	32.500	0	0,00%
Delegação Centro Norte - Figueira da Foz	2.035.570	37.924	1,86%
Figueira da Foz - Remodelação e reapetrechamento da Lota e Cais (b)	2.035.570	37.924	1,86%
Delegação Centro - Peniche	1.697.670	33.808	1,99%
Peniche - Remodelação e reapetrechamento da Lota e Cais (b)	1.697.670	33.808	1,99%
Delegação Sul	306.240	195.170	63,73%
Sagres e Portimão - Valorização dos produtos da Pesca (Etiquetas indiv. e Filmagem cxs de sardinha e outros ©)	81.310	0	0,00%
Quarteira - Equipamentos dos Portos de Pescas	224.930	195.170	86,77%
Projectos - Sede e Diversas Delegações	162.069	168.337	103,87%
Novas Actividades - Estudos e Projectos de novas actividades ou actividades tradicionais da Empresa	162.069	168.337	103,87%
TOTAIS	4.739.049	435.239	9,18%

NOTAS: (a) - Comunicada a desistência do Projecto ao Promar em 21.10.2011
(b) - Comunicada a desistência dos Projectos em 06.12.2011
(c) - Comunicada a desistência do Projecto em 12.12.2011

